

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA

Janaína Fontes de Oliveira

Desencadeando os Lazerres:
Etnografia com Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional

PORTO ALEGRE

2024

Janáína Fontes de Oliveira

Desencadeando os Lazerés:

Etnografia com Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Movimento Humano.

Orientadora: Prof. Dra. Raquel da Silveira

PORTO ALEGRE

2024

Janaína Fontes de Oliveira

Desencadeando os Lazerés:

Etnografia com Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Movimento Humano.

Orientadora: Prof. Dra. Raquel da Silveira

Aprovada em 04 de setembro de 2024.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Ariane Corrêa Pacheco (UFSC)

Profa. Dra. Camila Penna de Castro (UFRGS)

Profa. Dra. Adriane Vieira (UFRGS)

Profa. Dra. Raquel da Silveira (UFRGS)

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Janaína Fontes de
Desencadeando os Lazeres: Etnografia com Crianças e
Adolescentes em Acolhimento Institucional / Janaína
Fontes de Oliveira. -- 2024.
147 f.
Orientador: Raquel da Silveira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa
de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Lazer. 2. Acolhimento Institucional. 3. Crianças
e Adolescentes. 4. Teoria do Ator-Rede. I. Silveira,
Raquel da, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Não se faz ciências sozinha. Essa pesquisa é o resultado de muitos olhares que me permitiram chegar até aqui.

Agradeço à minha orientadora Professora Dra. Raquel da Silveira por toda confiança, respeito, parceria, aprendizagens e acolhida no meu processo etnográfico e pessoal. Pelo olhar tão sensível, tão de dentro e tão de perto na pesquisa e na vida.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), à Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH), aos servidores técnico-administrativos e aos docentes, em especial ao Professor Dr. Elisandro Schultz Wittizorecki.

Agradeço ao Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF/UFRGS), pelos debates e trocas determinantes nessa construção, especialmente aos colegas Carolina Caneva, Andressa Allet, Daiana Martins, Augusto Dotto, Marzo dos Santos e aos professores Dra. Marília Bandeira e Dr. Mauro Myskiw.

Agradeço às professoras Dra. Adriane Vieira, Dra. Camila Castro e Dra. Ariane Pacheco pelas inestimáveis contribuições e cuidado com a pesquisa.

Agradeço a FPE pela disponibilidade para a realização do estudo, em particular às crianças aos adolescentes e às trabalhadoras e aos trabalhadores do campo empírico.

Agradeço às amigas Lilian Zaupa, Maíra Neves, Marília Menezes e Rossana Ramos pelo incentivo e contribuições.

Agradeço à minha família, meus pais e à minha irmã que me ensinaram o valor do estudo. E ao Chiquinho, meu companheirinho de todos os momentos.

Por fim, agradeço a todas, todos e todes, humanos e não humanos que se expressaram de alguma forma neste estudo.

RESUMO

O Acolhimento Institucional é uma medida de proteção prevista no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo que na esfera Estadual do Rio Grande do Sul (RS) é executada pela Fundação de Proteção Especial do RS (FPE). A FPE, um híbrido que acolhe aproximadamente 180 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilização, em Abrigos Residenciais (AR). Esses Abrigos Residenciais compõem os Núcleos de Abrigos Residenciais (NAR, que compreendem os AR). O objetivo geral da pesquisa foi seguir as práticas de lazeres de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Assim como, compreender as associações em torno dos lazeres no Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes. Mais especificamente busquei descrever como os lazeres são performados na esfera do Acolhimento Institucional e; compreender as agências acionadas nos lazeres dessas crianças e adolescentes. A metodologia que conduziu a pesquisa foi a etnografia, baseada nos estudos antropológicos de Marilyn Strathern. A investigação utilizou como teoria-método a Teoria do Ator-Rede de Bruno Latour. O campo analisado foi um dos Núcleos de Abrigos Residenciais (NAR Formiguinha) localizado em Porto Alegre, composto por três AR, que atendia 33 crianças e adolescentes. Ao longo de mais de um ano de empiria, estive em campo 42 vezes, produzindo assim o mesmo número de diários de campo. Os lazeres que segui acionam dois pontos de passagens obrigatórios: a FPE e as crianças e os adolescentes. A partir do campo empírico elaborei em co-autoria com as crianças e adolescentes o jogo de tabuleiro “Desencadeando” que traduz as associações relacionais entre a pesquisadora e as crianças e os adolescentes do NAR Formiguinha. Pensar os lazeres a partir da Teoria do Ator-Rede me permitiu compreendê-lo dentro da rede híbrida, com múltiplas associações, atores e agências que vão se performando de maneira dinâmica. Também me provocou a dialogar com diferentes conceitos de lazeres, abrindo possibilidades de pensar, viver e agir nessas práticas.

Palavras-Chaves: Lazer; Acolhimento Institucional; Crianças e Adolescentes; Teoria do Ator-Rede.

ABSTRACT

Institutional Care is a protective measure foreseen in article 101 from the Statute of the Child and Adolescent. At the State level of Rio Grande do Sul (RS) it is executed by the Foundation of Special Protection from RS (FPE, in the Portuguese acronym). The FPE is a hybrid organization that shelters approximately 180 children and adolescents in vulnerability in Residential Shelters (AR). These Residential Shelters make up the Center of Residential Shelters (NAR, that encompasses the AR). The general objective of this research was to follow the leisure practices of children and adolescents in institutional care as well as to understand the associations around such leisure practices in Institutional Care of children and adolescents. More specifically, I sought to describe how the practices of leisure are enacted at the domain of Institutional Care and to understand the agencies mobilized in such practices by these children and adolescents. An ethnographic methodology based on the anthropological studies of Marilyn Strathern guided this research. The investigation used Actor-Network-Theory by Bruno Latour as its theoretical-methodological framework. The field analyzed was of one of the Center of Residential Shelters (NAR Formiguinha) located in Porto Alegre, consisting of three AR that assisted 33 children and adolescents. Over the course of more than a year of empirical observation, I was in the field 42 times and produced the same amount of field diaries. The leisure practices I followed indicate two obligatory passage points: the FPE and the children and adolescents. Based on the empirical field work, I elaborated, in co-authorship with the children and adolescents, the boardgame “Unlocking” (Desencadeando) which translates the relational associations between researcher and the children and adolescents from NAR Formiguinha. By thinking about leisure practices based on Actor-Network-Theory, I was allowed to understand it within a hybrid network with multiple associations, actors and agencies that are enacted in dynamic ways. It has also provoked me to be in dialogue with different concepts of leisure, opening up possibilities for thinking, living and acting in these practices.

Keywords: Leisure; Institutional Care; Children and Adolescents; Actor-Network Theory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
ACPN	Abrigo Cônego Paulo de Nadal
ANT	Actor Network Teory
AR	Abrigo Residencial
BO	Boletim de Ocorrência
BPM	Batimentos Por Minuto
CAE	Coordenação de Apoio Estratégico
CAS	Coordenação de Acompanhamento e Supervisão
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CF	Constituição Federal
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CQP	Coordenação de Qualificação Profissional
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DQPC	Diretoria de Qualificação Profissional e Cidadania
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FASE	Fundação de Atendimento Socioeducativo
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FPE	Fundação de Proteção Especial do Estado do Rio Grande do Sul
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JIJ	Juizado da Infância e da Juventude
GESED	Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física
MP	Ministério Público
MSE	Medida Socioeducativa
NAR	Núcleo de Abrigos Residenciais
NAP	Núcleo de Acolhimento Provisório
NID	Núcleo de Ingresso e Documentação
NMAP	Núcleo de Monitoramento, Avaliação e Pesquisa

NSST	Núcleo de Saúde e Segurança do Trabalhador
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNBEM	Política Nacional de Bem-Estar do Menor
PNCFC	Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
PPCAM	Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
PQVT	Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
RS	Rio Grande do Sul
SAI	Serviço de Acolhimento Institucional
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SESC	Serviço Social do Comércio
SPA	Substância Psicoativa
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUSEPE	Superintendência dos Serviços Penitenciários
TAR	Teoria do Ator-Rede
VD	Visita Domiciliar

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O Sistema Circulatório dos Fatos Científicos	33
Figura 2: O Sistema Circulatório dos Fatos Científicos: Cinco tipos de atividades que os estudos científicos devem descrever.....	33
Figura 3: NAR Formiguinha e seus três AR.....	39
Figura 4: A pintura “La guardiã alla routa del trovatelli” de Gioacchino Toma (1846-1891).....	58
Figura 5: Foto Réplica da Rodo dos Expostos	60
Figura 6: Percurso de criação da FPE.....	65
Figura 7: Equipamentos de Acolhimento Institucional da FPE com destaque para Porto Alegre	66
Figura 8: Organograma da FPE	67
Figura 9: Força de trabalho da FPE em 2023	68
Figura 10: A FPE como ponto de passagem obrigatório.....	72
Figura 11: Fulano de Tal	74
Figura 12: Fluxograma do Ingresso no Acolhimento Institucional.....	78
Figura 13: Motivos de ingresso de crianças e adolescentes na FPE.....	79
Figura 14: Motivos de ingressos de crianças e adolescentes no NAR Formiguinha.....	83
Figura 15: Motivos de desligamento no NAR Formiguinha	85
Figura 16: População NAR Formiguinha por gênero.....	90
Figura 17: População étnico-racial FPE	94
Figura 18: População étnico-racial NAR Formiguinha.....	95
Figura 19: As crianças e adolescentes como ponto de passagem obrigatório	96
Figura 20: Fluxos de desestabilização e simetria	104
Figura 21: Lazer “verbo” infinitivo – no singular por licença ilustrativa	105
Figura 22: Ator-rede Lazer.....	126
Figura 23: Jogo Desencadeando	127
Figura 24: Tabuleiro do jogo Desencadeando	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Viventes e moradores	40
Quadro 2: Oito crianças e três adolescentes acolhidos no AR	42
Quadro 3: Sete crianças e três adolescentes acolhidos no AR Azul.....	43
Quadro 4: Seis crianças e seis adolescentes acolhidos no AR Bege	43
Quadro 5: As dimensões dos direitos fundamentais.....	119

SUMÁRIO

PRIMEIRAS ASSOCIAÇÕES	12
CAPÍTULO I - CAMINHOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS	22
1.1 A “CASINHA” E SEUS “MORADORES” E “VIVENTES”	36
CAPÍTULO II - CONTROVÉRSIAS E ASSOCIAÇÕES NA ENTRADA EM CAMPO	45
CAPÍTULO III – VÍNCULOS E NÓS: DESENCADEANDO OS PONTOS DE PASSAGEM OBRIGATÓRIOS	56
3.1 ASSOCIAÇÕES DA FPE: UMA INSTITUIÇÃO HÍBRIDA	58
3.2 AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO: VIDAS INSTITUCIONALIZADAS EM AÇÃO	73
CAPÍTULO IV – VÍNCULOS E NÓS: DESENCADEANDO OS LAZERES COMO ATOR-REDE	98
CAPÍTULO V – EFEITOS ETNOGRÁFICOS: “AFINAL, PARA QUE SERVE ESSA PESQUISA PARA MIM?”	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	141

PRIMEIRAS ASSOCIAÇÕES

Para iniciar esse diálogo com você, leitora e leitor, me situo como Profissional de Educação Física, trabalhadora na Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPE) há quase 12 anos. Ao longo deste período, minha luta e militância dentro da instituição visam tentar garantir o direito aos lares para crianças e adolescentes em medida protetiva de Acolhimento Institucional.

Invariavelmente, quando me apresento como trabalhadora da FPE, tenho que primeiramente explicar o que a FPE não é – chegando a ser tão profundo que nessa explicação tenho que dizer o que não sou, ou seja, eu não sou trabalhadora da FEBEM. A invisibilidade da FPE, reflete no olhar externo sobre a minha prática profissional – o que hoje é desgastante, pois há mais de uma década repito: “Eu não trabalho na FEBEM¹. A FEBEM foi extinta em 2002. Não, eu não trabalho na FASE. Eu não sou carcereira (outra ideia equivocada que algumas pessoas têm daí em relação às trabalhadoras da FASE²). Eu trabalho na FPE, onde as crianças e os adolescentes não são privados de liberdade, tampouco estão ali por cometerem algum ato infracional. As crianças e os adolescentes estão em acolhimento por terem direitos violados ou estarem em situação de risco, ou seja, sofreram negligências, abusos, maus-tratos e violências”. Então, quando parece que me fiz entender, sou interpelada pela afirmação: “Ah, entendi, são os órfãos”. Eu “finjo ter paciência”³ e sigo com a explicação: “Não existe mais orfanato, assim como orfanato não é mais motivo de institucionalização”. Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 1990, esse termo foi substituído por Acolhimento Institucional.

Repare que inicio minha explicação dizendo “o que não é” para chegar ao lugar que pertence. Portanto, ainda são necessárias elucidações para o entendimento do que se trata meu campo empírico.

Ao longo deste trabalho demonstrarei que a trajetória das infâncias e das adolescências, no Brasil, revela uma sequência de privação dos direitos fundamentais que caracterizam um quadro de fragilidade das políticas públicas. Os embates para alteração das legislações se estenderam ao longo de séculos, até chegarmos à

¹ Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM).

² Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE).

³ *Paciência*: canção de Lenine.

Constituição Federal de 1988 e ao ECA, que concebem as crianças e os adolescentes como sujeitos em desenvolvimento e dotados de direitos.

A legislação anterior ao Estatuto, no âmbito das infâncias e das adolescências, era regida pelo Código de Menores de 1979⁴, através da Doutrina da Situação Irregular⁵, que previa punição para menores⁶ vistos como delinquentes e abandonados/desvalidos – não como sujeitos de direitos. Ao mesmo tempo, estava em voga a percepção de que famílias pobres não tinham condições de cuidar de seus filhos, devendo, portanto, entregá-los aos cuidados do Estado. O que naquele momento correspondia a entregá-los para a FEBEM, instituição total fundada em 1969 que atendia no mesmo equipamento crianças e adolescentes com direitos violados e adolescentes autores de ato infracional. No caso do Rio Grande do Sul (RS), a FEBEM foi extinta em 2002, fruto de uma necessidade de adequação à legislação. Essa mudança importante corresponde a promulgação do ECA em 1990, onde as crianças e os adolescentes passaram da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral, tornando-se sujeitos de direitos, ao menos sob o ponto de vista legal. Assim, no ano de 2002 ocorre no Rio Grande do Sul o reordenamento institucional, com a criação da FPE e da FASE. Destaco que atualmente o RS é o único Estado da Federação Brasileira que promove a execução do Acolhimento Institucional, pois nos demais Estados o serviço é municipalizado⁷.

Dito isso, se não fosse a formalidade acadêmica que a dissertação exige, eu colocaria “em negrito e caixa alta” que trabalho na FPE e que a presente pesquisa é conduzida com crianças e adolescentes em medida protetiva na modalidade de Acolhimento Institucional, em consonância com o Art. 101, VII, do ECA (Brasil, 2023).

Mas afinal, o que é FPE? Aqui surge uma disputa sobre nomenclatura entre dois órgãos do Estado: fiz concurso em 2012 para Profissional de Educação Física da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul, conhecida pela sigla FPE. Em

⁴ Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.

⁵ Pasmem! Nessa doutrina quem estava irregular era a criança e o adolescente e não o adulto que os submeteu à violação de direitos.

⁶ Com o ECA, o termo “menor/menores” é substituído por “criança e adolescente”, embora ainda ouçamos o uso do termo menor, empregado especialmente na imprensa, associado aos casos de ato infracional. O ECA define, no Art. 2º, criança quem tem até 12 anos incompletos e, adolescente entre 12 e 18 anos de idade.

⁷ Conforme o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Acolhimento Institucional pertence a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, sendo este serviço municipalizado gradativamente. No RS, contudo, a execução realizada pela FPE é complementar aos municípios, atendendo os casos mais agravados de saúde e de comportamento social, dentro da Alta Complexidade. Isso significa que a FPE recebe as crianças e os adolescentes que os municípios não têm equipamentos ou expertise para atender.

2015, o Estado se dá por conta que existe outro órgão com a mesma sigla, as Finanças Públicas do Estado, que reivindica a sigla. Esse outro órgão tem alianças mais fortes na rede do Estado⁸. Então há uma ordem de serviço da Presidência da Instituição alterando a sigla FPE da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul para FUNDAÇÃO PROTEÇÃO. Nessa pesquisa assumo como identificação da instituição o nome consagrado no cotidiano por seus atores, de seus atores, mantendo a sigla FPE, independente da determinação superior da Instituição.

A FPE é um órgão do Governo do Estado vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Social (SEDES) que acolhe aproximadamente 180 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilização social, na modalidade de Acolhimento Institucional através de dezesseis Abrigos Residenciais (AR). Esses Abrigos Residenciais compõem os cinco Núcleos de Abrigos Residenciais (NAR), que englobam os AR em Porto Alegre. Há ainda na Capital um Abrigo Institucional (que não foi reordenado em formato de residência) e um Núcleo de Acolhimento Provisório (NAP) no município de Taquari. Quando qualifiquei este projeto, em agosto de 2023, a população atendida era de aproximadamente 280 pessoas. Ao longo deste um ano, entendo que houve um desmonte de equipamentos da Instituição, onde os adultos que estavam em acolhimento de longa permanência foram mercantilizados para a iniciativa privada, através de contratos de terceirização do atendimento, em que os custos financeiros e a fiscalização seguem sendo competência do Estado. Essa decisão de governo fragilizou ainda mais aqueles poucos vínculos existentes entre essas pessoas e a comunidade em que estavam inseridas.

A fim de situar o leitor e a leitora na rotina dos AR, cabe explicitar que as casas estão inseridas na comunidade, sem identificação de que se trata de um equipamento de acolhimento institucional – ou seja, não há placas ou fachadas – com o intuito de não rotular aqueles que ali residem. Entretanto, os veículos com identificação da Instituição, estacionados no pátio da casa, revelam que é um local utilizado pelo Estado. Os AR⁹ são residências alugadas nos bairros da Capital, sendo, portanto, um local comum de moradia. Ao longo de minha permanência no campo, reiteradamente fui informada

⁸ Não vou aqui descrever, mas um dos argumentos acionados é que a Instituição responsável pela questão financeira do RS, tendo mais importância que uma instituição que exerce o cuidado de crianças e adolescentes vulnerabilizados

⁹ O leitor e a leitora perceberá que ao longo do texto usarei como sinônimos as expressões Abrigos Residenciais, AR, casa, casinha, para designar o local de moradia das crianças e adolescentes na Instituição, pois são os termos expressos tanto pelas crianças e adolescentes, quanto pelos trabalhadores e trabalhadoras no campo empírico. A terminologia oficial prevista na lei é Abrigo Residencial (AR).

pelas crianças e pelos adolescentes que o dia a dia nas casas é rígido, tendo horários fixos para as ações diárias. As atividades no AR iniciam às sete horas da manhã, momento em que as crianças e os adolescentes que têm escola nesse turno vão para o banho. Aqueles que estudam a tarde precisam acordar logo em seguida para todos e todas tomarem o café da manhã preparado pela cozinheira. Sobre a escola: as crianças frequentam a rede pública de ensino e vão para os colégios com carro da Instituição, conduzidos por um motorista profissional. Exceto os que estudam próximo ao AR, que vão a pé acompanhados por agentes educadoras ou educadores. Além das atividades escolares, os adolescentes que participam de atividades de profissionalização como cursos, estágios profissionais ou Programa Jovem Aprendiz¹⁰. Outro ponto que os adolescentes trazem é sobre o tensionamento que são submetidos para serem inseridos no mercado de trabalho, com poucas opções de escolha de atividades profissionalizantes ao mesmo tempo em que são praticamente obrigados a aderir ao Programa Jovem Aprendiz.

Como a FPE atende muitos casos agravados de saúde¹¹, no turno inverso da escola muitas das crianças e dos adolescentes têm demandas hospitalares, em atendimento médico e psicológico, utilizando o Sistema Único de Saúde. Como são levados no carro da instituição e sempre acompanhados por agentes educadores ou educadoras, muitas vezes as crianças e os adolescentes circulam pela cidade, pois são levados em grupo para os atendimentos. Como cada atendimento possui sua especificidade, as crianças e adolescentes aguardam no veículo o atendimento dos demais. Na prática, a dinâmica de um atendimento pode levar um turno inteiro.

Os alimentos e os materiais de higiene são recebidos diretamente na porta do AR, desde o pão francês, que é entregue diariamente, até os demais itens alimentares solicitados pela nutricionista, que são recebidos semanalmente ou mensalmente. Em conversas as crianças e adolescentes expressaram não ter noção do que é ir ao supermercado. Eles também desconhecem o valor monetário do que consomem, porque não faz parte da rotina do abrigo residencial ir ao supermercado, tampouco é permitido a eles acessar a cozinha para preparar refeições. Além disso, não é permitido a eles

¹⁰ O Programa Jovem aprendiz está previsto na Lei 10.097/2000 e tem como objetivo inserir e capacitar jovens com idade entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho.

¹¹ Por ser ação complementar aos municípios a FPE atende os casos mais complexos dentro da alta complexidade da Assistência Social, sendo que a maior parte das crianças necessitam de acompanhamento médico e psicológico sistemático.

acessar a cozinha para preparar refeições, o que não lhes confere autonomia para preparar seus alimentos.

As tarefas e os trabalhos escolares são realizados com auxílio dos e das agentes educadores e educadoras, tendo no AR dois computadores para auxiliar nas pesquisas educacionais. Os computadores também são acessados pelas crianças e pelos adolescentes para jogar ou assistir vídeos no *YouTube*. Percebi que o que eles mais gostam de assistir são clipes musicais, utilizando sempre fones de ouvido.

A televisão quase sempre estava ligada, ora com as crianças assistindo filmes, ora sem ninguém na frente da tela. Os adolescentes têm celulares, presentes dos trabalhadores e das trabalhadoras ou de voluntários e voluntárias. As redes sociais são acessadas pelos adolescentes, embora reclamem que o acesso tem muitos regramentos, como, por exemplo, não poder expor onde moram ou “seguir” seus familiares devido ao processo judicial.

Por voltas das 11 horas e 30 minutos é servido o almoço para as crianças e adolescentes que têm aula (ou profissionalização) a tarde. Os demais, que chegam da escola ou da profissionalização, se alimentam em seguida. Entre as 13 e as 15 horas acontece a “hora do descanso”, uma prática institucional que as crianças e os adolescentes afirmam ser horrível. Nesse momento, aqueles que não têm nenhuma atividade externa devem ficar nos seus quartos, com corpos imóveis e luzes apagadas. Esse espaço/tempo, um suposto descanso para as crianças e para os adolescentes, é conflituoso. Algumas crianças e adolescentes questionam o porquê disso, causando disputas com os agentes educadores e as educadoras.

Depois das 15 horas, aqueles que têm tarefas escolares devem fazê-las, outros saem para os projetos esportivos comunitários ou atendimentos de saúde. E os poucos que não têm nenhuma atividade formal usam os computadores ou a televisão. As idas ao pátio são solicitadas, mas pouco atendidas.

Às 16 horas é servido o café da tarde, sempre preparado pelos adultos. A alimentação em um Abrigo Residencial é farta e é um momento esperado pelas crianças e pelos adolescentes. Às 17 horas iniciam os banhos da noite e depois do banho ninguém mais sai de casa, exceto se houver práticas de lazer externa, como festividades ou passeios. Assim que as crianças e os adolescentes vão chegando da escola ou das atividades profissionalizantes, vão tomando banho e se preparando para o jantar.

Às 19 horas as crianças e os adolescentes devem estar organizados para dormir, pois há troca de plantão dos educadores e educadoras, que recebem o seu turno com as

crianças e os adolescentes de banho tomado e alimentados. Às 20 horas é servido um novo lanche e às 21 horas devem se dirigir para aos seus quartos. Os quartos são divididos por gênero e idade, sendo um somente para bebês e os demais separados entre meninos e meninas.

Nos finais de semana uma rotina também é colocada em prática, mantendo-se os horários das refeições, do descanso e dos banhos. Como as crianças e os adolescentes não têm escola e atendimentos médicos, ficando em casa, os finais de semana são um momento que coloca em jogo a disputa tempo-espaco para práticas de lazeres.

Essa descrição que apresento é, em linhas gerais, para que o leitor e a leitora possam “entrar na casa” e tenham ideia de como é a rotina de uma criança e de um adolescente em acolhimento institucional. Destaco, entretanto, que nesse ambiente aparentemente estabilizado surgem crises, disputas e controvérsias que fazem com que essa dinâmica seja desestabilizada constantemente, conforme veremos nas cenas dos próximos capítulos.

É neste contexto que realizei a presente etnografia, tendo como campo um dos Núcleos de Abrigos Residenciais localizados em Porto Alegre, composto por três AR. O trabalho empírico foi iniciado em 16 de dezembro de 2022 em uma festividade de Natal, através de um primeiro contato informal a convite da Diretora do local, e foi concluído em 27 de janeiro de 2024 em um jogo de futebol do Sport Club Internacional. Ao longo de mais de um ano, estive em campo 42 vezes, produzindo assim o mesmo número de diários de campo, sem contar as horas de *WhatsApp* discutindo informalmente com as profissionais da FPE situações que surgiam nesse campo tão dinâmico e controverso. A partir do trabalho de campo, somado a minhas experiências profissionais na área, percebi que o Acolhimento Institucional¹² surge como um espaço de controvérsias, conexões e disputas. O lugar comum de moradia da criança e do adolescente é junto da família, porém ao serem retirados de seus lares através de sentença judicial, essas crianças e adolescentes vão para abrigos residenciais. A noção de família também é colocada em prova. Ainda que não tenha pretensão de definir de antemão a noção de família, pois meu interesse está em como ela está sendo acionada e por quem, cabe mencionar a discussão de Fonseca e Schuch (2009) sobre os diferentes arranjos

¹² A medida protetiva de Acolhimento Institucional prevista no artigo 101, do ECA, é expedida pela autoridade judiciária, no caso do RS, a 2ª Vara do Juizado da Infância e da Juventude (JIJ). O Acolhimento Institucional é uma medida provisória e excepcional com duração máxima de 18 meses (o que na maioria dos casos é prolongada), não implicando em privação de liberdade. É utilizado como forma de transição para a reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para a colocação em família substituta.

familiares. Para as autoras noção de família não se reduz a unidade conjugal ou nuclear, tampouco à consaguinidade. Para os coletivos populares o conceito de família está ancorado nas atividades domésticas do dia a dia e nas redes de ajuda mútua. Contudo, as crianças e adolescentes participantes desta etnografia têm uma rede de apoio tão frágil que as coloca em medida protetiva de acolhimento institucional. Portanto, a noção de família nesse estudo está relacionada com vínculos. Os vínculos familiares biológicos ou de parentesco estão rompidos e por isso essas infâncias e adolescências estão institucionalizadas. Os vínculos são dinâmicos podendo ser reestabelecidos com a família de origem ou novos vínculos podem ser promulgados com os atores do acolhimento institucional.

Apesar dos avanços nas garantias de direitos propostos pelo ECA, ao trabalhar como Profissional de Educação Física na FPE, percebo que o Estatuto continua sendo provocador de embates entre as intenções de garantia de direitos e proteção, explícitas na legislação. Dentre os direitos que devem ser garantidos nas infâncias e nas adolescências, a Constituição Federal (CF), assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente, situa os lares como direito fundamental¹³ tal qual a saúde, educação, alimentação, entre outros explícitos no Art. 4º do ECA e nos Art. 6º e 217º (parágrafo 3º) da CF (Brasil, 2022), não devendo haver nenhuma hierarquia entre esses direitos.

O que são lares na FPE? Como as crianças e adolescentes percebem seus lares? Que associações são feitas pelas crianças e adolescentes nos seus lares? De que maneira se garante o direito aos lares? Estas são algumas inquietações cotidianas na minha prática profissional, tão fortes que me despertaram o desejo de pesquisar sobre a temática. Ao longo desses anos de atuação profissional, observei que surgem fora dos muros institucionais, especialmente nos momentos de lares, espaços para que as crianças e os adolescentes tenham escuta e manifestem sua capacidade crítica, ou seja, nos lares podem ser criadas condições necessárias para que as crianças e os adolescentes exerçam sua capacidade crítica enquanto inseridas em um contexto como o do Acolhimento Institucional.

Em que pese que a prática profissional manifestou a minha curiosidade e o meu interesse em refletir sobre a presente temática, esse estudo também se justifica pela ausência da temática da literatura científica disponível. Através de uma busca simples

¹³ Art. 4º: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, **ao lazer**, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (*grifo meu*).

nas plataformas¹⁴ *Google Acadêmico* e *Scielo*, utilizando os termos “lazer” e “medida protetiva de Acolhimento Institucional”, encontrei poucos resultados. Os poucos textos encontrados versam mais sobre a percepção das trabalhadoras e dos trabalhadores do que sobre os lazeres. Nessa busca por outras produções científicas, observei que boa parte das pesquisas é desenvolvida com jovens egressos do sistema de proteção, uma vez que há uma dificuldade de acesso às instituições por parte de pesquisadoras e pesquisadores. Nesse sentido, entendo que minha posição no campo é privilegiada, uma vez que por ser trabalhadora da FPE identifiquei meios que possibilitaram uma imersão de mais de um ano no campo.

Saliento que o local de imersão, no caso o NAR e seus AR, nunca foi minha lotação no trabalho ao longo desses 12 anos de FPE. Essa foi, inclusive, uma das duas condicionalidades para a escolha do campo. O outro critério foi de que o local tivesse uma equipe multidisciplinar completa, incluindo Profissional de Educação Física. Durante todo o período da pesquisa estive afastada profissionalmente do contato direto com as crianças e com os adolescentes atendidos. Passei a atuar na sede administrativa da FPE, como responsável pelo Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), exercendo ações junto às servidoras e aos servidores da Instituição.

Ao descrever o efeito etnográfico, Marilyn Strathern (2017) considera relevante que o momento etnográfico seja um “momento de imersão ao mesmo tempo total e parcial, uma atividade totalizante que não é única em que a pessoa está envolvida” (p. 311). A descrição dos elementos que compõem os lazeres das crianças e dos adolescentes busca explicar a conectividade ou a cadeia dos lazeres que surgiram com o campo, através de situações instáveis que geraram momentos de crises. Assim, entendo que os elementos que compõem a Instituição não estão fechados em blocos ou grandes conceitos que supostamente estariam prontos. Pelo contrário, o campo anunciou que estou lidando com uma instituição híbrida¹⁵ que tem um aparato constituído que deveria permitir a inserção de crianças e adolescentes na sociedade enquanto sujeitos em desenvolvimento. Entendo a Instituição como um híbrido, que não é escola e que não é família, isto é, não é o que se espera para crianças e adolescentes na sociedade. Mesmo

¹⁴ Na plataforma *Scielo* localizei 34 artigos no Acolhimento Institucional nos últimos 10 anos, dos quais somente 01 traz aproximações com o termo “brincadeiras” no Acolhimento Institucional (Lira & Pedrosa, 2016). No *Google Acadêmico* encontrei 02 pesquisas com o tema Lazer e Acolhimento Institucional (Rocha, 2017; Rocha, 2023), entretanto a partir do olhar das educadoras sociais de uma Casa de Acolhimento e não das práticas e associações das crianças e adolescentes.

¹⁵ A noção de híbrido apresentada está alinhada com a ideia de Bruno Latour, que se refere à associação de diferentes elementos humanos e não humanos. Esse conceito que será explicado ao longo do texto.

assim, a Instituição exerce uma função normativa, cheia de regras de comportamentos, de moral e de cumprimento de horários, que em uma perspectiva sociológica clássica é entendida como uma instituição total ou disciplinar. Essa lente clássica não contempla justamente o que eu estive olhando, que foram os processos, as conexões, os agenciamentos, as associações, as disputas e os efeitos das multiplicidades de relações (Latour, 2012). Assim sendo, opto por olhar para a questão dos lazeres e do Acolhimento Institucional através da lente da Teoria do Ator-Rede (TAR) (Latour, 2012).

Na minha tarefa de pesquisadora etnográfica “formiguinha”¹⁶, que adotou a teoria-método de Latour (2012), busquei seguir os atores, as agências, as associações e as disputas em torno dos lazeres. Confesso a você, leitora e leitor, que os objetivos iniciais da pesquisa foram modificados a partir da minha entrada em campo, pois o campo me mostrou que a controvérsia central está nas práticas que fazem os lazeres possíveis ou os interditam e como isso gera tensão. O problema de pesquisa e objetivos, foram, portanto, reelaborados a partir do campo.

Passo a questionar: Quais são as associações e disputas nas práticas de lazeres no Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes? Como objetivo geral, seguir as práticas de lazeres de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Assim como compreender as associações em torno dos lazeres no Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes. Mais especificamente busquei descrever como os lazeres são performados na esfera do Acolhimento Institucional e compreender as agências acionadas nos lazeres de crianças e adolescentes em Acolhimento Institucional. Em síntese, compreender a partir do campo as conexões, descrever as associações que se estabelecem e como os atores se conectam e exercem agências nos tempos-espacos de lazeres no Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes.

Cabe desde ressaltar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) e a sua realização se deu em conformidade com a Resolução N° 510, de 07 de Abril de 2016, seguindo os princípios éticos do Art. 3° referente às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais e a Resolução N° 580, de 22 de março de 2018, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Como a pesquisa foi realizada na Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul, solicitei autorização da Instituição, garantindo o assentimento livre e esclarecido das/os participantes do estudo. Para tal, foi aberto um

¹⁶ ANT significa “formiga” em inglês e é a forma metafórica que Latour utiliza como sigla da Teoria do Ator-Rede. ANT, em inglês para Actor-Network-Theory.

Processo Administrativo público PROA nº 22/2148-0001734-2, submetido à Presidência da FPE, à Diretoria Técnica e à Diretoria de Qualificação Profissional e Cidadania. A pesquisa foi autorizada em todas as esferas institucionais. A partir da autorização, foi assinado o Termo de Esclarecimento e Responsabilidade para Realização de Atividades Acadêmicas, de Pesquisa ou Extensão na Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul. O primeiro contato com os atores do estudo, assim como o restante da pesquisa, respeitou o Art. 4º da Resolução Nº 510, estabelecendo uma relação de confiança e respeito onde me coloquei à disposição para questionamentos e diálogos em qualquer uma das fases da pesquisa. A convivência com os coletivos respeitou valores culturais, sociais, morais e religiosos, assim como os hábitos e costumes das e dos participantes. A preservação da identidade ficou sob a minha responsabilidade, protegida de utilização não autorizada. Essas informações serão utilizadas apenas para fins acadêmicos.

Esta dissertação está organizada em seis capítulos. No Capítulo I, “Caminhos Teóricos-metodológicos”, apresento a teoria-método do ator-rede proposta por Latour (2012). No Capítulo II, “Controvérsias e Associações na Entrada em Campo”, descrevo como se deu meu ingresso nesta etnografia. No Capítulo III, “Vínculos e Nós: Desencadeando os Pontos de Passagem Obrigatórios”, identifico, a partir da empiria, a FPE e as Crianças e Adolescentes em acolhimento institucional como ponto de passagem obrigatório. Em “Vínculos e Nós: Desencadeando os Lazeres” (Capítulo IV) proponho a ideia de lazeres como ator-rede. No Capítulo V, “Efeitos Etnográficos da Pesquisa: Afinal, para que serve essa pesquisa para mim?”, busco romper com a noção de uma ciência purificada que se desresponsabiliza pelo campo quando a pesquisa se encerra. Finalizo com as “Considerações Finais” onde evidencio as conclusões do estudo.

CAPÍTULO I - CAMINHOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

*Te agradeço, coração meu,
por não se queixar, por se afanar
sem elogios, sem recompensa,
num desvelo inato.*

*Você tem setenta méritos por minuto.
Cada contração tua
é como o lançar de uma canoa
no mar aberto
numa viagem ao redor do mundo.*

*Te agradeço, coração meu,
porque sem cessar você me retira do todo,
separada até no sonho.*

*Você cuida para que eu não sonhe demais
com o voo
para o qual não é preciso ter asas.*

*Te agradeço, coração meu,
por eu ter acordado de novo e embora seja
domingo,
dia de descanso,
sob as costelas
você seguir o ritmo normal da semana.
(Wisława Szymborska – Para meu coração
num domingo)*

Inauguro este capítulo metodológico com a poesia “Para meu coração num domingo”, da poetiza polonesa Wisława Szymborska, pois ela se dirige ao seu coração, expressando uma hibridez entre poesia, vida, palavras, órgãos biológicos, entre outros.

Ela fala do coração (órgão) e sua pulsão biológica. Ele bate 70 BPM¹⁷ para que ela possa celebrar os pequenos lazeres da vida como um descanso no domingo. O eu-poético é o próprio coração que representa a nossa existência confirmada a cada batimento e a partir disso é possível compreender os vários sentidos do mundo. Assim como Szymborska, Latour¹⁸ também utiliza o sistema circulatório como metáfora para reconstituição da ciência. Ao aproximar esse poema com a obra de Latour, imbrico nesta rede que começo a estabelecer alguns elementos: lazeres, cinemas, poesias, matemáticas, antropologias, sociologias, literaturas, músicas e outras conexões que esta etnografia me fez pensar. Eis a polifonia de uma etnografia, que traz diferentes vozes para pensar os processos, incluindo minha voz de pesquisadora nesta etnografia escrita em pares, uma vez que como trabalhadora da FPE dialogo com os demais atores da pesquisa como meus pares (Strathern, 2017).

Leitoras e leitores, nesse coração pulsante assumo minha decisão de seguir a caminhada etnográfica à luz da Sociologia Pragmática. Mas afinal, por onde ando nessa sociologia? Seguindo o poema com o qual abro o capítulo estou “como o lançar de uma canoa no mar aberto”. Remando por esse mar de correntezas das ciências sociais encontrei em Côrrea e Dias (2016) informações de que em meados de 1980 surgiu na França uma corrente sociológica denominada Sociologia Pragmática, embora não haja consenso na nomenclatura, pois não há uma unidade entre os autores. Podemos encontrá-la como Sociologia da Crítica, Sociologia das Associações ou ainda como Sociologia das Provas. Nesse escrito localizei autores que convergem no campo analítico como Luc Boltanski, Laurent Thévenot, Bruno Latour, Francis Chateauraynaud, Marilyn Strathern, Nathalie Heinich, Isabelle Stengers e Annemarie Mol. Ainda que pese as diferenças e que esses autores e autoras não apareçam nesta pesquisa na mesma proporção que Bruno Latour (uma vez que ele é meu referencial teórico e metodológico) considero importante destacar que estes ajudaram na compreensão da Sociologia Pragmática.

¹⁷ Batimentos por minuto (BPM)

¹⁸ Segundo Marini & Bailão (2023), Bruno Latour (1947 – 2022) foi um filósofo, sociólogo e antropólogo francês. Estudou ciência, tecnologia e sociedade, propôs uma antropologia simétrica de modo a aproximar metodologicamente etnografias realizadas em sociedades ditas tradicionais e aquelas empreendidas em laboratórios. Latour propôs também uma escrita simétrica dos modos de ação dos humanos e não humanos na composição do mundo. Entre 1982 e 2006 foi professor do *Centre de Sociologie de L'Innovation na École Nationale Supérieure des Mines* em Paris. Foi professor na *University of California San Diego*, na *London School of Economics* e em *Harvard*. Em 2013 recebeu o prêmio *Holberg Prize* por sua contribuição às Ciências Humanas. Faleceu em Paris no ano de 2022.

Os autores e as autoras compartilham o interesse por momentos de crise (críticos ou de prova – que são momentos onde o sistema se desestabiliza) e controvérsias, como sendo modos de tornar o social apreensível. A partir dessa visão há uma diversidade conceitual (“justificação”, “rede”, “situação”, “crise”) sendo acionada por esse grupo de autores sob as lentes da Sociologia Pragmática. Contudo, há em comum uma “reivindicação de empirismo, cuja radicalidade varia segundo o lugar dado à experiência e ao papel do pesquisador na elaboração de sua narrativa; importância da ação e do modo recorrente, a ênfase na pluralidade lógica de ação” (Chateauraynaud, 2015, p. 8).

Isabelle Stengers sustenta que a inclusão e a diversidade na pesquisa científica são fundamentais, não somente entre aqueles que a produzem, mas também entre os atores que participam do estudo. A autora propõe um reconhecimento da pluralidade de perspectivas na construção do conhecimento: “O que importa na verdade é a possibilidade de criar modos relevantes de coexistência entre práticas, tanto científicas quanto não científicas; é buscar a maneira de pensar junto” (Stengers, 2023, p. 196).

Nathalie Heinich dedica seus estudos às artes e às provas de grandeza, sendo um de seus principais interesses de pesquisa artistas que ganharam prêmios importantes na área literária. Ela estudou, por exemplo, as mudanças identitárias de quem recebe grandes premiações na literatura. A autora se propõe a descrever “o enlaçamento íntimo entre objetos e ações humanas a fim de entender todo o conjunto de estruturas (incluindo estruturas simbólicas, como representações e valores) que compele e organiza as relações com a arte” (Heinich, 2014, p. 374). Em seus estudos etnográficos ela dialoga, portanto, com a TAR, tecendo uma rede de associações entre humanos e não humanos. O leitor e a leitora perceberá que ao longo da escrita evoco as artes como um recurso linguístico para anunciar as minhas descrições. Ainda que não tenha sido uma inspiração na autora, ela fortaleceu minha ideia de seguir esse caminho na escrita.

Me inspiro na proposta de Annemarie Mol de que as ciências sociais dediquem suas pesquisas às práticas cotidianas. Embora ela se volte ao campo da medicina, me ajuda a compreender que a realidade não é dada, mas sim efeito do que as práticas produzem, ou seja, as práticas são performadas. Utilizarei ao longo do texto o termo *performance* e suas derivações semânticas, no sentido de que Mol emprega a expressão em inglês *enact*: performar (e suas variações), fazer existir e promulgar (Mol, 2008).

Outros sociólogos que localizei nessa abordagem foram Boltanski e Thévenot (2020), que desenvolveram o conceito de economia das grandezas e do justo,

argumentando que as práticas sociais são guiadas por uma lógica de avaliação na qual os atores buscam justificar suas ações com base em critérios socialmente conhecidos. O paradigma do senso de justiça, proposto pelos autores, levou-me a reconhecer a crítica emitida nas palavras e ações das crianças e dos adolescentes participantes da pesquisa. Leitora e leitor, não criem expectativa de que irei me fixar nessa ideia, pois esse ponto de partida não está na centralidade do meu objeto de estudo. Trago essa referência para enfatizar que é possível fazer essa operacionalização com crianças e adolescentes e que as ações dos indivíduos podem gerar efeitos e aí sim, corresponder ao argumento de pesquisa que irei desenvolver.

As capacidades de justificação, que poderiam ser frágeis nas infâncias e adolescências, foram mobilizadas através dos lares quando crianças e adolescentes relataram situações de sofrimento. Cito, por exemplo, a situação onde um menino não desejava ser adotado por um casal heterossexual, tendo em vista várias experiências frustradas de aproximação com pretendentes a adotantes. Numa das idas ao cinema, ele me revelou o desejo de ser adotado “por dois pais, assim não preciso deixar de amar minha mãe” (DC 11 – 27/06/2023). Essa constatação não foi percebida na avaliação psicológica e social do Juizado da Infância e da Juventude (JIJ). Através deste exemplo, busco explicitar que para acionar as capacidades de justificação é preciso diversificar as estratégias, desestabilizar o cotidiano, seguindo as próprias crianças e adolescentes assim como seguir as situações em que os atores são mobilizados. Nesta mesma direção Boltanski (2016) ressalta a importância de levar a sério os atores:

O sociólogo da crítica se obriga, de fato, a seguir os atores o mais próximo possível de seu trabalho interpretativo, traçando seu caminho através dos relatórios que eles constituíram. Ele leva a sério seus argumentos e as provas que eles aportam, sem procurar reduzi-los ou desqualificá-los, opondo a eles uma interpretação mais forte (Boltanski, 2016, p. 146).

Nesta mesma perspectiva, Boltanski e Thévenot (2020) afirmam que as denúncias de injustiças e sofrimentos sociais mostram que os atores podem formular seus problemas conectados com seus entornos sociais e culturais. Mesmo se tratando de crianças e de adolescentes, observei que eles conseguem revelar abusos, violências e negligências vivenciadas. Embora o problema das capacidades críticas, em se tratando de crianças e adolescentes, seja uma proposição instigante a ser estudada¹⁹, o objeto em questão na pesquisa não é esse. Eu estou interessada nas disputas e controvérsias em

¹⁹ Por várias vezes me vi “derrapando” nessa ideia e tendo que fazer um esforço para focar no objeto do estudo.

torno dos lazeres e seus múltiplos agenciamentos. Ao abordar as capacidades críticas das crianças e adolescentes, apenas quero destacar que os atores detêm essa capacidade. Veremos mais adiante a capacidade crítica das crianças e adolescentes agindo quando percebem que o seu próprio acesso aos lazeres só é garantido “se eu fizer tudo correto” (DC 27 - 04/11/23). Portanto, não estou interessada em partir das justificativas dos indivíduos, o que entendo como um equívoco metodológico, mas trazer as justificativas à tona na medida que se tornam relevantes nessa pesquisa como efeito.

Embora a abordagem teórica da Sociologia da Crítica de Boltanski (2016) ajude a pensar os processos analíticos, ressalto que a teoria-método utilizada nesta pesquisa é a TAR²⁰, de Latour (2012). Na obra “Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede”, Latour nos traz a noção de que a sociologia deve se ocupar em descrever e analisar as associações e interações entre humanos e não humanos, ou seja, levar em consideração não apenas as ações humanas, mas também o papel desempenhado pelos objetos, tecnologias e instituições na construção da sociedade. Por ser o livro em que o autor apresenta a TAR, vou me deter mais nessa obra ao longo do texto. Bruno Latour recomenda como “lema” seguir os atores e trazer os humanos e não humanos para o centro do debate sociológico. A obra tem como objetivo retirar da sociologia a segurança da imutabilidade e estabilidade de seu objeto de estudo, dando destaque às controvérsias. O argumento central do livro é que quando os cientistas sociais acrescentam o adjetivo social a um fenômeno qualquer, aludem um estado de coisas que podem ser mobilizadas para explicar outro fenômeno. Latour não vê problema em associar o adjetivo social àquilo que já está agregado, entretanto ele questiona usar o social como qualquer adjetivo, assim como dizemos que uma cadeira é de madeira, isto é, madeira qualifica o substantivo cadeira. Ao usar o termo social indiscriminadamente, seu significado se perde e isso demonstraria o social sendo resíduo daquilo que não pode ser explicado por outra ciência. Por exemplo, Direito é definido por Reale (2002) como o conjunto de normas de ordenação ética que levam ao bem comum. O direito tem uma força intrínseca própria, mas aquilo que o direito não consegue solucionar com suas leis e normas, passa a ser chamado de uma questão social para o direito. Embora diversos autores assumam os lazeres como um Direito Social (Thomassim, 2007; Gomes, 2015; Stigger & Myskiw, 2019) neste estudo tratarei o direito aos lazeres como

²⁰ Sigla para Teoria do Ator-Rede traduzida para o Português.

um Direito Fundamental (Sarlet, 2015), buscando fugir da ideia residual²¹ do social que Latour nos leva a pensar. Dentro dessa lógica, destaco também que não utilizarei o termo “Projetos Sociais” para as atividades de lazeres e esportivas que as crianças e adolescentes em acolhimento institucional participam de forma gratuita. Empregarei a expressão “Projetos Comunitários”, inclusive estando essa terminologia mais alinhada com o ECA que refere os termos “convivência familiar e comunitária”.

Leitora e leitor, você pode estar tendo uma sensação de certo radicalismo por parte desta estudante ou exagero em “sair cortando” – ou para utilizar o termo dos adolescentes no campo, “cancelar” o adjetivo social do estudo – mas não se trata de preciosismo, pelo contrário, consiste na convicção de que existem termos alinhados com o campo teórico a que me proponho. Quando o termo social se conecta com o tema em análise, este será utilizado, porém tentarei fugir das armadilhas residuais. Evidente que o senso comum tem um lugar importante dentro da TAR, quando as questões aparecem no campo empírico e geram efeitos. Quando o social aparece no campo empírico, como por exemplo, uma adolescente relata: “não gosto muito de dançar ballet, preferia fazer judô. Eu vou na aula pra fazer ‘uma social’, porque daí tem outras amigas e a gente conversa e combina de ir no shopping” (DC – 23, 09/09/23).

Nessa situação o social gera um efeito nos lazeres da menina e deve ser levado a sério por estar fundamentado no campo empírico. Então, a lógica não é excluir o social, pelo contrário, é inclui-lo, entendendo que tipos de efeitos as associações com o social produzem. Na visão de Latour (2012), o social não é uma cola que pode fixar tudo, inclusive o que os outros não fixam. O social é aquilo que outros conectores amalgamam. O que Latour quer dizer com isso é que “nenhuma força social está aí para explicar o que os traços residuais que outros domínios não explicam” (p. 22). Pelo contrário, as cientistas vão solucionar o que a sociologia clássica diz como solução. São as pesquisadoras e os pesquisadores que devem descrever as associações e as conexões entre os atores e o que os deixam conectados a fim de explicar os processos sociais. Um

²¹ Outro exemplo que podemos trazer nessa linha proposta por Latour (2012) é sobre economia: aquilo que a economia não consegue explicar com cálculos matemáticos, se coloca no centro dos fatores sociais. Quem nunca ouviu que os preços de determinados produtos e serviços foram reajustados por causa da Guerra entre Rússia e Ucrânia? Na Psicologia, da mesma forma, aquilo que não se explica pelos impulsos, pulsões internas são respondidas pela psicologia social. Torna o social quase que uma solução matemática para determinadas questões de senso comum. Tentando ilustrar essa ideia faço uma livre interpretação do que afirma Latour, transformando essa explicação em uma função matemática: $f(x) = \text{social} + x$; e assim surgem os agregados sociais “socioeconomia” e “sociolinguística”. E como a ordem dos fatores não altera o produto: $f(x) = x + \text{social}$; e se apresenta o social como resíduo “psicologia social”, “pedagogia social”.

exemplo interessante é o curioso caso das bolinhas de tênis²², esporte que pratico toda semana, cujo tubo contendo três bolinhas custava em média 30 reais antes da pandemia de COVID-19 e que a partir de então custa 80 reais. Segundo os economistas esse reajuste se deu pela pandemia. Já a ação do coronavírus SARS-CoV-2 no organismo vai ser explicado pelos Epidemiologistas de maneira isolada. Também é tema da Sociologia das Associações explicar o SARS-CoV-2, as novas associações que fizemos nas nossas relações familiares, com os amigos e na forma de trabalhar, o que está sendo acionado para o aumento de preço das bolinhas e agregar em uma rede de associações o que dizem os economistas e epidemiologistas.

Esse caminho que Latour propôs através da TAR é aquele que pretendo percorrer com os lazeres, sem a pretensão de fixar um conceito amplo, ou explicá-lo através de variáveis prontas. Bruno Latour deu centralidade explicativa não para o indivíduo que age, mas para as conexões e associações que são produzidas, ou seja, o foco de análise muda em relação à sociologia clássica. Não é mais um ator que age no mundo, mas os efeitos de múltiplas relações. Para isso o autor tem o cuidado de criar todo um conjunto léxico de palavras que também constituem a virada ontológica da teoria.

Portanto, dedico esse momento a conceituar esse conjunto de conceitos proposto por Latour (2012): *Ator* “é aquilo que muitos outros levam a agir” (p. 75), o ator nunca está atuando sozinho no palco, muitos outros estão agindo juntos. A expressão hifenizada “Ator-rede” é totalmente diferente das noções de “ator” e “rede” vistos separadamente. É apenas um hífen, mas que faz toda diferença. Didaticamente explicando, tomamos a palavra guarda-chuva, em que “guarda” isoladamente tem uma semântica, assim como o substantivo “chuva”, mas “guarda-chuva” tem um significado diferente do que apenas a soma de duas palavras. *Ator-Rede* é o resultado final de todas as associações e conexões, ou seja, é o final de todos os agenciamentos.

Já *mediadores* “transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam” (Latour, 2012, p. 65). Um exemplo bem

²² Desculpem-me pelo exemplo fora do contexto da pesquisa, mas o tênis constitui os meus lazeres (e por consequência me constitui) e apesar dos preços das bolinhas terem aumentado absurdamente, aliado ao fato de eu não concordar politicamente com quase nenhuma das praticantes de tênis, eu sigo praticando. Agora, inclusive com uma máquina que me lança as bolinhas e que as desgasta ainda mais, me obrigando a comprar novas bolinhas com mais frequência, contudo eu consigo reduzir a convivência com as praticantes, sem deixar de usufruir do prazer que o esporte me alcança. Porque existem outras associações, atores, artefatos e actantes que me conectam ao esporte e que exercem agência sobre o meu desejo e que me mantem nessa rede híbrida que compõe os meus lazeres. Esse é um tema para a Sociologia das Associações explicar, que deixo para outras cientistas.

simples de mediador no meu campo pode ser uma mangueira que conectava um brinquedo inflável e a fonte de energia, situação que ocorreu no DC 26 – 14/10/2023, que descreverei no Capítulo IV. O brinquedo ligado e a energia elétrica estabelecida não são nada no brincar das crianças se a mangueira de ar não estiver corretamente conectada na fonte de energia e na fonte de entrada de ar do brinquedo. Ou seja, sem a mangueira conectada corretamente o brinquedo não cumpre sua função de fazer brincar.

Por *actante* compreende seres humanos e não humanos que modifiquem uma ação, que possibilitem ou impeçam, que deem consistência a uma forma. Os actantes dão força a ideia de conjunção, de seres que junto fazem algo. Não dá para pensar em actantes sem pensar em *associações*, pois têm a capacidade de afetar e serem afetadas pelas ações, ou seja, o actante é o que faz a agência.

Já a *agência* é um humano ou não humano que tem a capacidade de “fazer-fazer”, isto é, algo que tem efeito sobre a ação. O que significa que para a TAR é necessário identificar as agências para compreender sua ação, que por sua vez é o resultado de múltiplas agências (Latour, 2012).

Há, ainda, outros termos que utilizarei e que considero importante mencionar, ainda que sem profundidade conceitual pois irei operar com essas noções na empiria. *Multiplicidades* são processos que não suportam nenhuma unidade e nem remetem a um único ator, se constituem de processos híbridos, com associações de atores (Latour, 2012; Deleuze & Guatarri, 2021). Por *processo de purificação*, entendo um modo sustentado pela modernidade que constrói a natureza no laboratório. O contrário dessa visão moderna consiste no *processo de criação dos híbridos*, que é a interação entre os diferentes atores da rede. A *negação dos híbridos* é o que permite os cientistas modernos irem para os laboratórios, acreditando que nada do que fazem tem efeitos da e na ordem social e política. Latour (2019a, p. 9) vai criticar a modernidade e referir que “o mesmo artigo mistura, assim, reações químicas e reações políticas”, é o que o autor irá chamar de *proliferação dos híbridos*. Nessa mesma lógica semântica, o leitor e a leitora, já deve ter notado que utilizo o termo laser com “S”, ou seja, *lazers*. Portanto, assumo minha decisão de pluralizar o termo e se a ortografia brasileira permitisse escreveria com “S” maiúsculo, pois compreendo “lazers” como um fenômeno híbrido, múltiplo e heterogêneo. Ainda que esteja menos preocupada com o que os lazers são (conceito), e mais atenta ao que ele pode ser. Esse estudo não é *dos lazers*, mas sim *nos lazers*.

Aproveito esse momento para explicitar que na política pública do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mais especificamente na medida protetiva de acolhimento institucional, também há uma virada léxica, como o termo “abrigoamento” que é substituído por “acolhimento institucional”. Já as pessoas na medida protetiva que eram chamadas de “abrigadas” passam a ser nomeadas de “acolhidos e acolhidas²³”. Hoje, embora não tenha sido reformulada a legislação, achamos mais adequado chamar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Assim como não cabe utilizar a expressão “famílias desestruturadas e famílias desorganizadas”, sendo a terminologia adequada “família com vínculos fragilizados” (Brasil, 2017). No campo ouvi os termos abrigados e abrigadas, pois alguns trabalhadores e trabalhadoras não se atualizaram com os verbetes, assim como na literatura especializada sobre acolhimento institucional ainda encontramos esses termos, especialmente nas produções anteriores a 2009, quando se publicou as “Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes” (Brasil, 2009).

Resgatando a ideia de coração, com a qual início este capítulo metodológico, retomo a obra *A Esperança de Pandora*, onde Latour (2017) traz para a discussão “o sistema circulatório dos fatos científicos” (p. 117), onde uma controvérsia as operações de convencimento mobilizam uma hibridez de humanos e não humanos. Nesta circulação dos fatos científicos, deixo evidente que minha decisão foi seguir as práticas de lazeres. Acompanhar as práticas de lazeres reafirma minha posição de que apesar de estar afastada da área de atuação direta com as crianças e com os adolescentes, não me afasto da minha militância para que as crianças e os adolescentes tenham seus direitos garantidos. Portanto assumo que enquanto pesquisadora é deste lugar que me localizo, deixando evidente que “toda visão é uma visão de algum lugar e que todo ato de fala é na fala de algum lugar” (Abu-Lughad, 2018, p. 5). Nesse mesmo sentido Stengers (2023, p. 177) enfatiza “que nós mesmos fazemos parte de agenciamentos acadêmicos que induzem e estimulam a comentar e dissecar criticamente”.

Latour (2017) identifica cinco tipos de atividades que os estudos científicos devem descrever, os quais utilizei no meu percurso metodológico:

1. MOBILIZAÇÃO DE MUNDO (instrumentos): “é uma questão de se dirigir para o mundo, torná-lo móvel, trazê-lo para o local de controvérsia, mantê-lo empenhado e fazê-lo sustentável de argumentação” (p. 119). Nesta pesquisa, consiste

²³ Ver a esse respeito em Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes. Brasil (2009).

nos documentos analisados, observações e, principalmente, nos diários de campo. Inicialmente, considerei que seria necessário fazer entrevistas, mas ao longo do campo percebi que não precisaria, pois nas práticas de lazeres consegui acessar as informações que reuni nessa dissertação, através dos diálogos com os atores e com a observação-participante. Foram realizados 42 diários de campo, normalmente realizados nos sábados à tarde ou nos dias de semana durante a noite (sempre fora do horário da minha jornada de trabalho na FPE). Cada ida ao campo durava em torno de 3h ou 4h. A maior parte das idas a campo foram gravadas por áudio do celular, o que me permitiu transcrever as falas. Nos momentos de lazeres vi em curso a *mobilização de mundo* ora pelas crianças, ora pelos adolescentes, ora pelos trabalhadores e trabalhadoras. As narrativas apresentadas e as observações que foram convertidas nos diários de campo sempre aconteceram durante as práticas de lazeres.

2. AUTONOMIZAÇÃO (comunidade acadêmica): para convencer, o cientista “precisa de alguém para ser convencido!” (p. 121). Esta segunda etapa do sistema circulatório consiste em mostrar como uma pesquisadora encontra colegas. Ninguém pode se especializar em algo sozinha, sem autonomização de um grupo de pares. Portanto, a autonomização consiste da relevância do estudo na comunidade acadêmica na qual estou inserida. Trata de convencer meus pares de que o estudo é importante e que tem de “continuar a fluir e convencer outros colegas” (p. 122-123).

3. ALIANÇAS (aliados): é o empenho de tornar o público interessado, ou seja, a capacidade de mobilizar grupos “para que o trabalho científico se desenvolva em qualquer escala (...) para que as instituições prosperem, para que as profissões evoluam, para que as cátedras e outros cargos se multipliquem” (p.123). É a habilidade da pesquisadora para atrair o interesse alheio: “As alianças não pervertem o fluxo puro da informação científica, ao contrário, constituem precisamente aquilo que torna esse fluxo mais rápido e com uma taxa mais elevada de pulsação” (p.124). Estabeleci ao longo do campo alianças com as crianças e com os adolescentes, com as trabalhadoras e com os trabalhadores, com as voluntárias e com os voluntários e com as gestoras e com os gestores. Contudo, essas alianças não surgiram ao acaso, elas foram trabalhadas, os vínculos foram sendo tecidos e ao longo da pesquisa, inclusive se modificaram, como por exemplo, como quando há troca de direção do NAR em agosto de 2023 (DC 05/08/2023).

4. REPRESENTAÇÃO PÚBLICA (relações com o mundo exterior): refere-se a forma de como cientistas buscam se fazer representar pelas esferas públicas. Latour

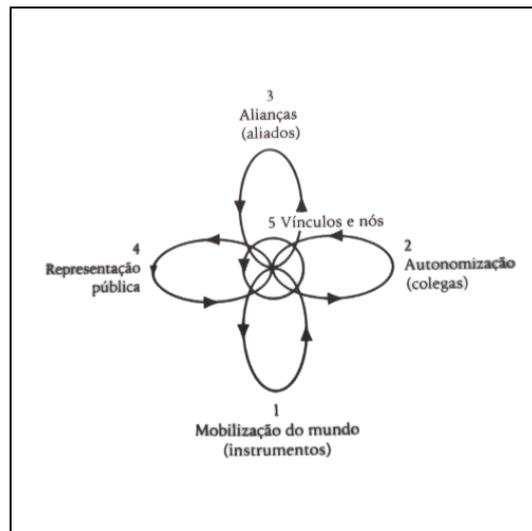
(2017) argumenta que a representação pública desempenha papel crucial na formação de consensos e na negociação dentro das redes de relações sociais. Nesta pesquisa foram os múltiplos diálogos estabelecidos com o Ministério Público (MP), com o JIJ, com os projetos comunitários, com os clubes, e com os equipamentos de lazeres acessados pelas crianças e adolescentes.

5. VÍNCULOS E NÓS (coração da pesquisa): chegamos ao “coração palpitante” da pesquisa, tal como o poema de Szymborska. Latour (2017, p. 126) diz que “chamo de vínculo e nós a fim de evitar a palavra conceito”. Segundo o autor, esse é o circuito mais difícil de se estabelecer. É o trabalho de manter bem amarrado o “nó Górdio²⁴”. Consiste em manter unido ao longo da pesquisa todos os demais elementos do circuito. Esse é o grande desafio da pesquisa.

Abaixo apresento duas figuras: a Figura 1 é o modelo de Latour para representar graficamente o sistema circulatório dos fatos científicos. Já na Figura 2 peço licença para fazer uma releitura do modelo proposto por Latour, numa tentativa estilizada de passar a ideia de sistema circulatório com um coração no centro, imbricado por uma rede de conexões ao fundo, passando a ideia de rizoma, que se refere a um mapa que deve ser produzido, construído com múltiplas entradas e saídas (Deleuze & Guattari, 2021).

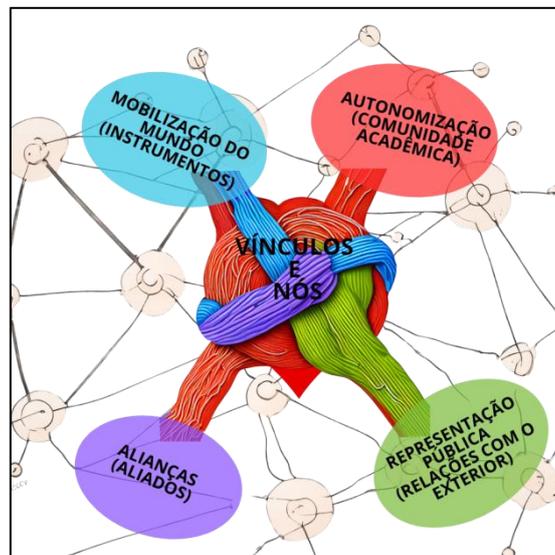
²⁴ Bruno Latour traz a metáfora de "nó Górdio" em seu livro "Jamais Fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica" (2019a). A expressão "nó Górdio" refere-se a uma lenda da mitologia grega que envolve um nó complexo atado a uma carroça de bois pertencente a Górdias, rei da Frígia. Segundo a lenda, uma profecia afirmava que quem conseguisse desatar esse nó se tornaria o governante da Ásia. A história do nó Górdio tem como solução em vez de tentar desatar o nó de forma tradicional, Alexandre, o Grande, simplesmente o cortou com sua espada. Isso simboliza uma abordagem direta e pragmática para resolver problemas complexos, ignorando as regras convencionais. Latour utiliza essa metáfora para ilustrar a abordagem simétrica da antropologia, que busca entender os fenômenos sociais sem preconceitos ou hierarquias preestabelecidas.

Figura 1: O Sistema Circulatório dos Fatos Científicos



Fonte: Latour (2017, p. 119)

Figura 2: O Sistema Circulatório dos Fatos Científicos: Cinco tipos de atividades que os estudos científicos devem descrever



Fonte: Elaborado pela autora inspirada no modelo de Latour (2017)

Enquanto apresento as decisões metodológicas que orientam este estudo, enfatizo que ao empregar o termo *decisões* manifesto minhas preferências por um específico suporte teórico, por determinados instrumentos de pesquisa, ou seja, pela opção de uma caracterização de estudo. Portanto, a escolha pelo caminho da Sociologia das Associações de Bruno Latour, indicam uma intencionalidade e os pressupostos

teóricos da pesquisadora e a liberdade enquanto pesquisadora para seguir os atores e estabelecer associações com a arte, com a literatura. Isso significa dizer, conforme Silveira (2008, p. 40) que “tanto na construção desses caminhos quanto na aquisição e aplicação dos conhecimentos, a criatividade e a sensibilidade do artista e do pesquisador são importantes”. Ou como nas palavras de Latour:

a diversidade dos mundos da ficção inventados no papel permite aos pesquisadores adquirir tanta flexibilidade e alcance quanto aqueles que têm que estudar o mundo real. Somente graças a uma estreita familiaridade com a literatura é que os sociólogos da ANT podem tornar-se menos empedernidos, menos rígidos, menos tesos em sua definição do tipo de ações que povoam o mundo. (...) porque os atores também leem muitos romances e assistem muita televisão (Latour, 2012, p. 87-88)

Através da lente da Sociologia das Associações, esta etnografia apresenta as seguintes etapas de investigação:

A) Contextualização da temática, em que defini o objeto, o problema e a justificativa do estudo, sendo realizado também um inventário provisório das próprias ideias, indicando a direção da pesquisa e incluindo as origens do interesse pela temática. Novamente, deixo explícito que minha decisão foi a de seguir as práticas de lazes. Nesse sentido, as interações ocorreram durante os lazes ou no seu entorno, como nos trajetos para ida a passeios, ou após algum evento. Destaco que a partir da entrada de campo a pergunta de pesquisa e o objetivo foram sendo alterados, como já citado. O objetivo inicialmente era “compreender de que maneira as crianças em acolhimento institucional vivem o lazer na FPE”.

B) Estudo sobre etnografia e busca de outras pesquisas que dialogassem com a temática nas plataformas “Google Acadêmico” e “*Scielo*”. Identificação de um referencial que fornece um suporte teórico para a investigação, em que se definiu a Sociologia das Associações como a teoria-método a lente condutora da pesquisa.

C) Trabalho de campo, com elaboração de 42 diários de campo que foram feitos a partir de visitas semanais em três AR situados em Porto Alegre, no período de 16 de dezembro de 2022 a 27 de janeiro de 2024. Essas visitas incluíram o acompanhamento das crianças nos projetos comunitários de lazes e em atividades externas aos AR, como, por exemplo, jogo de futebol e cinema. O primeiro momento de registro do Diário de Campo se dava imediatamente ao final do campo, enquanto me deslocava do AR até minha casa. Nesse momento gravava áudios com minhas percepções que foram

transcritos nos diários. A elaboração do diário de campo se deu por meio das três etapas fundamentais do estudo etnográfico propostos por Oliveira (1998):

- O OLHAR: observação dos rituais e do cotidiano nos abrigos residenciais pesquisados e nas práticas de lazeres dentro e fora dos “muros institucionais”;
- O OUVIR: escuta dos diferentes atores durante as observações de campo;
- O ESCREVER: elaboração do diário de campo, que foi escrito logo após a observação de campo.

D) Converter as notas de campo em notas mais elaboradas: o objetivo foi converter as notas de campo em notas mais completas. Ao perseguir questões de pesquisa, as reflexões incluem possíveis análises, precisando, portanto, uma rotina de converter a experiência de campo o mais breve possível para que não se perdesse os detalhes que foram necessários para a descrição.

Saliento que estas são apenas divisões didáticas das etapas da pesquisa, pois, conforme venho aprendendo em minhas leituras e na experiência de realizar esta investigação, a pesquisa etnográfica deve ser a todo o momento analisada, pensada e interpretada.

Em vias de conclusão, saliento que a teoria-método é “apenas” uma lente para tentar compreender a realidade. Através dela, realizo um percurso de ir e vir com as situações do campo. Ela não dá conta de responder toda a complexidade do campo em que estou inserida, mas resulta de um esforço para contribuir nessa rede de associações e controvérsias no estudo dos lazeres. O conceito de controvérsias será operacionalizado nesse estudo a partir da Teoria do Ator-Rede (Latour, 2012), como os momentos de disputas que surgem entre os diferentes atores da rede de associações, assim como os argumentos e ações que são acionados pelos atores para negociar as práticas de lazeres. Ao seguir os atores busco identificar as crises geradas pelas controvérsias que desestabilizam as práticas de lazeres, como são realizadas as negociações e agências que mobilizam suas ações. Saliento que as controvérsias não são fixas nem rígidas, estão sempre em movimento em um processo dinâmico de desestabilização e estabilização da rede, gerando efeitos nos seus atores e em suas práticas.

O desafio da pesquisa está em construir associações que não estejam no explícito dos grandes poderes, mas nas práticas de lazeres e nas possibilidades dos atores construir associações e agenciamentos nos espaços que não estão tão fortemente

atravessados por grandes linhas duras (Deleuze & Guattari, 2021)²⁵. É evidente que uma análise foucaultiana²⁶ do poder dentro de uma instituição disciplinar era uma opção viável. Embora seduzida por essa possibilidade em alguns momentos, percebi que meu interesse não está no óbvio, não está aonde se localizam os grandes poderes institucionais.

Finalmente, para tirar qualquer dúvida sobre essa investida, na disciplina de “Educação Física, Cultura e Sociedade” tive contato com a obra de Bruno Latour, pelo qual me encantei. Assim, essa pós-graduanda que inicia sua trajetória nos estudos etnográficos optou por esse instigante caminho, com todas dificuldades e desafios que nele se apresentam, porém com vontade de aprender e fascinada por esse jeito singular de fazer pesquisa. Faço aqui meu trabalho de formiguinha que vai a campo, que assiste às aulas, que trabalha 40 horas semanais, que redige diário de campo, que vivencia o próprio tempo de lazeres e que teve “domingos como dias de descanso e dias de estudo com um coração pulsante”.

1.1 A “CASINHA” E SEUS “MORADORES” E “VIVENTES”

*A nossa casa não é sua nem minha
Não tem campainha pra nos visitar
A nossa casa tem varanda dentro
Tem um pé de vento para respirar
A nossa casa é onde a gente está
A nossa casa é em todo lugar
(Arnaldo Antunes – A nossa casa)*

A epígrafe dessa seção, composição de Arnaldo Antunes, faz emergir a noção de híbrido na casa. Quando Antunes canta “A nossa casa”, refere-se a casa coletiva, que

²⁵ Autores que na obra *Mil Platôs* inspiraram o pensamento latouriano, trabalhando com a ideia de Multiplicidade e Rizoma.

²⁶ Foucault, filósofo francês, publicou, entre tantas obras, o livro *Vigiar e Punir* (2011 [1975]) em que discutiu profundamente a questão disciplinar, trazendo a ideia de que o poder disciplinar opera através das instituições, as quais não apenas punem transgressões, mas também moldam e controlam os corpos e comportamentos das pessoas, criando uma sociedade disciplinada. Em que pese que não utilizo uma abordagem foucaultiana, eu não rejeito totalmente as ideias de Foucault, uma vez que o próprio Latour teve influência nesse pensamento na construção da TAR. A questão é que não estou interessada nos grandes poderes institucionais e sim nas práticas de lazeres das crianças.

também não é de ninguém. É um lugar incomum de moradia, isto é, não é o que se espera de uma casa dentro da noção de família padrão, normatizada. A “nossa casa” quando denota “todos” significa que é de quem por ali passa, sejam moradores, sejam viventes. Aqui estabeleço uma diferença conceitual: *moradores* são as crianças e os adolescentes que utilizam o equipamento como moradia, embora as agentes educadoras e os agentes educadores muitas vezes consideram a “casinha” como seu lugar de residência

Aqui tem que ser a nossa casa e eles os nossos filhos, por isso a gente compra coisas. Porque a gente fica aqui o dia todo. Tem que ter conforto pra ficar aqui o dia todo e tem colegas da noite que passam a noite inteira. Não dá pra depender da Fundação. Agora tem a dengue, a Fundação não deu um repelente, então a gente trás. (...) Nas festinhas, se depender da Fundação vai ser sempre tudo igual só cachorro-quente, então é lógico que a gente faz um ranchinho e compra as coisas. Comida, decoração, essas coisas. A Fundação não enxerga, mas as crianças sabem. Então a gente compra coisas pra nós e pra eles (crianças e adolescentes) - (DC 32 – 18/11/23).

Já *viventes* denotam as pessoas que passam por ali, que de alguma maneira vivenciam a casa. “A nossa casa” me coloca pertencente a esse local. Aqui fica evidente a ideia de uma etnografia feita aos pares, em que a pesquisadora também compõe o lugar. Portanto, destaco que sou uma actante dessa cadeia que construí, uma vez que não posso me isentar e componho com outros corpos a rede do estudo. Praticamente todas as vezes que fui a campo, durante minha caminhada até os abrigos residências, essa música acompanhou meus pensamentos. A “nossa casa” inclui nesse lugar as crianças, os adolescentes, as trabalhadoras, os trabalhadores, as voluntárias, os voluntários e esta pesquisadora. Coloca neste lugar também os não humanos como a casa feita de concreto, os muros, os cadeados, os brinquedos, os eletrônicos e os alimentos.

O local no qual realizei a imersão é um Núcleo de Abrigo Residencial (NAR), que compreende três AR localizados em Porto Alegre, que atende crianças e adolescentes. Strathern (2017) ressalta que há uma inevitável distância entre o acadêmico e o morador da aldeia. Contudo, de acordo com a autora, os etnógrafos que trabalham em terreno familiar chegarão a um melhor entendimento do que chegariam em outro lugar se precisassem transpor certas barreiras. Acredito que ser trabalhadora da Instituição, ainda que não no NAR estudado, além de possibilitar uma inserção de campo única, me proporciona uma maior reflexividade: esta é uma etnografia “feita em casa”.

Por se tratar de uma pesquisa em que estou estudando uma instituição cujos atores (crianças e adolescentes) recebem proteção do Estado, me encontrei em uma situação delicada sobre como abrir a “caixa-preta” dos lares na FPE sem expor as crianças e adolescentes, assim como as trabalhadoras e os trabalhadores. A solução encontrada foi a utilizada por Latour (2019b), isto é, protegendo o anonimato dos atores, modificando todos os nomes próprios e o nome dos locais de acolhimento, assim como não tornando explícita a localização do NAR e AR.

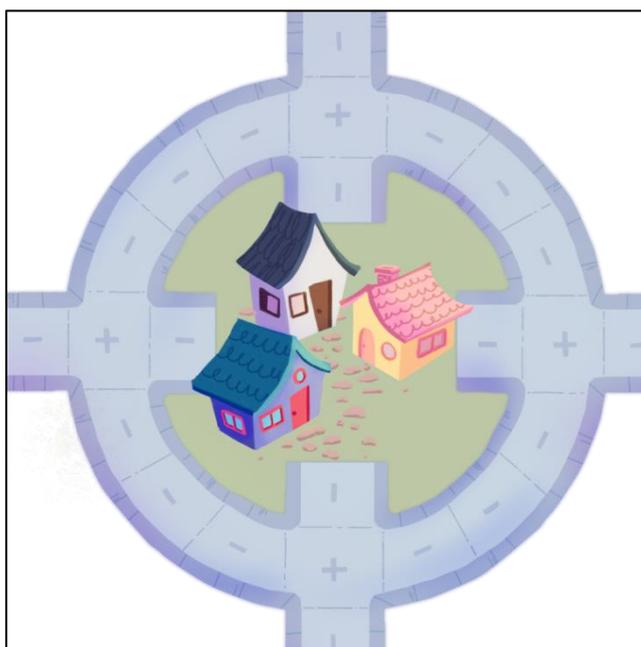
Como investigar o segredo de Estado sem revelar o segredo de Estado? Esse é o problema de método e de deontologia ao qual fui confrontado nesse livro. Os antropólogos conhecem bem esse problema, embora aqueles cujas práticas são reveladas raramente leiam suas obras. Na dúvida é sempre possível fazer um pacto com os informantes para dissimular os nomes e os lugares de iniciação, ou os rituais cujas etapas são reveladas, sem que suas cerimônias percam a eficácia para quem têm relação direta com elas. (...) Que desgraça, que erro seria se o pesquisador, por uma vontade de saber deslocada, pusesse fim à obscuridade indispensável à manutenção de uma instituição que, em última estância, lhe garante a existência legítima (Latour, 2019b, p. 9-10).

Leitoras e leitores, asseguro que os relatos, os diálogos, as observações e os eventos foram totalmente preservados, para que pudesse fazer a descrição e análise dentro dos caminhos etnográficos. Reconstituí os locais e os nomes próprios dentro do que Latour chama de “ficções verossímeis” (2019b, p. 11).

A pesquisa foi realizada no “NAR Formiguinha* e nos seus abrigos residenciais AR Azul*, AR Branco** e AR Bege***”²⁷. Há ainda a sede administrativa do NAR. Utilizei nomes fictícios para as casas, oficialmente todos os AR da FPE recebem uma nomenclatura de AR seguido de um número, ou seja, há AR05, AR06 (...), AR 45. Esses AR foram nomeados na ordem de abertura de cada casa no processo de reordenamento, sendo que muitos deles foram fechados no processo de sucateamento e terceirização da execução do serviço de acolhimento institucional.

²⁷ *Nomes Fictícios

Figura 3: NAR Formiguinha e seus três AR



Fonte: Elaborado pela autora

A noção de *casa* nesta pesquisa é fundamental. Afinal, as crianças e os adolescentes são retirados de suas casas por ordem judicial e passam a ter um abrigo residencial como local de moradia, chamado pelas crianças de “casinha”. A casinha ou as casinhas que estou observando nesta etnografia estão inseridas na comunidade de um bairro de classe média²⁸ de Porto Alegre, o que rompe com uma das mais importantes diretrizes do acolhimento institucional que é a territorialidade, em que as áreas residenciais de acolhimento não devem distanciar-se, do ponto de vista geográfico e econômico, da realidade de origem das crianças e adolescentes (Brasil, 2009). A localização desse equipamento de acolhimento é controversa. As crianças e adolescentes em acolhimento nesses espaços estão longe de sua família de origem, da rede de apoio e das políticas públicas que acessam. Por questões éticas da pesquisa, evitando que os atores sejam reconhecidos, bem como a localização dos AR adotei nomes fictícios. Nas descrições etnográficas manterei sigilo sobre os atores, portanto, quando transcrevi as falas dos trabalhadores e das trabalhadoras não nomeei o cargo, o que permitiria a identificação de quem se trata, mas garanto que não houve alteração das

²⁸ Ao longo do trabalho a expressão “classe média” não está sendo usada como um conceito, mas como uma noção de classe que tem um padrão de vida e consumo razoável, não apenas para atender suas necessidades de sobrevivência, mas também para acesso a variadas formas de culturas e lazeres. Portanto, nessa pesquisa remete a uma expressão no sentido de manter em equilíbrio o *status* social.

falas e das situações. Abaixo segue Tabela 1 com as informações sobre os moradores e viventes:

Quadro 1: Viventes e moradores

CARGO	FUNÇÃO	VIVENTE OU MORADOR
<i>Equipe Diretiva</i>	Composta por uma diretora, que é a guardiã legal das crianças e dos adolescentes; e dois assistentes de direção, que auxiliam a diretora nas funções administrativas. Quando o NAR está sem motorista (pela falta funcional), os assistentes fazem a função de motoristas, levando as crianças e os adolescentes. São Cargos de Comissionados de gestão, nomeados por indicação política. Não concursados.	Viventes
<i>Equipe de Analistas</i>	Composta por um Profissional de Educação Física, uma Pedagoga, uma Enfermeira, duas Assistentes Sociais e uma Psicóloga. O SUAS define como equipe mínima no serviço de acolhimento Assistente Social e Psicóloga. O Estado do RS, após luta das trabalhadoras e dos trabalhadores, mantém uma equipe multidisciplinar com os demais profissionais. Do ponto de vista legal, a equipe de analistas responde solidariamente pelas crianças e adolescentes junto com a guardiã. São concursados e concursadas.	Viventes
<i>Chefia de Equipe</i>	Composta por agentes educadores e agentes educadoras, duas/dois por plantão, que são chefes das agentes educadoras e dos agentes educadores. Responsáveis por realizar as escalas de plantões, efetividade funcional dos agentes educadores, substituição das faltas funcionais, entre outras funções administrativas. São concursados e concursadas, mas com nomeação pela gestão com Função Gratificada.	Viventes, exceto uma das chefes que é bastante vinculada com as crianças e adolescentes, portanto ora vivente, ora moradora da casa.
<i>Agentes educadoras e Agentes educadores</i>	Cada plantão tem duas ou dois agentes, com exceção da AR Branco, que tem um menino que apresenta Transtorno do Espectro Autista grave e que precisa de um agente educador que o acompanhe exclusivamente, dessa forma nessa casa ficam três agentes educadoras ou educadores por plantão. Cada plantão é de 8h, ou seja, de 8h em 8h são substituídos os/as responsáveis pelo cuidado direto	Em muitas situações considerados moradores da casa.

	das crianças e dos adolescentes. Ao longo da escrita desta pesquisa podem ser chamados de agentes, educadores, educadoras, cuidadores ou cuidadoras. São concursados e concursadas.	
<i>Cozinheiras e cozinheiros</i>	Cada casa tem uma cozinheira ou um cozinheiro que trabalha 8h. Por ter toda uma relação de afeto e cuidado que envolve para além do cuidado das crianças e dos adolescentes, essas profissionais desenvolvem grande vinculação com as crianças e com os adolescentes. A dispensa da cozinha é tratada como sua e relatam que por muitas vezes compram mantimentos para preparar “gostosuras” (DC 5 – 29/04/2023) para as crianças e os adolescentes. São concursados e concursadas.	Por vezes, podem ser consideradas como moradoras da casa.
<i>Equipe de Higienização</i>	Trabalhadoras e trabalhadores de empresa terceirizada responsáveis pela “faxina pesada” nas casas. Não demonstram vinculação com as crianças e com os adolescentes. Se limitam a fazer o trabalho. Durante todo o tempo do campo não percebi interação com as crianças e adolescentes. Descobri através de informação do campo que têm uma cláusula contratual de que não é permitido contato direto com as crianças e com os adolescentes.	Viventes
<i>Motorista</i>	Um motorista com jornada de trabalho de 8h. Concursado.	Vivente
<i>Crianças e Adolescentes</i>	33 crianças e adolescentes, distribuídos em três AR, de zero até 18 anos incompletos, em medida protetiva de acolhimento institucional.	Moradores
<i>Pesquisadora</i>	Durante esta etnografia vivi o campo e me considero uma participante das casas.	Vivente

Fonte: Elaborado pela autora

Tendo em vista a questão de interesse dessa pesquisa, detalharei as informações sobre os moradores da casa: o número de crianças e adolescentes em acolhimento institucional é dinâmico, pois quase que diariamente há solicitação de ingresso de crianças e adolescentes. Ainda há aqueles que evadem dos abrigos, assim como os desligamentos por diferentes motivos: retorno a família de origem, adoção, maioridade civil. Cabe salientar que de acordo com o Art. 19, §2º, ECA, o tempo máximo de permanência das crianças e dos adolescentes em acolhimento intitucional não se prolongará por mais de 18 meses. Conforme mencionado anteriormente, irei apresentá-los mantendo sigilo dos nomes próprios, ou seja, utilizando nomes fictícios. Minhas

anotações nos diários de campo transcrevem as comunicações, reconstituindo as histórias com verossimilhança, contudo tendo o cuidado de preservar a identidade das crianças e dos adolescentes, assim como dos demais informantes do estudo. As informações que lhes apresento foram obtidas através de diálogos com a equipe diretiva e de analistas, e conversas com as crianças e com os adolescentes durante as práticas de lazeres.

Para fins didáticos apresento as crianças e os adolescentes divididos por AR em que residem em três tabelas, construídas pela autora (com base nas informações obtidas até julho de 2023), contemplando as seguintes informações: Nome (fictício), AR, Idade, Cor, Escola. Quanto às práticas de lazeres, foram práticas comuns a todos e todas, por isso não destaquei nessas tabelas. Elas são múltiplas e quanto me refiro a práticas específicas como, por exemplo, Dança, Judô e Futebol, significa que essas crianças ou adolescentes praticam atividades de lazeres em projetos comunitários. Já os brinquedos, brincadeiras e jogos são aqueles lazeres praticados no AR ou organizados com os atores do AR, podendo ser atividades externas em praças ou shoppings. Ou ainda as festas dentro e fora do local, assim como espetáculos e jogos futebol que foram assistir. Ao longo da pesquisa todas as crianças e todos os adolescentes vivenciaram lazeres cotidianos, ou seja, jogaram bola, assistiram TV, jogaram no videogame, utilizaram brinquedos.

Quadro 2: Oito crianças e três adolescentes acolhidos no AR

NOME	AR	IDADE	COR	ESCOLA
<i>Bruno</i>	Branco	Cinco anos	Parda	Educação Infantil
<i>Gustavo</i>	Branco	Cinco meses	Branca	Não se aplica
<i>Heitor</i>	Branco	Dezesseis anos	Branca	Educação Especial
<i>Igor</i>	Branco	Cinco anos	Preta	Educação Infantil
<i>Juliano</i>	Branco	Quinze anos	Parda	4º ano
<i>Laura</i>	Branco	Três anos	Preta	Educação Infantil
<i>Lucas</i>	Branco	Nove anos	Preta	1º ano
<i>Rafaela</i>	Branco	Seis meses	Parda	Não de aplica
<i>Sofia</i>	Branco	Quatorze anos	Preta	8º ano

<i>Taís</i>	Branco	Sete anos	Preta	2º ano
<i>Téo</i>	Branco	Um ano	Parda	Não se aplica

Fonte: Elaborada pela Autora

Quadro 3: Sete crianças e três adolescentes acolhidos no AR Azul

NOME	AR	IDADE	COR	ESCOLA
<i>Adriano</i>	Azul	Três anos	Preta	Educação Infantil
<i>Artur</i>	Azul	Nove anos	Branca	4º ano
<i>Augusto</i>	Azul	Oito anos	Parda	1º ano
<i>César</i>	Azul	Dezessete anos	Branca	Educação Especial
<i>Eduardo</i>	Azul	Dezessete anos	Parda	EJA
<i>Érica</i>	Azul	Dois meses	Branca	Não se aplica
<i>Georgia</i>	Azul	Dezesseis anos	Preta	Educação Especial – EJA
<i>Julia</i>	Azul	Sete meses	Preta	Não se aplica
<i>Mariana</i>	Azul	Dez anos	Preta	2º ano
<i>Martina</i>	Azul	Cinco anos	Preta	Educação Infantil

Fonte: Elaborada pela autora

Quadro 4: Seis crianças e seis adolescentes acolhidos no AR Bege

NOME	AR	IDADE	COR	ESCOLA
<i>Maitê</i>	Bege	Onze anos	Branca	4º ano
<i>Sabrina</i>	Bege	Oito anos	Branca	Não de aplica
<i>Daniel</i>	Bege	Treze anos	Parda	7º ano
<i>Renato</i>	Bege	Dez anos	Parda	3º ano
<i>Rute</i>	Bege	Três anos	Branca	8º ano
<i>Camila</i>	Bege	Dezessete anos	Parda	9º ano
<i>Hugo</i>	Bege	Quatorze anos	Preta	Educação Especial

<i>Mateus</i>	Bege	Sete anos	Preta	1º ano
<i>João</i>	Bege	Onze anos	Preta	5º ano
<i>Kleber</i>	Bege	Dezesseis anos	Preta	8º ano
<i>Lian</i>	Bege	Dezesseis anos	Preta	9º ano
<i>Robson</i>	Bege	Quatorze anos	Branca	5º ano

Fonte: Elaborada pela autora

Concluo este capítulo metodológico destacando esta pesquisa foi construída com a intenção de dar um retorno para os participantes. Retomo esta questão no Capítulo V “Efeitos etnográficos no campo: afinal, para que serve essa pesquisa pra mim?”. Adianto que após finalizar a pesquisa, apresentarei os resultados na FPE, em diálogo as trabalhadoras, com os trabalhadores, com as gestoras e com os gestores, conforme previsto Art. 9 da Resolução N°580 do CNS. O encontro será presencial, o que deve proporcionar um diálogo mais horizontal entre o grupo participante e a pesquisadora, em data e horário previsto com antecedência para organização de todas e todos no auditório da FPE. Já a devolutiva para as crianças e adolescentes será feita através de um jogo de tabuleiro intulado “Desencadeando”, que começou a ser construído coletivamente no campo, em 08 de julho de 2023 (DC 13). Na Sala de Recreação, utilizando um grande pedaço de papel, organizamos um jogo sobre as múltiplas práticas de lazeres das as crianças e dos adolescentes e suas associações. Será combinado com a direção do NAR um momento para entrega do jogo, em que irei até os AR para jogar e resgatar com as crianças e os adolescentes o processo de construção da atividade. Também será proporcionado uma oficina para que os agentes educadores e agentes educadoras possam jogar e compreender o processo no qual o jogo foi criado.

CAPÍTULO II - CONTROVÉRSIAS E ASSOCIAÇÕES NA ENTRADA EM CAMPO

“Depois, ao longo do verão, enquanto esperava meu primeiro cargo de professora, pensei: “um dia terei que explicar todas essas coisas”. Ou Seja, terei que escrever (...). Para contar a história de uma vida regida pela necessidade, não posso assumir de saída, um ponto de vista artístico, nem tentar fazer alguma coisa “cativante” ou “comovente”. Vou recolher as falas, os gestos (...) de uma existência que também compartilhei. Nada de memória poética, nem de ironia grandiloquente. Percebo que começa a vir com naturalidade uma escrita...” (O Lugar – Annie Ernaux).

Esse capítulo tem como objetivo apresentar minha entrada em campo na pesquisa etnográfica. Optei por iniciá-lo com um trecho do livro “O Lugar” da escritora francesa Anne Ernaux²⁹, considerado uma autossociobiografia. Uma história híbrida entre sua vida pessoal e a sociologia, em que a autora investiga as relações familiares e de classe a partir de sua experiência. Reproduzi o trecho em que Ernaux se dá conta de que um dia terá que escrever sua experiência, pois esse é um dos dilemas da minha etnografia. O que escrever? Como escrever? O que, por conta do tempo limitado da pesquisa, terá que ser suprimido? O que deverá ser destacado? Como estruturar esse texto? Meu campo foi e é tão instigante que estes dilemas me acompanharam durante todo processo de escrita. Esses questionamentos e angústias surgem, pois o “efeito etnográfico” se dá no momento da escrita. A escrita consiste na recriação imaginativa da experiência no campo e estabelece uma relação complexa entre o campo etnográfico e o campo teórico (Strathern, 2017).

Dialogando com Latour (2012), “a boa sociologia tem de ser bem escrita; senão o social não aparece nela” (p. 184). Portanto, os relatos que seguem não podem ser

²⁹ Primeira mulher francesa a receber o prêmio Nobel de Literatura (2022).

considerados apenas uma narrativa da pesquisadora, tendo em vista que a TAR propõe uma descrição em que todos os atores fazem *alguma coisa*. Portanto, meu esforço na escrita é de estabelecer as conexões entre os vários atores que compõem a rede. Para iniciar essa descrição do campo, apresento uma série de relações que envolveram minha entrada em campo, mostrando minhas aproximações com as crianças e com os adolescentes, com as trabalhadoras e com os trabalhadores, e com a gestão da FPE.

Minha entrada de campo me pegou de surpresa. Havia feito uma reunião com o núcleo responsável pelo monitoramento de pesquisas na FPE, o NMAP (Núcleo de Monitoramento, Avaliação e Pesquisa), junto da direção do NAR e de uma representante da equipe de analistas. A reunião ocorreu em novembro de 2022 e ficou estabelecido que iniciaria as observações de campo a partir de 2023. A pesquisa foi aceita na FPE e bem recebida pela diretora do NAR.

Ocorreu que na segunda semana de dezembro de 2022 a diretora entrou em contato comigo com o convite para que eu fosse a um passeio em um Sítio no interior do RS, no Município de Dois Irmãos. Era uma festa exclusiva para as crianças e adolescentes do NAR, promovida por uma grande indústria do calçado no RS, que voluntariamente quis oferecer a atividade em alusão ao Natal das crianças e dos adolescentes. Evidente que aceitei, pois seria uma oportunidade de conhecer as crianças e os adolescentes em momento de lazeres. O primeiro estranhamento veio quando foi sugerido que um estagiário de educação física me acompanhasse e o segundo estranhamento foi de que, eu e “meus dois estagiários”³⁰ seríamos levados até o local com veículo oficial dirigido pelo assessor da presidência da FPE: “Alguma coisa de errado não estava certo” (pensei).

Questionei a direção sobre a possibilidade de ir no transporte com as crianças e adolescentes e sobre qual a necessidade de os estagiários irem junto. Então, veio a revelação: o Profissional de Educação Física do NAR estava em licença saúde e o interesse dessa minha ida a campo era que eu fosse mais uma força de trabalho na atividade e que os estagiários fizessem a recreação das crianças e dos adolescentes. Essa é uma questão importante na FPE: a falta de força de trabalho, por conta de adoecimento funcional, das aposentadorias e dos doze anos sem concurso público. De qualquer maneira, mantive o novo combinado com a Diretora e fomos até o sítio no interior de Dois Irmãos, de carro oficial.

³⁰ Cabe uma nota de que essa foi o único momento que os estagiários de Educação Física, que supervisiono, foram a campo.

Mesmo tendo estudado sobre etnografia, antes da entrada em campo, comecei a sentir seus efeitos na prática. De acordo com Magnani (2023), os protocolos da etnografia não devem apresentar uma rigidez metodológica, têm de haver um equilíbrio e a pesquisadora etnográfica deve interagir com o campo. Ademais, às vezes, “a prestação de tais serviços pode ajudar diretamente a pesquisa” (Hammersley & Atkinson, 2022, p. 118). Eis a simetria de uma etnografia feita com os pares que nos alerta Latour (2012, 2017, 2019a). Aproveitei a ocasião para estabelecer minhas alianças com a gestora.

Nessa primeira investida coisas interessantes aconteceram. Chegamos (eu e os estagiários) alguns minutos antes das crianças e dos adolescentes e percorremos parte da propriedade ao lado de um dos funcionários do local. O Sítio era enorme, com lagos unidos por uma ponte, árvores, sala de jogos, salão de festa, animais e piscina. Sim, havia uma piscina profunda (as crianças não “davam pé” – só de olhar pude constatar) com um toboágua instalado. Mesmo sendo dezembro, a temperatura daquele dia não estava tão quente, ainda mais em uma cidade localizada na encosta da Serra Gaúcha. Pensem leitoras e leitores na seguinte cena (que visualizo em câmera lenta): crianças felizes, correndo em direção à piscina (gelada). Agora corte essa cena para as educadoras e os educadores tentando conter essa iniciativa. Disputa instalada: crianças querem entrar na piscina e educadoras e educadores não querem deixar, com o argumento de que está frio (argumento oficial). Percebo que há um outro argumento que não é exposto abertamente, mas nos cochichos entre os trabalhadore e trabalhadoras: “Se eles entrarem, eu vou ter que entrar”; “Nem pensar que eu vou entrar nessa água gelada” (DC 1 – 16/12/2022).

A situação de crise está gerada nos lazeres. Como resolver essa disputa? Como lidar com as controvérsias? Eu e meus estagiários oferecemos brincadeiras com bolas. Conseguimos a atenção das crianças e dos adolescentes por alguns 20 ou 30 minutos, mas depois nada mais importava para aquelas crianças e adolescentes, apenas o desejo de entrar na piscina. Todos tinham uma mochila com outras roupas para trocar. Percebi que a diretora queria deixar as crianças entrar na água, mas ao mesmo tempo não queria contrariar as funcionárias e os funcionários. A partir dos argumentos das agentes educadoras e dos agentes educadores o destino estava selado: “ninguém entrará na piscina!”. Fiquei observando como se desataria esse nó. E a solução foi criada pelas crianças e adolescentes: elas simplesmente se jogaram na piscina de forma orquestrada e quase simultânea! Em meio aquele espanto, tirei meus tênis para me preparar para pular

também, afinal alguns estavam prestes a se afogar. Não foi necessária minha entrada na piscina, as educadoras e os educadores entraram para evitar afogamentos. Eu fui para parte de cima do tobogã, organizar a descida das crianças e dos adolescentes.

Mesmo com uma aparência que indicava que estavam com frio, eles se recusavam a sair da piscina. Apenas quando o lanche foi servido e que os dentes se batiam de frio e lábios roxos, que as crianças e os adolescentes resolveram deixar a água e ir para o salão lanchar. Um menino ainda ficou um pouco mais na piscina e me contou que morava com o avô, mas que o avô ficou doente e que não pode mais cuidá-lo. “Nadar me fez lembrar do meu vô. Ele me ensinou a nadar na praia. A gente morava na praia” (João, 11 anos, DC 1 – 16/12/2022). Uma das características que percebi em torno dos lazeres é que ele tem a capacidade de acionar memórias, ou seja, acionar o passado.

Minha segunda incursão em campo se deu na “Noite do Hambúrguer” (DC 2 – 31/03/2023³¹). O evento aconteceu no pátio do NAR, onde há um *playground*. Além das pessoas envolvidas com o acolhimento institucional, havia um grupo de voluntários que trouxe uma banda para tocar no evento. Fui recebida com aceitação pelas crianças e pelos adolescentes, assim como pelos trabalhadores e trabalhadoras do local. Conforme Stigger e Myskiw (2020), “essa aproximação é menos difícil no âmbito do lazer, talvez por esse ser um espaço-tempo caracterizado pela ludicidade” (p. 8). De acordo com Latour (2011) a impossível tarefa de abrir a caixa-preta se torna exequível quando nos movimentamos no tempo e no espaço até encontrarmos o nó da questão.

Assim como na primeira ida a campo, estabeleci uma relação próxima com os demais atores. Estava disponível para ajudar, brincar, dançar, conversar com as crianças e com adolescentes. Embora as crianças e os adolescentes não me conhecessem, a equipe de analistas me conhecia e me viram como colega. Novamente aqui minha tarefa era não ser confundida como força de trabalho, ao mesmo tempo que encontrar o nó da questão significou de certa forma oferecer minha força de trabalho. Meu desafio foi me situar em relação aos trabalhadores e às trabalhadoras, para ser aceita sem deixar de ser vista como pesquisadora, assim como me enxergar como pesquisadora no local de trabalho. Novamente menciono o desafio de uma etnografia feita com pares.

Minha tarefa não consistiu em impor a ordem, em revelar aos atores o que eles são ou em acrescentar alguma lucidez à sua prática cega. A tarefa é seguir os próprios

³¹ Só pude retornar ao campo em março, pois sucederam vários surtos de COVID-19 no local e as visitas de qualquer ordem foram suspensas

atores e descrever e tentar compreender as associações e controvérsias (Latour, 2012) referente aos lazeres. O nome da atividade, “Noite do Hambúrguer”, já chama a atenção, pois uma máxima institucional é que “para um evento ter sucesso é preciso muita comida”. Um trabalhador enfatiza: “Porque evento sem comida não rola. Poderia ter o MC que fosse cantando aqui. Se não tivesse comida estaria todo mundo dentro de casa”. Uma criança se dirigiu a mim comemorando: “Tia eu já comi oito hambúrguer (sic)!” A partir daí percebo que a contagem do número de hambúrgueres ingerido passa a ser algo significativo. Para as crianças e para os adolescentes representa *status*, ou algo a ser festejado, e para as trabalhadoras e os trabalhadores no sentido de cuidado, para ser interrompido: “Para de comer. Tu vai passar mal!” advertiu uma trabalhadora. A Diretora afirma que ficou até às três horas da manhã fazendo os bifes dos hambúrgueres, enfatizando sua dedicação ao trabalho.

O alimento é um ator não humano que compõe o acolhimento institucional. É possível dizer que as crianças e os adolescentes constroem suas regras de comensalidade, ou seja, possuem agência na formação e na adaptação da comensalidade, na medida em que a comida é um elemento não humano que vincula formas de sociabilidades humanas. Em seu estudo “Sem Natureza, Sem Cultura: O Caso Hagen”, Strathern (2017) afirma que a criança desenvolve nela mesma uma maturidade social ao invés de ser treinada para tanto, ou seja, a criança não é um selvagem, embora elas sejam menos socializadas do que nutridas.

A TAR compreende os atores não humanos não como *intermediários* que transportam efeitos únicos, tampouco como *simbolismo humano*, mas como atores que *promovem* modificações de várias formas durante as ações. Isso não implica, entretanto, a uma inversão universal na qual os não humanos determinariam a ação, mas a consideração de que eles *provocam diferenças* nestas ações, sejam as estimulando, as alegrando, as autorizando, as interrompendo. Assim, conforme Latour (2012, p. 114), há uma “ampliação das possibilidades de análise do o quê ou quem se torna agente na ação, devendo tal enfoque ser explorado desde o início da investigação”.

Na terceira entrada em campo (DC 3 – 15/04/2023), a Diretora me informou que todos os sábados uma voluntária realizava no abrigo institucional aulas de yoga para crianças. Essa atividade dentro da instituição é conflituosa, pois as “Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes” (Brasil, 2009), preveem que tendo interface com outros serviços da rede socioassistencial, quanto com demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, sendo que “sua atuação deve basear-se no

princípio da incompletude institucional, não devendo ofertar em seu interior atividades que sejam da competência de outros serviços” (p. 43). Conforme Latour (2011, p. 43), “quando nos aproximamos dos lugares onde são criados fatos e máquinas, encontramos no meio das controvérsias”. Atividades como a yoga, práticas esportivas, aulas de dança devem ser oferecidas na comunidade (projetos comunitários, escolas especializadas, etc), não no interior do abrigo residencial, pois a lógica do acolhimento institucional é que as crianças e os adolescentes tenham inserção comunitária.

Diferente da visita anterior, nenhum dos trabalhadores e trabalhadoras me conhecia. Tive que me apresentar para a educadora que foi me receber no portão da casa. Ninguém havia sido informado da minha ida. Nessa casa haviam três pessoas trabalhando em espaços diferentes. Uma das crianças disse “Tia eu te conheço!”. Depois de brincar com várias possibilidades de lugares que ela poderia me conhecer, afirmei que era da “Noite do Hambúrguer”. Ela levantou do sofá e saiu dizendo que eu estava ali para distribuir hambúrguer. Então expliquei que não era por isso que estava ali. Contei para as crianças e para os adolescentes sobre a pesquisa. Quando eu falei “lazer”, imediatamente me perguntaram se poderiam brincar. Uma trabalhadora então disse que se quisessem andar de bicicleta que fossem naquele momento, porque depois da yoga tomariam banho e não iriam mais para rua.

Acompanhei as crianças até o pátio e percebi que as bicicletas estavam trancadas com cadeado em um depósito, cuja chave estava presa no colar no pescoço da educadora. O que significa bicicletas cadeadas? O que significa uma chave no pescoço da cuidadora? Leitora e leitor, fiquem com essas questões, pois cadeados e chaves são atores potentes nos lazeres da Instituição.

A trabalhadora me perguntou sobre o que trata minha pesquisa, respondi que era sobre os lazeres. Então ela me contou que as crianças ficam somente dentro da casa, que não têm passeios e que acha muito importante que eles tenham atividades e brincadeiras fora. Referiu que a falta de funcionários e que os problemas de saúde mental das crianças impossibilitam as saídas. Contou que nunca mais teve doação de convites para irem a shows e passeios – “Aí eles acabam sendo penalizados por não termos condições de sair”. Novamente a falta de força de trabalho aparece como um bloqueio para as práticas de lazeres.

Durante nossa conversa, a professora de yoga chega, o que foi festejada pelas crianças. Já entre as trabalhadoras percebo uma “agitação”: a chave da sala de recreação não foi encontrada. Uma delas falou ao telefone com o assistente de direção e disse que

ele levou pra sua casa a chave e que levaria aproximadamente uma hora para chegar até ali. A trabalhadora afirmou que só a direção tinha a chave: “Nós não temos uma cópia, fica sempre fechada e só a direção tem a chave. Todos os sábados têm aula de yoga e nunca lembram”. Fiquei me questionando: “Por que a sala de recreação deve ficar trancada? Por que somente a direção tem acesso a esta chave? Por que os educadores e as educadoras, que estão trabalhando no local, não têm acesso a essa chave? Por que as crianças e os adolescentes não têm livre acesso a sala do brincar?”.

A aula então ocorreu no pátio. As crianças manifestaram seu descontentamento em não terem acesso à sala de recreação afirmando que iria chover e que a aula tinha que ser na sala. Um menino disse: “Começou a chover! Está pingando!” Mesmo a professora afirmando que não estava chovendo, as outras crianças repetiam que havia chuva e durante toda aula a questão da chuva foi retomada. Em um momento a professora pediu que eles olhassem fixamente para um ponto e uma das crianças disse que não conseguia por causa do sol: “O sol machucava o olho”, entretanto não havia sol, o dia estava nublado.

Compreendo a maneira pela qual as crianças demonstram sua resistência, afetadas pelo acesso negado à sala, como o ator se performando numa situação de controvérsia. Outro menino perguntou se seria possível dançar na aula. A professora respondeu que sim, mas que somente quem fizesse toda aula. Então o menino afirmou: “O Tio (trabalhador) disse que se eu não fizer yoga o tio vai me botar de castigo!”. E assim surgiram mais controvérsias, pois “na vida real, não é possível detê-las ou fazer caminhar como queremos” (Latour, 2011, p. 43).

Observei que as práticas de lazeres geram crises na instituição, seja pela apropriação do seu espaço – guardado com cadeados, às vezes, intransponíveis – seja sendo performado como um ator que gera disputa, punindo comportamentos entendidos como inaceitáveis e premiando condutas “aceitáveis” numa rede de associações (descrita no Capítulo IV). A professora informou para a criança que seria premiada com a dança se fizesse toda aula, por outro lado o trabalhador comunicou que se não fizesse a aula ficaria de castigo. Nessas relações, quem está com a chave para abrir a caixa-preta? Segundo Latour (2011) a realidade é o que resiste. As crianças, a sua maneira, resistiram.

Nas primeiras entradas em campo, as crianças e os adolescentes me comunicaram que fazia tempo que não assistiam aos jogos do Internacional e do Grêmio nos Estádios, que tinham muita vontade de ir e me pediram pra conseguir ingressos.

Então surgiu a ideia de através da pesquisa realizar as alianças com o mundo externo. Eu e minha orientadora encaminhamos ao Sport Club Internacional um ofício solicitando a doação de ingressos para as crianças e os adolescentes assistirem aos jogos do clube no estádio Beira-Rio, durante o Campeonato Brasileiro de Futebol.

Alguns dias depois, a Direção Social do clube entrou em contato doando quatro ingressos para que as crianças pudessem ir ao jogo Internacional x Flamengo, porém solicitou informações como nome completo, CPF, RG das crianças, assim como de um(a) adulto(a) responsável. Entrei em contato com o NAR para obter as informações. A diretora estava em reunião, então pedi para duas analistas do local. Uma delas não deu qualquer retorno, enquanto a outra respondeu: “Acho melhor pedir para a diretora, para não dar treta. Sabe como é”.

Então solicitei a gestão da FPE os dados que precisava. Recebi as informações, mas ainda estavam incompletas. No dia seguinte, às vésperas do jogo, fui chamada pela gestão para dar explicações sobre o pedido. relatei que a pesquisa já havia passado pelo Comitê de Ética e que por ser uma etnografia poderia haver modificações no projeto inicial de acordo com os movimentos no trabalho de campo. Expliquei ainda que em nenhum momento foi pedido os ingressos em nome da instituição de acolhimento e que no ofício esta não havia sido identificada. Mais tarde fui chamada novamente pela gestão, para me informarem que naquele momento eu não poderia fazer esse agenciamento com o Clube, pois no projeto não estava explícito que isso ocorreria. Além disso, há um setor administrativo na instituição que faz parcerias com os agentes externos. Seria necessário submeter essa questão a outros setores para fazer alinhamentos e que, portanto, essas atividades agenciadas pela pesquisa estariam suspensas. Ocorre que essa decisão se dá em meio a uma disputa política na Instituição, com substituição da Presidência, em que os trabalhadoras e trabalhadores do quadro, assim como os cargos de confiança, estavam fazendo diversas ações para se manterem nos cargos. Uma parceria com Internacional é algo que dá visibilidade e não ter sido feita pela Instituição, mas sim pela pesquisa, entrou para a esfera de disputa.

A crise provocada pelos lazes foi instalada. Com ajuda da minha orientadora justificamos que a etnografia permite este encaminhamento e que isto não violaria qualquer princípio ético. Uma trabalhadora, que tem conhecimento técnico, e cujas ações são reconhecidamente pautadas por compromissos éticos, me respondeu que compreendeu a relevância da ação: “Entendemos a motivação e a pertinência da proposta. Mas para resguardo de todos é importante que isso seja mais claro no projeto

aprovado pelo CEP e/ou justificado para que a gente possa alinhar aqui com os envolvidos e não tenham atravessamentos depois”. O argumento da trabalhadora, para que não houvesse atravessamentos, é forte, pois a instituição tem muitas disputas políticas e os lares entram nessa esfera de disputa. Assim como em Silveira (2016), nesses diálogos surgiram vários questionamentos: “Inúmeras vezes, durante o trabalho de campo, fui indagada sobre como eu estava desenvolvendo a pesquisa; os procedimentos que fiz para obter a aprovação do projeto no Comitê de Ética” (p. 158).

Por trabalhar na Instituição, “o situar-se” passa a ser um desafio, uma vez que essa atividade de busca ativa por ingressos a jogos de futebol era recorrente enquanto eu trabalhava diretamente com as crianças e com os adolescentes, dessa forma a pesquisadora e a trabalhadora se misturam, também formando um híbrido. Além disso, pode haver uma assimetria entre as expectativas da instituição e os objetivos da pesquisa.

O acesso da pesquisadora a recursos escassos pode ser valioso em campo, como base de estabelecer reciprocidade com os participantes.

Esta é uma forma de o pesquisador de campo demonstrar que ele ou ela não é um intruso explorador, mas que tem algo a oferecer. Entretanto, algumas tarefas que os participantes solicitam aos etnógrafos podem ‘enredá-los em hierarquias ou divisões da organização’ (Hammersley & Atkinson, 2022, p. 118).

A pesquisadora, propondo algo do seu conhecimento específico para outros atores, desestabiliza uma série de agências híbridas, por vezes, aliando-se com pessoas que se movem na mesma direção. A Diretora do abrigo, por exemplo, expressou satisfação ante a possibilidade das crianças e dos adolescentes participarem do jogo. Ela já havia comunicado a casa e me escreveu: “Eles vão amar!”. Em outros momentos, lida-se com pessoas e atravessamentos políticos, com outros interesses para além do que a pesquisa pode agenciar. Nem sempre é possível desviar dessas situações.

Parafraseando Latour (2019a): “A ‘instituição’ está sem rumo: à esquerda, o conhecimento das coisas; à direita, o interesse, o poder e a política dos homens” (p. 11). Nesse olhar é necessário refazer alianças, aliar-se a pessoas e se basear na ciência para que se consiga entrar em campo com as crianças. Dessa vez não foi possível, fui ao jogo como pesquisadora-torcedora e entrei em campo sozinha, em um dia de pesquisa etnográfica que (não) aconteceu.

Minha entrada em campo se deu “pela porta de trás, a da ciência em construção, e não pela entrada grandiosa da ciência acabada” (Latour, 2011, p. 6). Iniciei o capítulo

com a provocação dos desafios da escrita no fazer etnográfico, que seguiram me acompanhando em cada página aqui apresentada. Nestes primeiros momentos no campo pude perceber que a falta de força de trabalho é um importante elemento nos bloqueios das práticas de lazeres. Também chamo atenção para o desafio de me situar como pesquisadora³² nessa etnografia feita aos pares.

Ao analisar minha entrada em campo, olhando para a experiência como um todo após mais de um ano de trabalho seguindo as práticas de lazeres, percebo que há dois “pontos de passagens obrigatórios” para essas práticas, a saber: a) a FPE; e b) as crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Em sua obra “Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora”, Latour (2017) traz a noção de ponto de passagem obrigatório, que corresponde a este lugar em que a rede concentra em si o maior número possível de associações fortes. Eu estou seguindo os lazeres, mas não consigo olhar para eles sem enxergar a FPE. Essa entrada em campo me mostra que não tenho como chegar nas práticas de lazeres sem olhar atentamente para a FPE, que é um ponto de passagem obrigatório.

A “festa no sítio” me anuncia a falta de força de trabalho, porque eu estava lá para ajudar no cuidado das crianças e dos adolescentes. A “aula de yoga” me mostra os cadeados da instituição e o jogo do Internacional demonstra os arranjos políticos da FPE. Quando entro em campo, percebo a história da FPE sendo performada, seu passado e futuro sendo acionados.

O outro ponto de passagem obrigatório são as crianças e os adolescentes em acolhimento institucional. Elas anunciam a rede com suas falas, com suas ações e com sua resistência. Quando se “jogam” na piscina gelada, elas demonstram a força de suas associações ao ponto de entrarem na piscina mesmo sem autorização, obrigando os adultos a também participarem do banho, ainda que contrariados. Quando tiram o microfone dos cantores na “noite do hambúrguer” e protagonizam o repertório musical, assim como quando questionam o acesso à sala de recreação, estão criando uma rede forte de associações e performando as práticas de lazeres que elas protagonizam.

Só pude visualizar estes pontos de passagens obrigatórios no fim do campo. Acredito que para o leitor e para a leitora esses quatro momentos (os episódios da piscina, microfone, sala e ida ao Beira-Rio só) sejam suficientes para convencê-los e convencê-las de que os lazeres que estou seguindo acionam esses pontos de passagens

³² Tanto na minha relação com as/os demais trabalhadoras, como na relação das demais trabalhadoras/es e gestoras/es em relação a mim.

obrigatórios: sem a FPE, o presente estudo não teria essas práticas de lazeres e; sem as crianças e adolescentes em acolhimento institucional também não. No Capítulo III me dedico a uma descrição mais extensa desses pontos de passagens obrigatórios.

CAPÍTULO III – VÍNCULOS E NÓS: DESENCADEANDO OS PONTOS DE PASSAGEM OBRIGATÓRIOS

O pilão é uma ferramenta nas mãos de uma mulher; com ele, ela é mais forte do que quando conta apenas com as mãos, pois é capaz de moer trigo. No entanto, se o pilão for preso a uma estrutura de madeira, e se essa estrutura for presa às pás de uma moenda que utilize vento, tem-se uma máquina, um moinho de vento que põe nas mãos do moleiro um agregado de forças que nenhum ser humano poderá jamais igualar. (...) Como se valer do vento? Como levá-lo a relacionar-se com o trigo e o pão? (...) Complicadas negociações precisam estar sendo feitas o tempo todo em ambos os casos para que as alianças provisórias não se rompam. (...) Quanto ao vento, o que pode acontecer com ele? Simplesmente varrer com seu sopro moinhos frágeis, rasgando pás e asas. O que o mecânico deve fazer para manter o vento em seu sistema de alianças, apesar do modo como ele muda de direção e de força? Precisa negociar. Precisa criar uma máquina que seja receptiva ao vento, mas também imune a seus efeitos indesejáveis. (...) Agora é o topo do moinho que gira. Naturalmente, há um preço para isso, pois agora é necessário ter um número maior de manivelas e um complicado sistema de rodas, mas o vento estará transformado em aliado confiável. (...) O que acontece às

peessoas que se reúnem em torno do moleiro? (...) Queiram o que quiserem, por melhores que sejam no manejo do pilão, o caminho delas agora passa pelo moinho. Trata-se de uma maquinação inteligente, não? E por causa disso o moinho transformou-se em ponto de passagem obrigatória das pessoas, por causa do trigo e do vento

(Latour, 2017, p. 201-203)

Peço desculpas pela longa citação com a qual esse capítulo inicia. Decidi compartilhá-la com você, que nesse momento dedica seu tempo a leitura dessa dissertação, para que também possa apreciá-la. Esse trecho, que descreve o ponto de passagem obrigatório no pensamento latouriano, me toca pela sua beleza, é praticamente arte.

Conforme descrito no final capítulo anterior, compreendo a FPE e as crianças e adolescentes como pontos de passagem obrigatórios nas práticas de lazeres, que só acontecem da forma que acontecem quando passam por esses dois pontos. Latour (2017) opera com os pontos de passagens obrigatórios através de exemplos empíricos, não através de conceitos. Conforme descrito por ele, um ponto de passagem obrigatório depende das forças de suas associações, que estão sempre sendo negociadas, performadas e se compoem pelas alianças de seus atores. Esses pontos de passagem obrigatórios são elementos que fazem os outros atores se moverem. Cito dois exemplos. Quando as crianças se jogam na piscina, fazem os educadores também entrarem na água, modificando a proposta inicial desses lazeres, que consistia em um passeio no sítio. Ao cear o acesso aos lazeres, como foi o caso da situação envolvendo uma ida ao jogo do Internacional negada pela FPE, outras práticas de lazeres podem ter acontecido na casinha naquele dia, mas os lazeres, tal qual proposto pela pesquisadora, não se concretizaram. Ao longo deste capítulo, me dedicarei a descrever esses pontos de passagem obrigatórios. O capítulo está organizado em duas partes: a primeira delas dedicada à FPE e a segunda à rede de associações das crianças e adolescentes.

3.1 ASSOCIAÇÕES DA FPE: UMA INSTITUIÇÃO HÍBRIDA

Figura 4: A pintura “La guardiã alla roua del trovatelli” de Gioacchino Toma (1846-1891)



Fonte: Galleria Nazionale d'Arte Moderna em Roma³³

Abro este debate com a obra *La guardia alla ruota dei trovatelli*, de Gioacchino Toma³⁴ (Figura 4), que aborda o tema da infância abandonada. A pintura retrata o interior de uma sala onde os bebês abandonados na roda dos expostos, que aparece ao fundo da pintura, são recebidos. O cenário é o amanhecer e retrata duas mulheres encarregadas de vigiar a roda, adormecidas em suas cadeiras, com um bebê deitado no canto da cama. A pintura captura a vulnerabilidade desses bebês deixados à mercê das instituições religiosas de caridade.

Início com uma reconstituição histórica do processo da institucionalização das infâncias e adolescências no Brasil. Essa retomada é importante, pois resgato o que abordei em “Primeiras Associações”, quando menciono as controvérsias em torno do

³³ Disponível em <https://www.beni-culturali.eu/opere_d_arte/scheda/la-guardia-alla-ruota-dei-trovatelli-scena-di-genere-toma-gioacchino-galatina-le-1836-napoli-1891-12-00826971/150467>. Acesso em 22 de abril de 2024.

³⁴ O pintor italiano Gioacchino Toma teve como tema central de sua obra o abandono. O pintor foi abandonado em uma roda em um convento aos 6 anos de idade. A pintura “La guardia alla ruota dei trovatelli” é parte do acervo da Galleria Nazionale d'Arte Moderna em Roma. Fonte: https://www.beni-culturali.eu/opere_d_arte/scheda/la-guardia-alla-ruota-dei-trovatelli-scena-di-genere-toma-gioacchino-galatina-le-1836-napoli-1891-12-00826971/150467 – Acesso em 22/04/2024.

que é a FPE e a dificuldade de desvinculá-la da FEBEM e do ato infracional. Ressalto que esse resgate histórico emerge nas falas das trabalhadoras e dos trabalhadores da FPE quando estou no campo observando as práticas de lazeres, onde a agência do passado é acionada pelos e pelas profissionais da Instituição. Leitora e leitor, a decisão de colocar a FPE no centro de uma cadeia como ponto de passagem obrigatório é desta pesquisadora, contudo a partir do olhar do campo empírico, surge a necessidade de apresentar fundamentações encontradas na literatura no tema do acolhimento institucional.

A História das infâncias e adolescências institucionalizadas no Brasil evidencia a forte vinculação das instituições com as igrejas cristãs nesse processo de encarceramento das infâncias e adolescências. Conforme Chambouleyron (2004), em 1554 é fundada, pelos jesuítas, a Confraria Menino Jesus, primeira escola que assume a função de abrigo de órfãos. Financiada pela Coroa Portuguesa, era destinada tanto aos órfãos vindos de Portugal, quanto à educação das crianças indígenas. O objetivo da Confraria era evangelizar as crianças indígenas, objetivo este ampliado posteriormente às crianças pobres, abandonadas ou órfãs (Chambouleyron, 2004):

No período colonial, a assistência à infância no Brasil seguia determinações de Portugal, aplicadas por meio da burocracia, dos representantes da Corte e da Igreja Católica. Igreja e Estado andavam juntos. O Evangelho, a espada e a cultura europeia estavam lado a lado no processo de colonização e catequização implantado no Brasil. Ao cuidar das crianças índias, os jesuítas visavam tirá-las do paganismo e discipliná-las, inculcando-lhes normas e costumes cristãos, como o casamento monogâmico, a confissão dos pecados, o medo do inferno.

A institucionalização das infâncias enquanto um sistema organizado teve origem na Itália – não por acaso, a pintura que apresento à leitora e ao leitor na abertura deste subcapítulo é de um pintor italiano – durante a Idade Média, surgindo particularmente com as Confrarias de Caridade cristãs, voltadas para a realização das Obras de Misericórdia, origem da ligação com a Santa Casa de Misericórdia. Entre o final do século XII e início do século XIII, o Papa Inocêncio III, ao constatar que inúmeros bebês eram retirados mortos das redes de pescadores, ordenou a criação em Roma do primeiro hospital destinado a crianças abandonadas. Nesse hospital, se inventou um dispositivo cilíndrico, onde se colocava os bebês abandonados pelo lado da rua. Ao girá-lo, o bebê estava no interior da instituição. Daí se origina a Roda dos Expostos. No Brasil a Roda dos Expostos (ou Roda dos Enjeitados) foi uma das instituições de mais longa duração: foi criada no Brasil Colônia, se estabeleceu fortemente no Brasil Império

e se manteve até a década de 1950, no Brasil República. Executada pelas Santa Casa de Misericórdia, o Brasil foi o último país a extinguir a roda (Marcílio, 2001).

As três primeiras Rodas dos Expostos do período colonial estavam localizadas em Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738) e Recife (1789) A Roda de São Paulo, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas (RS), de Cachoeira (BA), de Olinda (PE), de Campos (RJ), de Vitória (ES), de Desterro (SC) e de Cuiabá (MT) foram criadas no mesmo período no rastro da lei dos municípios, que isentava a Câmara da responsabilidade pelos expostos, desde que na cidade houvesse uma Santa Casa de Misericórdia que se incumbisse do cuidado das crianças órfãs (Marcílio, 2001). Conforme Rizzini e Pilotti (2011), na Santa Casa de Misericórdia ou Casa dos Expostos a mortalidade infantil era bastante elevada, chegando ao índice de 70% entre os anos de 1852-1853.

O Rio Grande do Sul foi o Estado brasileiro que mais contou com rodas, o que pode ser explicado pela influência das igrejas cristãs no Estado. Além disso, a roda cumpria uma função moral na manutenção de casamentos, uma vez que também se caracterizava pela desresponsabilização dos genitores pelos filhos gerados fora do casamento. A Casa da Roda de Porto Alegre foi uma das últimas a ser extinta em capitais (1940), atrás somente de São Paulo e Salvador, que foram fechadas na década de 1950 (Marcílio, 2001). No Centro Histórico Cultural da Santa Casa de Porto Alegre há uma réplica da roda dos expostos que funcionava na instituição (Figura 5).

Figura 5: Foto Réplica da Roda dos Expostos



Fonte: Arquivo pessoal

O regime de funcionamento das instituições seguia o modelo do claustro e da vida religiosa. As práticas religiosas e o restrito contato com o mundo exterior eram características fundamentais dos colégios para meninos órfãos e dos recolhimentos femininos. No caso das meninas, a clausura era imposta com mais rigor. Mas essa não era a única forma de atendimento das crianças. A Santa Casa também encaminhava as crianças para as amas de leite, que mantinham o cuidado até os três anos de idade, podendo prorrogar por igual período. Ao completarem sete anos de idade os meninos iam para a Marinha, Exército ou seminário religioso. Já as meninas eram encaminhadas para famílias substitutas ou ordens religiosas (Rizzini & Rizzini, 2004).

Em 1855 é criado o primeiro Programa Nacional de Políticas Públicas voltado para a criança desvalida. Foram instalados Asilos para "menores", uma forma de acalmar presidentes provincianos que, após a abolição do tráfico de escravizados, temiam diminuir sua mão de obra. Assim, após instruções simples e formação cívica, essas crianças eram capacitadas e habilitadas para servir aos interesses do governo, realizando trabalhos braçais. A instituição era voltada para a prevenção e a regeneração, inculcando a valorização do trabalho infantil e a educação moral (Marcílio, 2001; Rizzini & Pilotti, 2011).

Destaco que a institucionalização de crianças órfãs ou abandonadas ocorria de modo segregado. Cada classe social ocupava um determinado espaço físico, havendo distinções entre livres e escravizados, brancos e negros, homens e mulheres. Nesse momento o poder sobre as infâncias pobres, que era absoluto da Igreja, entra em disputa com os senhores de escravizados. A Lei do Ventre Livre (1871) permitia que os filhos dos escravizados fossem mantidos com os proprietários para serem alimentados, vestidos e preparados para o trabalho (Rizzini & Pilotti, 2011).

Em 1927 é promulgado o Código de Menores Mello Matos, que representou um “avanço” na proteção dos “menores”, com a extinção da Roda dos Expostos. Na prática, a roda só foi totalmente abolida em 1950. O Código também classificava situações comuns como passíveis de institucionalização, especialmente no que tange aos filhos da classe trabalhadora. Conforme Couto e Melo (1998), é a partir do Código de Menores Mello Matos que se passa a usar o termo “menores”. Esse termo era válido para as crianças pobres, que podiam ser identificadas como: *abandonadas*, para os órfãos; *moralmente abandonadas*, para os de famílias que não tinham condições financeiras ou morais; *delinquentes*, que praticavam atos infracionais. Ou seja, as crianças pobres, na concepção do menorismo, seguem sendo inferiorizadas. Para a implementação da

institucionalização das crianças pobres foi necessária a construção de internatos com o objetivo de transformar os “delinquentes” em crianças “domesticáveis” e trabalhadoras.

No ano de 1941 Getúlio Vargas, em pleno Estado Novo, sanciona o Decreto-Lei 3.799/41, implementando o Serviço de Assistência a Menores (SAM), que funcionava como um órgão de “porta de entrada” para encaminhamento de crianças e de adolescentes “desvalidos e delinquentes” para instituições particulares com objetivos educacionais e de profissionalização (Brasil, 1941). O SAM foi um serviço que promoveu uma série de maus tratos e violências: “abusos foram muitos e deram ao SAM a fama que permaneceu na história e no imaginário popular: Sem Amor ao Menor, sucursal do inferno e muitos outros” (Rizzini & Pilotti, 2011, p. 281).

A Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) teve suas diretrizes fixadas pela Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964, que cria a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), cujo objetivo era formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política (Rizzini & Rizzini, 2004). Implementada no primeiro ano da “revolução” de 31 de março, durante o período da ditadura cívico-militar que perduraria por 20 anos no Brasil, a FUNABEM tinha por missão inicial instituir o “Anti-SAM”, com diretrizes que se opunham àquelas criticadas no SAM. As propostas que surgem para a instauração de um novo órgão nacional centram-se na autonomia financeira e administrativa da instituição e na rejeição dos “depósitos de menores”, nos quais se transformaram os internatos para crianças e adolescentes das camadas populares. É através dessa política que nos Estados surgem a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), que atendia no mesmo equipamento tanto crianças e adolescentes em situação de risco, como adolescentes que cometiam atos infracionais.

O Código de Menores de 1979 apresenta a “Doutrina da Situação Irregular” e mantém a concepção de “menorismo”. A partir dele, as crianças e adolescentes atendidos passaram a ser enquadrados em “situação irregular” e não mais, como outrora, em expostos, abandonados, libertinos, delinquentes ou vadios. O atendimento dessas situações se dava pela institucionalização, denominada “internação”, tanto daqueles acusados e julgados como autores de atos infracionais quanto os estavam em situações consideradas de risco ou de violação de direitos, mantendo a concepção de confinamento. A intervenção do Estado, através do Juiz de Menores, justificava-se nas situações onde as crianças ou os adolescentes que estivessem em perigo ou desvio de

conduta, sem diferenciação entre os motivos da internação. Crianças e adolescentes em situação de risco ou com conduta desviante: todos estavam em situação irregular, sendo atendidos no mesmo equipamento (Leite, 2006).

O período de ditadura militar foi marcado pelo silêncio também na política da Infância e da Juventude. Somente com o processo de redemocratização do país na década de 1980, através da pressão dos movimentos populares, o atendimento de crianças e adolescentes passa a ser questionado. Os coletivos sociais reivindicaram, por exemplo, a exclusão do termo “menores” para se referir a crianças e adolescentes, em razão de transmitir uma ideia de inferioridade, assim como abandonar a noção de “situação irregular”. Enfatizando o que já foi dito que pelo Código de Menores de 1979 – Doutrina da Situação Irregular – o “irregular” eram as próprias crianças e adolescentes que eram tratados como delinquentes (Rizzini & Rizzini, 2004).

É no contexto da Constituinte, da Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 20 de novembro de 1989 e da luta antimanicomial, que há uma tentativa de rompimento com o modelo de grandes instituições totais. O resultado desse esforço é o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990. O desenvolvimento dessa legislação ocorreu através de tensionamento coletivo, com ampla participação popular e reivindicações assinadas por milhares de adultos, jovens, adolescentes e crianças. Essas reivindicações, entregues no Congresso em meio a protestos e presença massiva de crianças, determinaram a inclusão do Art. 227º da Constituição de 1988, do qual se originou o ECA e outras legislações e normativas (Rizzini & Pilotti, 2011).

Segundo Backes *et. al.* (2012), o atendimento institucional de crianças e adolescentes após a aprovação do ECA sofreu algumas mudanças, mas ainda há muito para ser realizado para modificar a cultura institucional. Com o ECA houve uma mudança de paradigma em relação ao cuidado e a proteção integral de crianças e adolescentes, repassando esta responsabilidade para os âmbitos da família e sociedade. O direito da criança de permanecer em seu ambiente original também é garantido através do Art. 19º do Estatuto: “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurando a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”. Com o ECA, os Estados são obrigados a reordenar a política de atendimento para crianças e adolescentes. No Estado do Rio Grande do Sul, com 12 anos de atraso para o reordenamento, ocorre a extinção da FEBEM e criação da Fundação de Proteção

Especial do Rio Grande do Sul (FPE), através do Decreto Nº 41.651, de 29 de maio de 2002. Em 26 de agosto de 2002 é publicada no Diário Oficial do Estado a Resolução 008/02, com o regimento interno da FPE, sua competência e organização.

Ao retomar este percurso histórico do reconhecimento das infâncias e das adolescências, percebo que existe uma multiplicidade das infâncias e adolescências ao longo do tempo e do espaço. Não podemos dizer que crianças e adolescentes de bairros centrais vivem e usufruem as mesmas culturas das infâncias e adolescências que as das periferias, ainda que nos diferentes contextos seja possível encontrar tanto negligências como cuidados.

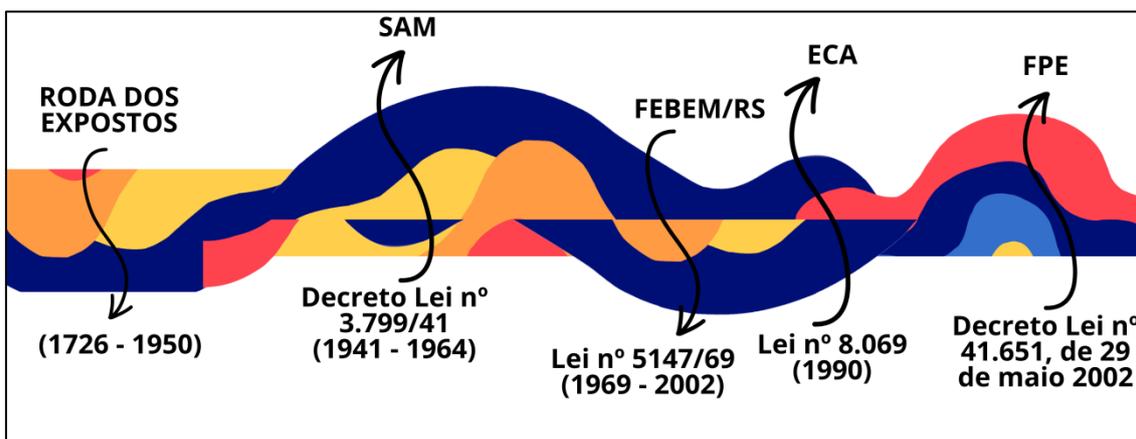
As consequências da desigualdade nas infâncias e adolescências ficam evidenciadas no cotidiano, quando se torna comum crianças e adolescentes em situações de risco (Dornelles, 2005). Nestas condições, as famílias – como instituição de proteção – encontram cada vez mais dificuldade em desempenhar a proteção e o cuidado. Assim, a interrelação das condições de vida da realidade brasileira e o cenário de rupturas de vínculos e afetos familiares representam um importante fator de influência no desenvolvimento nas concepções de infâncias e adolescências (Bomtempo, 2014).

Com esta retomada, busquei traçar um panorama contextual sobre a institucionalização das infâncias e adolescências, reconhecendo avanços na atualização da legislação, assim como retrocessos. Essas informações são pertinentes para que possamos entender que há uma reedição de velhas práticas e a reagregação de práticas, sendo que estes nós estão interligados. É importante reconhecer que as mudanças não são lineares, elas são multifacetadas. Uma análise que proponho, exemplificando essa noção é a Roda dos Expostos, a qual de alguma maneira é retomada com a exposição das crianças e adolescentes em acolhimento institucional através do *Aplicativo da Adoção*, que será abordado mais a frente. Outra forma de reedição das práticas de abandono das infâncias são as Certidões de Nascimento. No passado as crianças eram registradas como “Fulano de Tal”, e hoje passaram a ser utilizadas as expressões “pai ausente” ou “desconhecido”, conforme descreverei mais à frente.

A partir desse processo histórico do acolhimento institucional, entendo que a legislação é alterada, mas os processos são reeditados. Conforme Latour (2019b, p. 323) “O direito mergulha por tudo, sem ter domínio próprio”. O direito das infâncias e adolescências é feito a partir de artefatos, roda, religião, hospitais, lixeiras, abandonos, movimentos sociais, polêmicas, violências, políticas de Governo, até se converter em textos em forma de lei.

A Figura 6 representa uma tentativa de traçar um percurso histórico da criação da FPE, com uma imagem estilizada inspirada no “Muro da Mauá” de Porto Alegre, que ficou em evidência na enchente de maio de 2024. Representar esse processo histórico através de uma analogia com um muro repercute o que observei no campo empírico de uma instituição que surge e se desenvolve com muros institucionais duros. Essas associações tão fortes que proponho o exercício analítico de colocar a FPE no centro da rede como um ponto de passagem obrigatório para as práticas de lazeres.

Figura 6: Percurso de criação da FPE

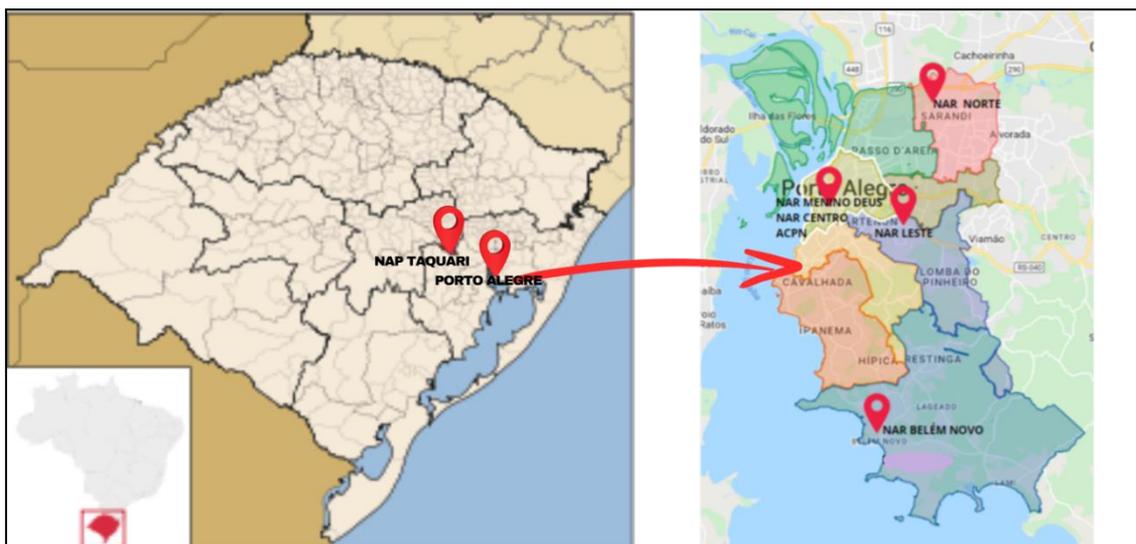


Fonte: Elaboração da Autora

A FPE é uma Fundação pública que nasce ligada à Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, vinculada ao longo de 22 anos à Secretaria de Justiça. Atualmente a FPE é vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), cuja personalidade jurídica é privada, o que significa que tem autonomia administrativa e financeira. Na prática, a FPE é uma Instituição pública de direito privado, caracterizando outra forma híbrida na sua constituição.

De acordo com informações da Coordenadoria da Infância e da Juventude do RS (CIJTJ/RS, 2023), o Brasil tem aproximadamente 33600 crianças e adolescentes em acolhimento institucional e/ou familiar. Destas, 3600 estão no Rio Grande do Sul, sendo 804 em Porto Alegre (180 estão na FPE). A Figura 7, à esquerda, representa a cartografia do Estado do RS, onde estão localizadas as duas cidades em que há equipamentos do Estado no acolhimento institucional: os municípios de Porto Alegre e de Taquari. A direita, em destaque, é o mapa de Porto Alegre, que apresenta os 5 NAR e um Abrigo Institucional da FPE na capital.

Figura 7: Equipamentos de Acolhimento Institucional da FPE com destaque para Porto Alegre

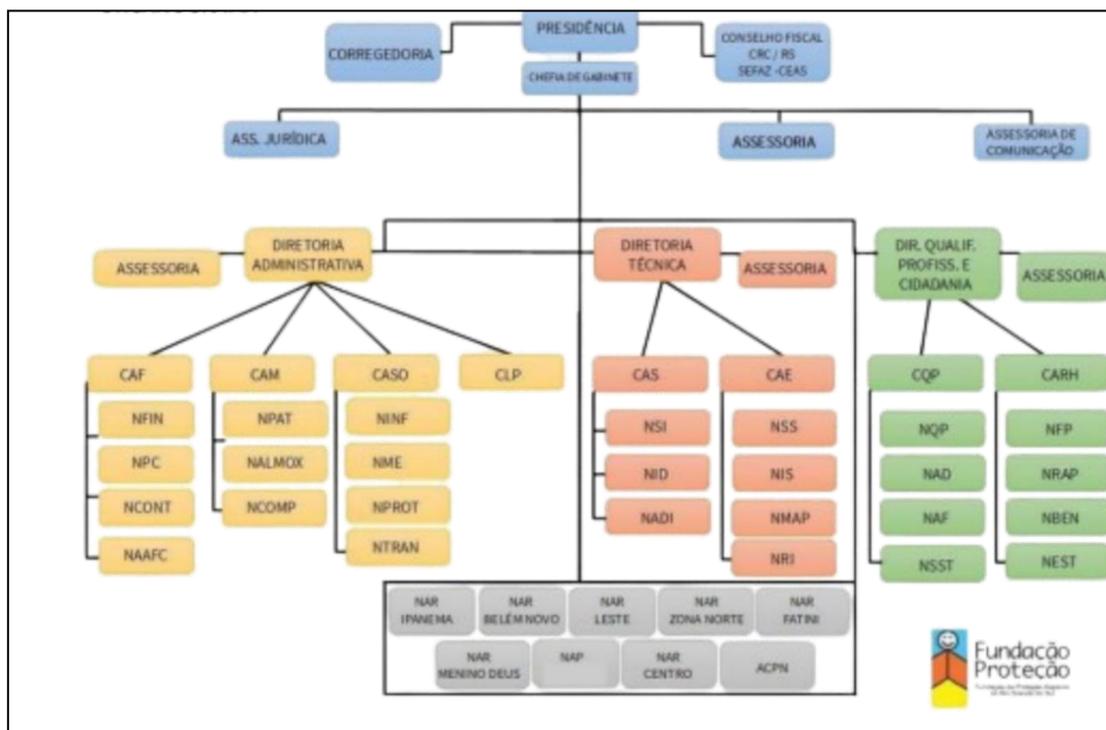


Fonte: Elaborado pela autora

O leitor e a leitora pode estar se perguntando, nesse percurso do acolhimento institucional, como se dá o cuidado das crianças e dos adolescentes? Quem é a força de trabalho da FPE? Na Figura 8 apresento o organograma da Instituição disponível no site da FPE, tal qual ele pode ser visualizado na página virtual da Instituição. Ele está ofuscado, com baixa resolução. Pensei, inclusive, em reconstruí-lo para melhor visualização, mas penso que é significativo a Instituição se apresentar em seu próprio site desta maneira, portanto, até com certa ironia, irei usá-lo como a FPE quer ser vista. A fim de facilitar a compreensão das linhas institucionais, descrevo o organograma.

Todas as estruturas são compostas por Cargos Comissionados e Funções Gratificadas. Os cargos representados em azul são cargos políticos ligados diretamente ao gabinete da Casa Civil, assim como as três diretorias (Administrativa e sua assessoria; Diretoria Técnica e sua assessoria; e Diretoria de Qualificação Profissional e sua assessoria). A exceção é a Corregedoria, que é uma indicação da Presidência com função gratificada, mas são do quadro da FPE. Além disso, todos os NAR, NAP e ACPN (Abrigo Cônego Paulo de Nadal) têm Diretores e Assistentes de Direção que também são cargos político-partidários, normalmente designados por Deputados. Cada espaço pintado de cinza (equipamentos de acolhimento institucional que atendem diretamente as crianças e os adolescentes), têm um Diretor, que é o Guardiã Legal e dois Assistentes de Direção.

Figura 8: Organograma da FPE



Fonte: FPE³⁵

Toda força de trabalho da FPE, assim como a população em acolhimento, foi reduzida, pela política do Governo do Estado, exceto os cargos de nomeação político-partidária, o que totaliza 40 cargos políticos diretos, que não passaram por concurso público. Destaco que mesmo que o NAR Ipanema e o NAR Fatini tenham sido extintos, seguem tendo Diretores e Assistentes de Direção com indicação política-partidária, mesmo sem crianças e adolescentes ocupando os espaços.

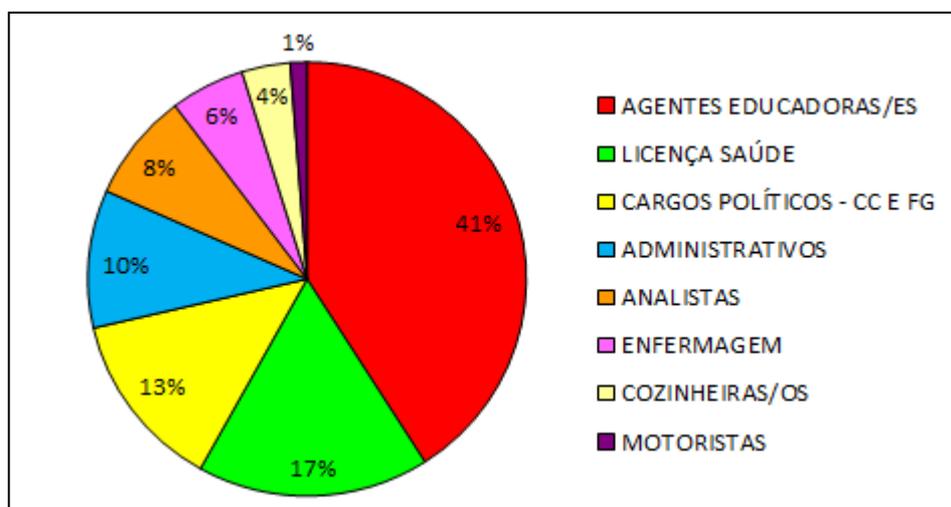
Na linha abaixo das Diretorias, há as Coordenações e seus Núcleos, que totalizam 33 Funções Gratificadas exercidas por trabalhadoras e trabalhadores do quadro, mas que são de nomeação da presidência, ou seja, também considerados cargos políticos indiretos. Em cada Núcleo (em cinza), além da equipe diretiva, há 27 chefias de equipe (Funções Gratificadas), que são trabalhadoras e trabalhadores do quadro, mas nomeado pelas Direções. Notem também que os NAR estão ligados diretamente a Presidência e vinculados à Diretoria Técnica e suas Coordenações (Coordenação de Apoio Estratégico – CAE e Coordenação de Acompanhamento e Supervisão – CAS) e seus 7 Núcleos. Estou situada na parte verde do organograma, no Núcleo de Saúde e Segurança do Trabalhador (NSST) que está ligado à Coordenação de Qualificação

³⁵ Disponível em <<https://fpe.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em 20 de maio de 2024.

Profissional (CQP), que por sua vez está ligada a Diretoria de Qualificação Profissional e Cidadania (DQPC). No momento não tenho contato direto com a população em acolhimento na minha atuação profissional.

De maneira geral, há na FPE 97 cargos que representam a política de governo dentro da Instituição, que conta com 730 trabalhadores e trabalhadoras, dos quais 605 estão ativos e ativas e, 125 estão em afastamento por questões de saúde. Dos ativos, 299 são agentes educadoras e agentes educadores atuando diretamente no cuidado das crianças e adolescentes, 59 são analistas, 40 técnicas e técnicos de enfermagem, 26 cozinheiras e cozinheiros e 75 cargos administrativos. O representativo destes cargos pode ser conferido no gráfico da Figura 9.

Figura 9: Força de trabalho da FPE em 2023



Fonte: Elaborado pela autora

Apesar do número significativo de servidores e servidoras dedicados ao cuidado das crianças e adolescentes, a FPE atualmente trabalha com um déficit de 59% de funcionárias e funcionários de acordo com informações da Diretoria de Qualificação Profissional e Cidadania. No campo, como já mencionado, as profissionais relatam dificuldade de realizar passeios com as crianças por falta de trabalhadores e trabalhadoras. Eu mesma auxiliei no cuidado em diversas idas a campo.

Conforme exposto anteriormente, o último concurso público da FPE ocorreu em 2012. Ao longo desse período houve várias exonerações e ainda há afastamentos por licença saúde, que demonstra o adoecimento do quadro funcional. A política dos últimos três governos do RS é de precarização e privatização do trabalho. Uma outra

pergunta que cabe fazer é “Por que a FPE não desmoronou? Como se sustenta a FPE dentro de um quadro de extinção de vários órgãos públicos?”. A lei não sustenta, uma vez que explicita que o serviço deve ser municipalizado³⁶. O Ministério Público, por sua vez, tem incentivado a prevalência de outra modalidade de acolhimento: o acolhimento familiar³⁷.

O sociólogo Tarde (2018), em quem Latour se influenciou, afirma que não são as leis que sustentam os fenômenos, mas sim são as associações de elementos heterogêneos que conferem consistência ao coletivo. O argumento da lei é frágil, conforme o campo empírico me mostrou. A competência do município, mas o município não dá conta de acolher os casos mais complexos. Não são questionamentos simples de responder, mas analisando a força de trabalho da FPE, podemos inferir que os cargos políticos e a disputa partidária por esses cargos são elos fortes que sustentam a instituição, pois são revertidos em poder e um poder eleitoral.

Dentro dos argumentos que sustentam a Instituição há Ação Civil Pública (ACP) que obriga o Estado a receber os egressos do sistema socioeducativo, havendo um aumento do número de adolescentes oriundos do interior do Estado, uma prática higienista de algumas cidades, que transferem para a Capital adolescentes com “condutas agravadas”, ou seja, aqueles que cometeram atos ilícitos e que cumpriram a medida socioeducativa (MSE), mas não podem retornar aos seus territórios. Assim, a FPE também se justifica para manter os adolescentes indesejáveis, afastados de suas cidades do interior, em um processo de purificação dos municípios.

Por outro lado, entre dezembro de 2022 e outubro de 2023, o governo do Estado concretiza a expulsão da FPE dos adultos com deficiência que tiveram institucionalização prolongada, ou seja, ingressaram na infância e cresceram na Instituição, sendo transferidos para clínicas hospitalares em modelo manicomial, o que também confere uma política higienista e contrária a reforma psiquiátrica: “Os loucos eram arrebanhados pelas autoridades cidadinas, amontoados dentro do ‘naus dos loucos’ e jogados ao mar” (Bauman, 1998, p. 13). Cito Bauman, mesmo sabendo que o autor que não está alinhado com o referencial teórico que estou utilizando. Através da Sociologia das Associações, percebo que as conexões da FPE sustentam a afirmação de Bauman na modernidade. Apesar de toda a hibridez dessa rede, esse processo de

³⁶ ECA: Art. 88. São diretrizes da política de atendimento: I – municipalização do atendimento.

³⁷ Também chamada de Família Acolhedora, é uma medida protetiva em que a criança ou o adolescente é colocado provisoriamente em uma família ao invés de instituição. Não tem finalidade de adoção, inclusive as famílias aptas para o programa não podem fazer parte do Cadastro Nacional de Adoção.

purificação da população em acolhimento institucional faz com que esse pensamento moderno ainda seja promulgado. As pessoas estão sendo retiradas da Instituição apesar de fazerem parte dela, purificando o acolhimento institucional, permitindo anunciar que a noção de modernidade está dentro dessa rede.

Outra questão de interesse presente em praticamente todas as idas ao campo foi o uso de uniformes. Os agentes educadores e as agentes educadoras, em geral, usam camisetas pretas com o brasão do Estado, nome do cargo e da Instituição. A camiseta tem muita semelhança com os uniformes da polícia civil ou da SUSEPE (Superintendência dos Serviços Penitenciários) e foram adquiridos e confeccionados por conta própria dos trabalhadores e trabalhadoras.

Na época da FEBEM se utilizava uniformes para que os servidores se diferenciavam dos infratores nos motins. Pra polícia saber quem era infrator e quem era funcionário. Pra não confundir. Aí depois se parou de usar. Agora voltaram a usar, mas não é uma orientação da Instituição (Trabalhadora, DC 28 – 28/10/2023).

As Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes contraindica o uso desse tipo de vestimenta: “Esforços também devem ser empreendidos no sentido de evitar a estigmatização da criança e do adolescente durante e após o acolhimento. Nesse sentido, não devem ser utilizados uniformes [...]” (Brasil, 2009, p. 57).

Novamente percebo a fragilidade da lei frente às práticas cotidianas na Instituição. Da onde surge essa ideia de fazer o uniforme? Qual agência que esse ator não humano tem na FPE? Com o uniforme há uma quebra da noção de família, porque na família os membros não precisam se diferenciar pela roupa. Ao usar um uniforme semelhante ao da polícia, há uma conotação de serem identificados como força do Estado e uma ideia de continuidade com a FEBEM, ou seja, são fluxos contínuos experimentados nas cadeias de associações (Latour, 2012). Há um desejo de se diferenciar das crianças e dos adolescentes, demarcando a função profissional em oposição à função materna ou paterna do cuidado. Ao mesmo tempo, as agentes e os agentes se identificam como pais e mães. O trabalho de educadora e educador se traduz, assim, em uma controvérsia:

Aqui é como se fossem meus filhos. A gente cuida como se fosse filho, a gente se vincula, ama. Lógico que tem as preferências, mas até com nossos filhos a gente tem preferência, né?! (...) Hoje é Natal e a gente tá aqui trabalhando, antigamente a gente levava eles pra nossa casa e ficava tudo em família, depois isso mudou. Eu não entendo, porque mudou, seria muito melhor pra nós e pra eles se deixassem ir pra nossa casa. Eles são como filhos mesmo (Trabalhadora, DC 38 – 24/12/2023).

A noção de pertencimento a um coletivo não pode ser empregada para explicar as ações dos atores em todas as situações que atuam, isto é, as trabalhadoras e os trabalhadores estabelecem conexões múltiplas nas suas práticas cotidianas, podendo ser mutáveis e instáveis (Latour, 2012; Boltanski, 2016).

A agência da Instituição tem uma confluência do passado, com referência a outras associações, como a FEBEM. Dentro da FEBEM, em função do surgimento do ECA, se inicia em 1990 a discussão do reordenamento institucional. Uma trabalhadora da FPE explicita que:

O Presidente da FEBEM na época era o Ricardo Queiroga, e nessa época, para fazer o reordenamento ele fazia a exploração de sentimentos. E assim ele foi... Conseguiu shows dos Trapalhões, conseguiu show da Xuxa para arrecadar dinheiro para o reordenamento. A Xuxa fui na Fundação e deu uma ambulância. E as casinhas ficaram conhecidas como casinhas da Xuxa, mas ela não deu as casas, ela deu ambulância e fez um show (DC 13 – 08/07/23).

Em sessão plenária da Câmara Municipal de Porto Alegre em Sessão Ordinária de 14 de agosto de 1991 foi dito pelos deputados:

O Sr. Queiroga que em hora, apropriadíssima, numa iniciativa louvável trouxe a Xuxa de graça e deu carros de graça e criou 300 milhões com a festa – em cima do prestígio da Xuxa, mas numa iniciativa louvável da FEBEM, porque as casas da FEBEM estão caindo em cima, não tem nem água quente para os menores. Mas não foi uma iniciativa louvável? Por quê? Porque a FEBEM não tem recursos próprios, vivem aqueles menores num inverno rigorosíssimo, não têm sequer um banheiro de água quente. (Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Porto Alegre³⁸).

Desde a sua implementação, os lazeres são acionados para mobilizar o social para as disputas políticas com shows que mobilizam a sociedade civil a doar recursos para a Instituição. “Imagina o Collares³⁹ tirando a foto com a Xuxa e dizendo que era para a causa das crianças sem família.” (Trabalhadora da FPE, DC 13 – 08/07/23). Atualmente, essas práticas são reeditadas com o voluntariado e com doações realizadas pela comunidade.

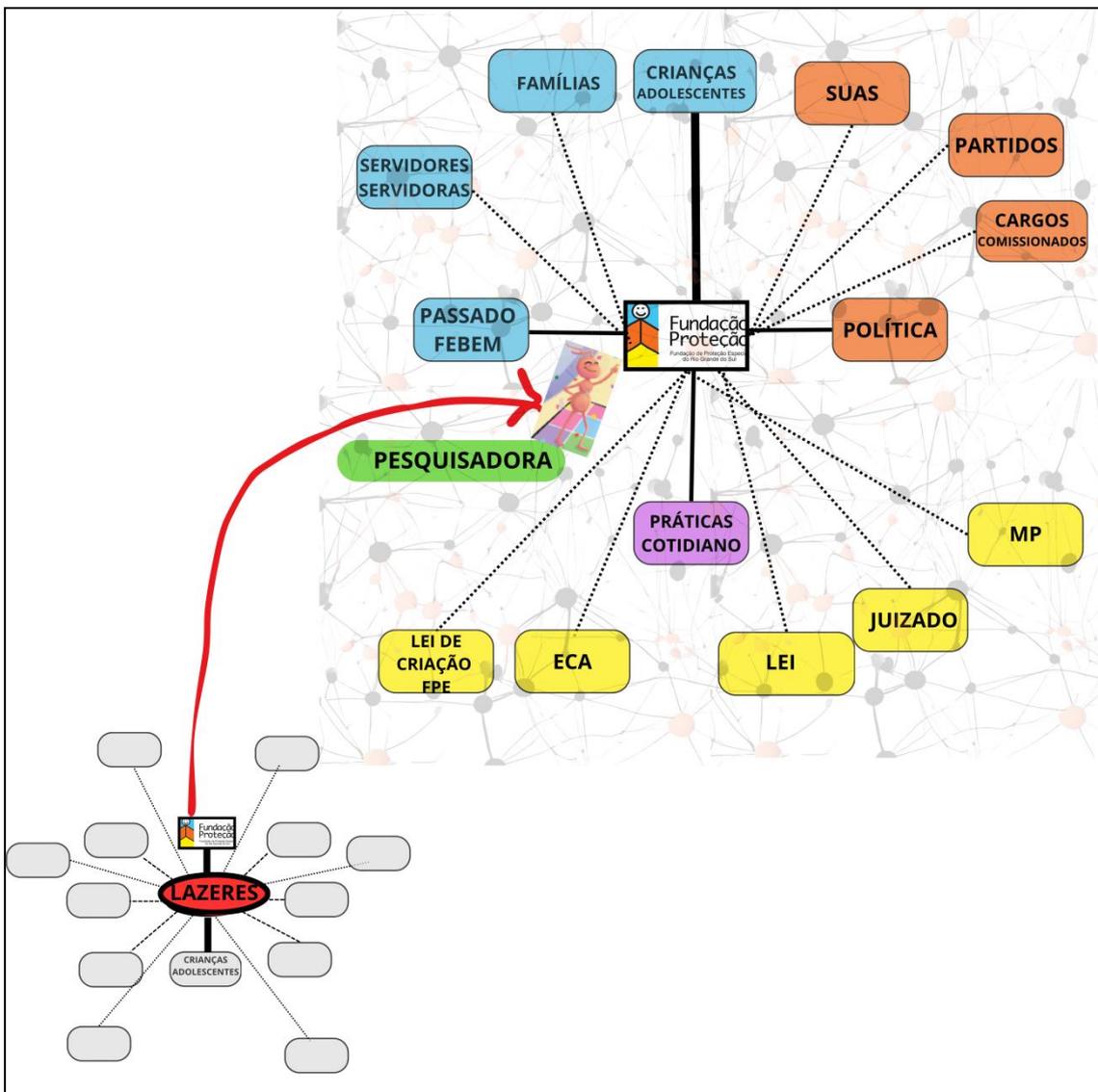
Há a lei, tal como ela se coloca e é interpretada. Há, ainda, as práticas que escapam a lei e se desenvolvem no local. E finalmente há a política que age na disputa pelos cargos. Dessa forma, a FPE é concebida como um lugar híbrido, atravessado por essas linhas, cada qual com sua agência, que podem se contrapor em disputa. Para a construção dos lazeres como ator-rede (conforme descreverei no Capítulo IV) a FPE é,

³⁸ Disponível em https://www.camarapoa.rs.gov.br/site/anais_sesoes_plenarias_antigas/1991/08/14/101a%20SO%20-%2014ago1991.htm. Acesso em 26 de julho de 2024.

³⁹ Alceu de Deus Collares, na época Governador do Estado (1991-1995).

portanto, um ponto de passagem obrigatório. A Figura 10 tem como objetivo destacar a FPE como ponto de passagem obrigatório, com suas associações mais fortes (linhas contínuas) e mais fracas (linhas pontilhadas). Assim, a FPE é um ator híbrido, heterogêneo, multifacetado, que se compõe por uma cadeia de associações. Reitero que como pesquisadora, na figura representada pela “formiguinha”, desenho essa rede. Sou eu quem que coloca a FPE no centro da cadeia composta por humanos e não humanos, com forças de agenciamentos distintas.

Figura 10: A FPE como ponto de passagem obrigatório



Fonte: Elaboração da autora

A partir da construção dessa seção, compreendo que a FPE carrega uma história, tendo sua conformação marcada por disputas e associações. Nos efeitos desse processo, percebo que houve mudanças nas diretrizes de atendimento, mas o paradigma da dureza e da purificação, de esconder os híbridos, de apagamento das histórias de vida, se mantiveram. É um local cheio de “caixas-pretas”, onde mexer nessas caixas praticamente sem espaços para desencadear a Instituição gera controvérsias, havendo uma tendência de manutenção de operar o atendimento como na FEBEM, mantendo as mesmas hierarquias, havendo tentativas de sufocamento das vozes, assim como o adoecimento de forças de trabalho.

A FPE é uma grande linha dura nos lazeres e encontrar espaços onde crianças e adolescentes podem ser potência, significa olhar para o campo das práticas de lazeres, especialmente quando se sai dos “muros institucionais”, e talvez por isso alguns lazeres sejam tão podados. Em seguida me dedico às crianças e aos adolescentes em acolhimento institucional, atores que exercem força e resistência e conseguem transpor essas linhas duras.

3.2 AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO: VIDAS INSTITUCIONALIZADAS EM AÇÃO

Quando seu moço nasceu meu rebento

não era o momento dele rebentar.

Já foi nascendo com cara de fome,

eu não tinha nem nome para lhe dar

(...)

Chega no morro com o carregamento

pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador.

Rezo pra ele chegar cá no alto

essa onda de assalto está um horror.

(Chico Buarque – O Meu Guri)⁴⁰

Início com a canção de Chico Buarque, que é denúncia poética da realidade enfrentada por muitas famílias, infâncias e adolescências vulnerabilizadas. A música

⁴⁰ A música “O Meu Guri” foi lançada por Chico Buarque em 1981, no álbum *Almanaque*. Apesar de composta há mais de quarenta anos, ainda é atual ao retratar a vulnerabilidade das infâncias e adolescências.

pode ser interpretada como um exemplo das dinâmicas sociais e dos atores que agem na vida dessas pessoas vulnerabilizadas. A Teoria do Ator-Rede nos convida a olhar para além das estruturas tradicionais da sociologia crítica, e considerar a multiplicidade de atores envolvidos nas questões sociais, em um híbrido de associações entre humanos e não humanos, em que podemos identificar atores (pessoas, instituições, objetos) envolvidos na trajetória do “guri”. Compartilho com as leitoras e leitores outra razão pela qual cito a canção: o verso “eu não tinha nem nome pra lhe dar”, remeteu-me a inúmeros registros de crianças e adolescentes que passaram pela FEBEM e pela FPE, que por terem pais desconhecidos “carregavam” na sua certidão de nascimento o nome “Fulano de Tal”. Isso mesmo: não era incomum uma criança ser institucionalizada com o nome de “Fulado de Tal”. A Figura 11 ilustra uma busca nos arquivos do Núcleo de Ingresso e Documentação (NID) da FPE com uma ocorrência deste tipo registro.

Figura 11: Fulano de Tal

AFON ** CMA - CONSULTA PELO NOME - CRIANCA/ADOLESCENTE **

P/M/R NOME
 FULANO

* ██████████
SIT: 1-DESLIGADO LOCAL:INST.INF. SAMIR SQUEFF ULT.MOV: 04/11/1987
PAI: ██████████ NASCTO.: ██████████
MAE: ██████████
O_N: FULANO DE TAL

* ██████████ FULANO DE TAL ←
SIT: 1-DESLIGADO LOCAL:INST.INF. SAMIR SQUEFF ULT.MOV: 19/04/1988
PAI: NASCTO.: ██████████
MAE: ██████████

* ██████████ FULANO DE TAL
SIT: 1-DESLIGADO LOCAL:INST.INF. SAMIR SQUEFF ULT.MOV: 19/04/1988
PAI: NASCTO.: ██████████
MAE: ██████████

CONTINUAR A CONSULTA ? 03792110000001000000100286310400101

PROCERGS - STP/777 (GG) - Window CMA

Fonte: Núcleo de Ingresso e Documentação (NID/FPE)

A criança ingressava na Instituição registrada como Fulano de Tal e, após o ingresso, a equipe da então FEBEM fazia uma investigação na tentativa de localizar os

familiares. Caso a família não fosse encontrada, era solicitado ao Juizado que refizesse o registro. A controvérsia em torno da nomenclatura das crianças e dos adolescentes foi colocada em prova enquanto as crianças estavam brincando livremente no pátio de um dos AR (DC 41 – 20/01/24) e uma trabalhadora comentou sobre o grande número de sobrenome “Silva”, historicamente presente na FPE:

Se não localizasse a gente pedia pro juiz fazer o registro, por isso a história da família “da Silva” que é tão extensa na Fundação, porque todos que a gente encaminhava o juiz dava um nome e o sobrenome ele colocava da Silva. Substituía o “de Tal” por “da Silva”. Mas por um período ficava Institucionalizado como Fulano de Tal até sair um novo registro (DC 41 – 20/01/24).

Outra situação recorrente narrada por essa trabalhadora é aquela onde bebês eram encontrados em lixeiras. A equipe realizava uma investigação para localizar os pais ou para saber a idade aproximada dessas crianças:

Um médico legista ou um dentista avaliava pela arcada dentária ou tamanho do pulso para descobrir a idade aproximada da criança e se registrava por aproximação a data de nascimento. Mais tarde tinha um oficial de justiça que reconhecia os bebês pelo nó do cordão umbilical. Aí pelo nó se sabia em qual hospital havia nascido, se era no Santo Antônio, na Santa Casa,... e se ia atrás numa investigação tentar localizar os pais. Mas a maioria não se achava (DC 41 – 20/01/24).

O desconhecimento dos genitores é reatualizado com o abandono e/ou o desconhecimento, especialmente da identidade paterna das crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Saliento que durante o período de campo não houve nenhum relato de certidões de nascimento com registro de “mãe desconhecida”. As histórias acionadas pelas crianças ou pelos trabalhadores e trabalhadoras deram conta das genitoras, o mesmo não ocorreu em relação aos genitores.

Que cidadania tinham essas crianças? A pesquisa "Estatísticas do Registro Civil", do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2022, indica que dos 2,57 milhões de nascidos em 2022, 33,7 mil não foram registrados no Brasil, um percentual de 1,31% (IBGE, 2022). Conforme dados disponíveis no Portal da Transparência do Registro Civil, no período entre agosto de 2023 e julho de 2024, em Porto Alegre, 1168 recém-nascidos não tiveram a paternidade registrada na certidão de nascimento, um aumento de 10% em relação ao mesmo período entre os anos de 2022-2023 (ARPEN-Brasil, 2024). Embora os registros mais recentes não apontem para a nomenclatura “Fulano de Tal”, é recorrente certidões sem a identificação de paternidade da criança, as chamadas “certidões com pai ausentes” na FPE. Estes documentos não são

objetos do estudo na presente pesquisa, mas demonstram que os registros (ou a falta de), se somado a outros elementos, podem ser um indicador de infâncias e adolescências vulnerabilizadas. Os registros mencionados como “Fulado de Tal” ou “pai ausente” estão no arquivo do NID/FPE.

Ao trabalhar com a noção de crianças e adolescentes como ponto de passagem obrigatório, considero a sua força de agenciamento na rede de associações que passo a percorrer a partir deste trecho da literatura de Jorge Amado:

CARTA DO DR. JUIZ DE MENORES À REDAÇÃO DO JORNAL TARDE (...)

Nestes últimos meses que decorreram mandei para o reformatório de menores vários menores delinquentes ou abandonados. Não tenho culpa, porém, de que fujam, que não se impressionem com o trabalho que encontraram naquele estabelecimento de educação e que, por meio da fuga, abandonem um ambiente onde se respira paz e trabalho e onde são tratados com o maior carinho. (...) Por quê? Isso é um problema que aos psicólogos cabe resolver e não a mim, simples curioso da filosofia. (Amado, 2009, p. 14 - 15)⁴¹

Assim como em “Capitães da Areia” as crianças e os adolescentes ingressam na FPE por determinação judicial. O fluxo de ingresso comumente se dá pela seguinte maneira⁴²: a rede assistencial – escola, posto de saúde, ou até mesmo um vizinho – identifica uma situação de risco ou violação de direitos das crianças e dos adolescentes e informa ao Conselho Tutelar, que comunica ao Poder Judiciário. Através de uma ação judicial, uma Assistente Social do Poder Judiciário faz uma visita domiciliar (VD) e entra em contato com a rede de atendimento (escola, CRAS⁴³, CREAS⁴⁴, Conselho Tutelar, entre outras). A Assistente Social Judiciária remete à Juíza (atualmente as três juízas do JIJ são mulheres) um laudo recomendando⁴⁵ ou não o acolhimento⁴⁶. Caso a juíza entenda que deva ser aplicada a medida protetiva de Acolhimento Institucional, é expedida uma “guia de acolhimento” para o oficial de justiça (esses normalmente homens), que cumpre “mandato de busca e acolhimento” (antigamente chamado de “busca e apreensão”, embora alguns juizados do interior ainda utilizem esse termo). Na

⁴¹ Capitães da Areia (2009 [1937]) é obra do escritor baiano Jorge Amado e narra história de meninos em situação de rua, na cidade de Salvador no século XX.

⁴² Descrição baseada na minha prática profissional, onde acompanhei inúmeros processos de ingresso.

⁴³ CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, órgão municipal.

⁴⁴ CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, órgão municipal.

⁴⁵ O Acolhimento Institucional é uma medida protetiva, provisória e excepcional, prevista no Art. 101, VII, do ECA.

⁴⁶ A sentença pode determinar outras medidas protetivas previstas no Art. 101, do ECA, como por exemplo: III- matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV- inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente.

sentença, a Juíza determina a Instituição de Acolhimento, no caso de Porto Alegre FASC⁴⁷ ou FPE. Há um debate entre os Núcleos de Ingresso das duas instituições para verificar quem irá disponibilizar a vaga, o prazo é de 48 horas para definição. No caso da FPE, o NID faz um estudo e define para qual AR irão as crianças ou os adolescentes, devendo seguir o princípio da territorialidade e a existência de vagas, não devendo desmembrar grupos de irmãos. Quando as crianças ou os adolescentes são localizados, são levados para o acolhimento institucional. Ao longo do campo pude conhecer diversas histórias de ingresso na FPE, uma delas é a de Daniel, que após assistirmos a um filme no cinema, pediu pra conversar comigo e contou como foi sua entrada no acolhimento (DC 11 – 27/06/2023):

Eu vendia balinha no ônibus. Eu tinha que sustentar minha mãe e meus irmãos, porque minha mãe é doente, tem problemas nos rins (...). Nunca me faltou nada, nem pra mim nem pros meus irmãos. Comida, cobertor,... tudo eu conseguia na rua. Eu sempre tive muita sorte. Conseguia tudo. Aí eu pegava um ônibus e depois outro. Passava o dia todo assim. Só as vezes eu ia na escola. Aí um dia eu desci no shopping e entrei no cinema. Sem ninguém ver. Essas coisas sabe. Aí o gerente chamou o conselho tutelar e descobriram que eu tinha que ir pra casinha. Daí aqui do cinema eu fui pra casinha e nunca mais fui pra casa da minha mãe. Aí eu tive que dizer aonde estavam meus irmãos. Estavam na sinaleira vendendo balinha também. Só que perto de casa. Só eu que sou mais velho podia pegar ônibus. Os outros a minha mãe não deixava (...). Minha mãe só nos visitou poucas vezes, porque ela é doente. Muito doente. E a gente nunca voltou pra casa. Os tios dizem que não tem carro para ir. Eu sinto saudade da mãe. Eu amo minha mãe.

Fiquei surpresa com a história do Daniel, pois estávamos no mesmo cinema onde ele foi identificado para ingressar no acolhimento institucional. O fato de pela primeira vez ele estar ali, após sua retirada da família, acionou memórias e sentimentos que ele quis compartilhar comigo. Essa história representa a forma que se dá o ingresso no acolhimento, o qual, neste caso, foi uma ruptura brusca e violenta. Outra descrição foi narrada por Igor e Taís, após o espetáculo *Disney no Gelo*. Eu acompanhava as crianças no veículo para retornar do Gigantinho⁴⁸ para o AR:

A nossa casa foi assaltada. Antes da gente ir pro abrigo, entraram com arma e mandaram a gente sair de casa. Sim a nossa família foi assaltada estava eu, minha mãe, meus irmãos, meus primos e meus dois tios. E aí eles disseram sai de casa senão a gente vai te matar. Aí nós saímos de casa e fomos pra casinha (DC 6 – 26/05/23).

Um marcador importante é o momento em que as crianças decidem falar sobre suas histórias: dentro da “van”, ou seja, no interior do veículo que estava nos

⁴⁷ FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania, que faz a gestão do SUAS em Porto Alegre.

⁴⁸ Ginásio que compreende o complexo do estádio Beira-Rio, do Sport Club Internacional.

conduzindo de volta para o Abrigo Residencial, o que poderia ser um momento simples de retorno para casa, tornou-se um espaço potente de escuta no contexto etnográfico. Assim os lares não envolvem somente suas práticas, mas se estendem nos seus entornos. Nesse sentido Magnani (2023, p. 120) refere que: “Outras atividades, como aguardar em uma fila ou em um ponto de ônibus, geralmente monótonas, constituem oportunidades importantes para estabelecer contatos e observar comportamentos”.

No DC 8 (17/06/23) conversei com a equipe sobre esse fato, sendo referido que os pais e tios dessas crianças tinham envolvimento com o tráfico e foram presos e que a situação narrada pelas crianças não se tratava de um assalto, mas da prisão de seus pais e tios, o que os levou a ingressarem no acolhimento. Aqui cabe uma nota desta pesquisadora, que enquanto trabalhadora não imaginava que o processo de ingresso fosse uma ruptura tão violenta, porque na leitura dos processos judiciais essas nuances não estão presentes. Cabe também realizar um desenho sobre o fluxo de ingresso descrito anteriormente (Figura 12).

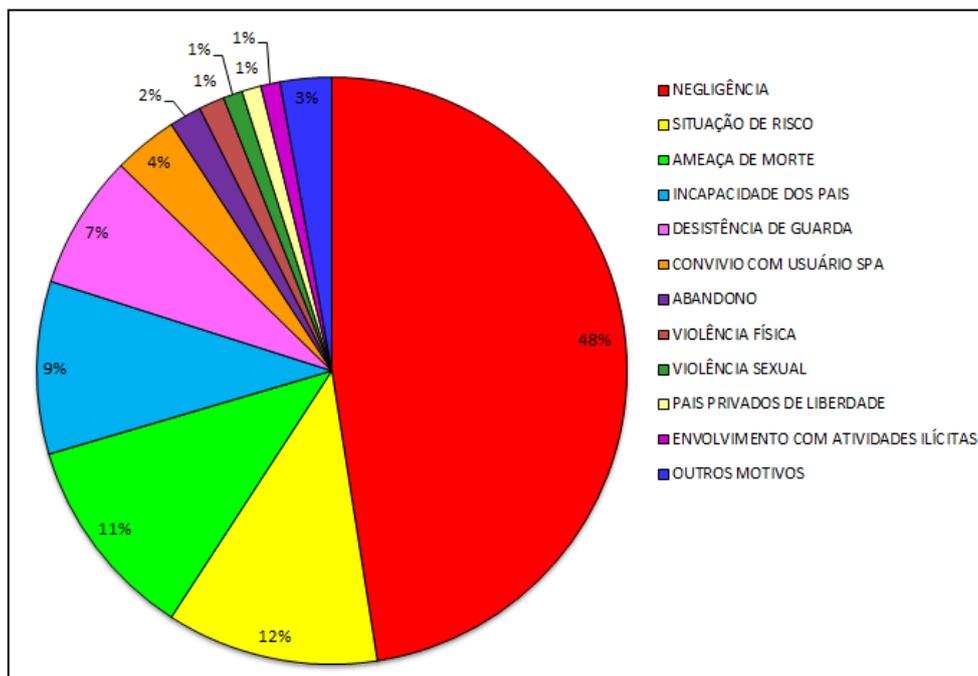
Figura 12: Fluxograma do Ingresso no Acolhimento Institucional



Fonte: Elaborada pela autora

Cabe analisarmos os motivos de ingresso das crianças e dos adolescentes no acolhimento institucional na FPE. Os dados disponíveis originam-se do Relatório Anual⁴⁹ da FPE, elaborado pela socióloga Maíra Neves, do Núcleo de Monitoramento, Avaliação e Pesquisa (NMAP/FPE, 2023). Apresento na Figura 13 as razões destacadas pelo relatório e sua incidência.

Figura 13: Motivos de ingresso de crianças e adolescentes na FPE



Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações do Relatório do NMAP/FPE (2023)

Fica evidente que praticamente a metade dos ingressos na FPE no ano de 2022 ocorreram por conta de negligência (48%). Os motivos aqui apresentados são os que constam na Guia de Acolhimento expedida pelo Juizado. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente expresse que a falta de recursos econômicos não deve constituir, por si só, em motivo para o acolhimento, uma das principais razões para a colocação da criança em situação de acolhimento está pautada na pobreza (Fávero, 2016). Este motivo está presente nos processos de acolhimento institucional, mas não aparece de forma explícita como um fator condicionante. Ele aparece muitas vezes mascarado como negligência. A negligência é difícil de ser avaliada, mensurada, pois tem atravessamentos socioeconômicos. Moreschi (2018, p. 15), define negligência como:

⁴⁹ Relatório elaborado com base nos dados coletados referentes ao ano de 2022 e divulgados em 2023.

a ação e omissão de responsáveis quanto aos cuidados básicos na atenção, como a falta de alimentação, escola, cuidados médicos, roupas, recursos materiais e/ou estímulos emocionais, necessários à integridade física e psicossocial da criança e do adolescente, ocasionando prejuízos ao desenvolvimento. Isto caracteriza o abandono, que pode ser parcial ou total. No parcial coloca a criança e adolescente em situação de risco; no total elas ficam desamparadas e ocorre o afastamento total da família.

Portanto, o termo negligência deve ser problematizado. Quando olhamos de perto, percebemos um conflito de conceitos entre crianças e adolescentes negligenciados e famílias negligentes. As crianças e os adolescentes foram negligenciados pelas famílias ou suas famílias foram negligenciadas pela ausência de políticas públicas, levando a institucionalização de crianças pelas condições socioeconômicas das famílias?

O segundo maior motivo de ingresso na Instituição é a situação de risco (12%), que também abrange uma diversidade de situações. Afinal, o que é situação de risco que gera acolhimento de crianças e adolescentes? Risco tem origem do latim *resecum*, que significa “o que corta”. Daí vem a expressão utilizada nos debates da assistência social “famílias com vínculos rompidos ou cortados⁵⁰”. Conforme já explicitado, a terminologia adequada é “famílias com vínculos fragilizados” (Brasil, 2024). Mas, leitoras e leitores, ainda não respondi à questão, sobre o que consiste em situação de risco. Por situação de risco, segundo relatório da FAPESP (2004), entendem-se as condições de crianças e adolescentes que estão expostas à violência, uso de drogas e a um conjunto de experiências relacionadas às privações de ordem afetiva, cultural e socioeconômica que desfavorecem o pleno desenvolvimento biopsicossocial. Esta situação de risco acaba se traduzindo por dificuldades na frequência e no aproveitamento escolar, nas condições de saúde de forma geral e nas relações afetivas com sua família e com o mundo, tendo como consequências à exposição a um circuito de sociabilidade marcado pela violência, pelo uso de drogas e pelos conflitos com a lei. Muitas vezes estas experiências de vida facilitam dinâmicas expulsivas da família nuclear e da casa e o ingresso no circuito da rua e das instituições de acolhimento. Situação de risco também envolve as condições de habitabilidade precárias ou mesmo na moradia de rua, realização de trabalho infantil, como a venda de balas nos faróis ou ainda esmolar, o uso de drogas e a marginalidade (FAPESP, 2004). Fica evidente a controvérsia em torno da utilização deste motivo de acolhimento tão diversificado, tendo como efeitos estigmatizar e revitimizar as crianças, os adolescentes e suas

⁵⁰ Baseado na minha experiência em participação de cursos, congressos e seminários na área.

famílias. Além disso, o termo “situação de risco” compreende outras razões de acolhimento, também utilizados pelo JIJ.

Destaco outros dois motivos de acolhimento, que analisarei em conjunto: o terceiro mais recorrente, “ameaça de morte” (11%), e “envolvimento com atividades ilícitas” (1%). Estas não eram razões comuns na instituição desde a extinção da FEBEM. Ocorre que o Ministério Público, através de uma Ação Civil Pública (ACP), sob processo de nº 001/51700036394 contra a FPE e o Estado do Rio Grande do Sul, condenando-as a:

implementarem, no âmbito estadual, Serviço/Programa de Acolhimento Institucional e/ou Familiar para crianças e adolescentes envolvidos em ilícitos infracionais graves, incluindo egressos da FASE, bem como aos ameaçados de morte.

Leitor e leitora percebo uma retomada das práticas editadas na FEBEM, onde no mesmo equipamento conviviam a medida protetiva de acolhimento institucional e a medida socioeducativa. Cabe salientar que os egressos da FASE ou cumpriram a integralidade da medida socioeducativa ou estão em semiliberdade, porém não podem voltar para seus territórios devido aos confrontos de facções do tráfico, ou seja, também são ameaçados de morte. Para os adolescentes ameaçados de morte, existe o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM), contudo as condicionalidades de adesão ao programa são inúmeras, como por exemplo, troca de identidade, mudança de cidade e proibição do uso de redes sociais. O contato com a família só é possível através de ligações intermediadas pelo PPCAM, em que a família não identifica o número do telefone nem o local de acolhimento. Durante o campo tive contato com uma adolescente ameaçada de morte e um egresso da FASE. Acompanhei a situação da adolescente e percebi a fragilidade do Programa, que teve uma morosidade para a definição da situação da adolescente:

Eu não posso nem ficar doente, porque não posso mostrar meu documento no posto de saúde. Não posso frequentar a escola. Pra tudo tem que ter documento. E eu não tenho. É como se eu não fosse ninguém. Vivo dentro da casa. Não posso fazer nada, nem ir na praça, dar uma volta nada. Já estou há sete meses assim porque o PPCAM parou. Aí não posso mais nem ligar pra minha vó, porque a ligação é só com eles. Eu pedi uma audiência e vou falar pra juíza que não vou ficar no programa. Eles não tão nem aí para gente (DC 32 – 18/11/23).

O PPCAM apresenta períodos em que fica desativado, em razão da falta de recursos. Conforme conta a adolescente, nesse período de fato a vida fica em suspenso. A adolescente se desligou do Programa em audiência e seguiu em acolhimento com os

cuidados demandados, porém com sua identidade exposta sendo utilizada para acessar a rede de serviço como posto de saúde e escola.

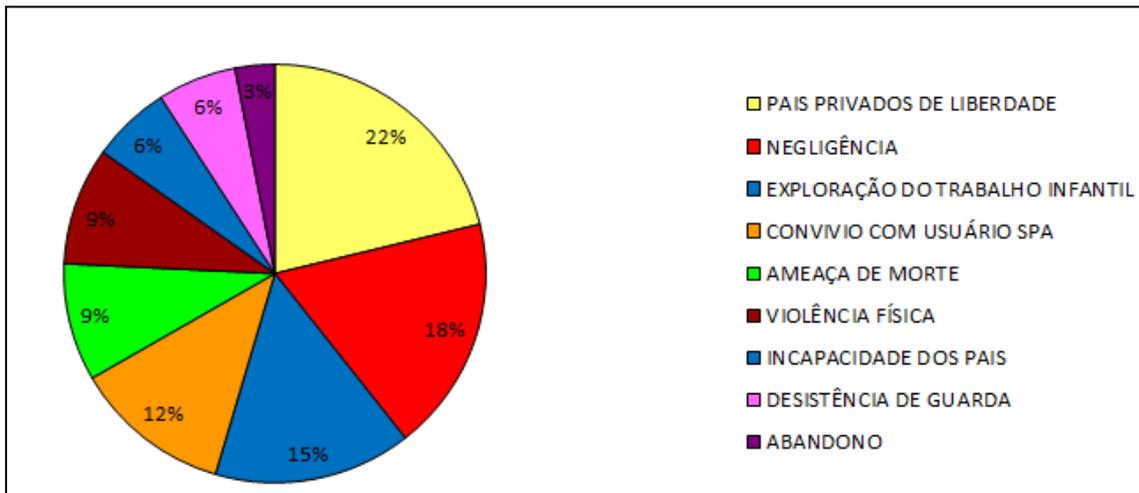
Saliento também o motivo de acolhimento “convívio com usuários de substâncias psicoativas – SPA” (4%) e “incapacidade dos pais (9%)”, discutidos em conjunto pois ambos têm origem no que se popularizou na mídia como “os filhos do crack”, em que bebês chegam no AR com síndrome de abstinência. O texto legislativo do ECA retirou, em 2016, a expressão “em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”, tendo como nova redação “em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”⁵¹.

Em meu campo, busquei analisar os motivos de ingresso no NAR Formiguinha (Figura 14) levando em conta o que assinalam as analistas que trabalham diretamente com as crianças e adolescentes, responsáveis por documentar estas informações no Plano Individual de Atendimento (PIA). As razões relatadas por profissionais que estão direto em contato com as crianças e com os adolescentes me parecem mais fidedignas aos motivos de acolhimento, ainda que a pobreza não possa ser expressa no documento (PIA), uma trabalhadora faz a seguinte constatação:

Do Juizado vem coisas que depois a gente vai ver e não corresponde. Eles colocam ali um motivo na solicitação de vaga, mas quando a gente chega nas famílias não é bem assim.(...). Não há um campo no PIA para que a gente possa colocar como ingresso a pobreza, mas a gente sabe que é o que leva a criança para o acolhimento. As condições precarizadas leva a falta de acesso a inúmeros direitos. Uma família que não tem dinheiro para passagem de ônibus não consegue levar a criança num hospital para atendimento especializado e aí cai na negligência. Pais que não podem faltar ao trabalho para ficar na fila da consulta também não consegue acessar o serviço. Uma criança na sinaleira pedindo dinheiro está ali porque os pais não conseguem dar conta de prover as necessidades básicas. Então a gente não pode assinalar a pobreza, mas a gente sabe que é. E essas famílias já não tem rede de apoio, são ciclos de precarização e vulnerabilidade que se repetem. As mães, normalmente a gente sabe das mães porque os pais nem aparecem, as avós já passaram pelo acolhimento, inúmeras vezes e vai repetindo. Falta política pública pras famílias lá no território. Nos CRAS nos CREAS, pra não precisar chegar aqui. Aqui em Porto Alegre o que a gente vem vendo nos últimos oito ou doze anos é a privatização e o sucateamento da assistência, que tá acontecendo no Estado também. Pra mim, fica muito evidente que o motivo primário é a pobreza, ela só vai puxando outras violações junto. O acolhimento que é pra ser uma medida protetiva, em alguns casos é outra violação do direito à convivência familiar. Então ao invés de família negligente a gente poderia pensar em um Estado omissivo e negligente com as famílias (DC 12 – 30/06/23).

⁵¹ Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016).

Figura 14: Motivos de ingressos de crianças e adolescentes no NAR Formiguinha



Fonte: Elaborado pela autora

O trabalho de Fávero (2016) corrobora com a afirmação da trabalhadora, considerando que a histórica desigualdade social no Brasil forja separações, violências expressas de variadas formas no cotidiano das famílias, ainda que nem sempre assim nomeadas. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), ao tratar de violações de direitos na família, e trazendo a responsabilidade solidária do Estado e da sociedade, compreende que tais situações sejam reflexo de que “a violação de direitos que tem lugar no seio da família pode refletir, ainda que não necessariamente, também uma situação de vulnerabilidade da família diante dos seus próprios direitos de cidadania, do acesso e da inclusão social” (Brasil, 2006, p. 35).

A partir do gráfico na Figura 14, podemos inferir que os motivos de ingresso no NAR Formiguinha, quando analisados a partir de informações das trabalhadoras no local, se distingue dos motivos de ingresso da FPE em geral. Ainda que haja uma prevalência de Negligência, sendo o segundo maior motivo de ingresso (18%), ela representa um número bem menor do que os 48% da FPE como um todo. As trabalhadoras e os trabalhadores do local consideram como negligência a infrequência escolar, incluindo a ausência de matrículas na educação básica, ausência de acompanhamento em serviços de saúde – como a não vacinação e perda de consultas médicas essenciais, como profilaxia de transmissão vertical de HIV ou tratamento de doenças graves. O maior motivo de ingresso no NAR estudado é a de “pais privados de liberdade (22%)”, que foram presos em decorrência do tráfico de drogas. Embora o

ECA, Art. 19º, §4º, garanta a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes através de visitas periódicas aos pais privados de liberdade independentemente de autorização judicial, durante todo tempo que esteve em campo não foi efetivada nenhuma visita das crianças e adolescentes aos genitores no presídio. No fim do meu período em campo, o JIJ sentenciou a destituição do poder familiar e as crianças que ingressaram por esse motivo tornaram-se aptas para adoção (DC 32 – 18/11/2023 e DC 40 – 13/01/2024).

Outra informação significativa, suprimida da Figura 12, é a exploração do trabalho infantil. Embora um tema complexo, temos algumas pistas que nos levam a subnotificação dos casos, uma vez que não consta nem nos motivos elencados pelo Juizado. Existe, portanto, uma invisibilidade da exploração do trabalho infantil, que só é captada quando se “segue os atores de perto”: há 15% deste motivo no ingresso. Há uma lógica da inclusão perversa no trabalho, “é melhor trabalhar do que roubar”, portanto a violência da exploração do trabalho infantil só é visível quando se olha de dentro. A própria narrativa de Daniel, quando conta que “vendia balinha nos ônibus” (DC 11 – 27/06/2023), é exemplar – ele não percebe como uma violência, pois já fazia parte de sua rotina. É, inclusive, algo de que se orgulhava por poder ajudar sua mãe e seus irmãos.

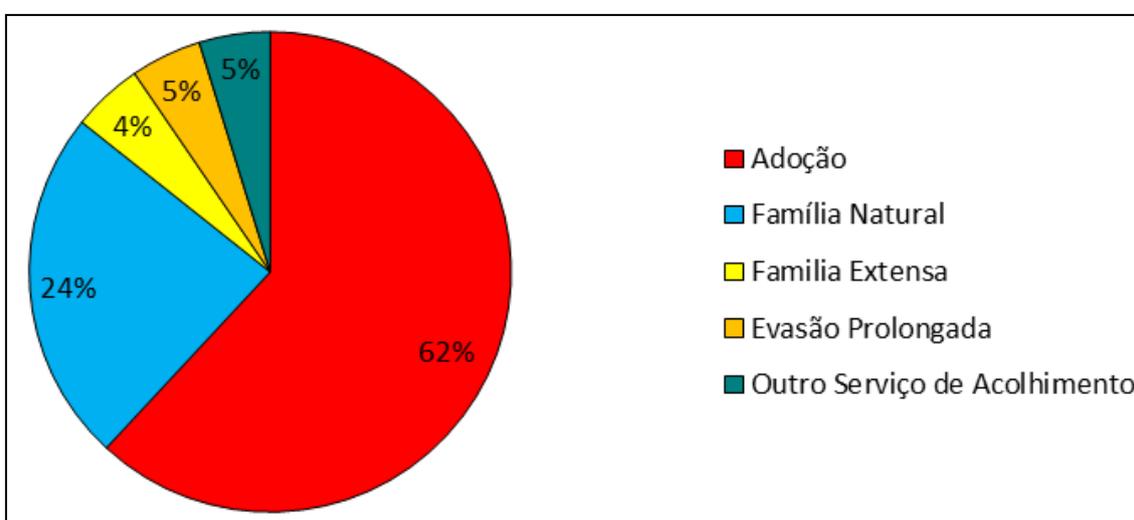
Como no trecho do livro *Capitães da Areia*, após o ingresso no Acolhimento Institucional alguns adolescentes evadem, uma vez que o acolhimento não implica em privação de liberdade. Da mesma maneira, existe toda uma expectativa de que ali seja uma “oportunidade de inclusão” no mercado de trabalho. Sistemáticamente, o Ministério Público exige da FPE a inserção de adolescentes nos programas de profissionalização. Questiono: essa inclusão não seria uma inclusão perversa, uma vez que segue os padrões e expectativas da classe média, sem a possibilidade de os adolescentes escolherem as atividades que mais se identificam? Conforme o relato de Eduardo no DC 27 de 21/10/2023:

Aí mandam o cara trabalhar. Não perguntam nada. Só dizem que tem que ir pra ter dinheiro. E que tem que guardar pra quando o cara sair daqui. Aí o cara fica o dia todo empacotando compras, tem que trabalhar sábado e domingo. Não pode usar boné, moletom. Tem que cortar o cabelo do jeito que eles mandam. Eu tô aguentando. Daqui a pouco larguei. Daí tem que estudar de noite e se tem prova que se f... Não tão nem aí pra gente. Se tá com tosse tem que trabalhar igual. Falam que é bom trabalhar. É bom se o cara gosta. Eu gosto de computador, desenhar no computador essas coisas, mas daí não tem trampo, porque tem que ter curso e coisarada. Que curso que eu vou ter? Aqui eles mandam a gente pra uns curso nada haver. Tipo fazer pão. Que que eu quero fazer pão? (risos) Acham que o cara é vagabundo se não vai. A promotora vem aqui ver se o cara tá trabalhando. Vai fazer todo

dia a mesma coisa que tu não gosta, com a roupa que tu não gosta, com o cabelo que tu não gosta e ter resenha com o gerente. Aguenta? Não aguenta.

Em *Capitães de Areia* o Juiz refere que os “delinquentes e abandonados” saíam dos “reformatórios” fugidos, ou seja, menciona a fuga/evasão como a forma em que os meninos da obra literária se desligavam da medida judicial. Já os motivos de desligamento da FPE são variados e incluem a evasão, que contou com 17 casos de desligamento por evasão prolongada (acima de 60 dias⁵²), observando três óbitos por homicídio de adolescentes que estavam vinculados a FPE, porém no período em que estavam evadidos. Reitero que na medida protetiva de acolhimento as crianças e os adolescentes não estão em privação de liberdade e seu direito de ir e vir está garantido, portanto a evasão consiste em uma saída não comunicada, sem retorno noturno ou ainda uma saída não autorizada com suspeita de que o adolescente está se colocando em situação de risco. Na Figura 15 abaixo apresento as razões de desligamento da FPE no NAR Formiguinha, a partir das informações obtidas através de NMAP/FPE (2023).

Figura 15: Motivos de desligamento no NAR Formiguinha



Fonte: Elaborado pela autora

Na FPE como um todo, o desligamento por maioria corresponde a 8% dos casos, e ocorre aos 18 anos, quando os jovens são compulsoriamente desligados do acolhimento. Se verifica uma dificuldade de políticas públicas para a juventude em Porto Alegre, em que há carência de repúblicas e espaços de moradia para jovens

⁵² Depois de transcorridos 60 dias de evasão o adolescente é desligado da Instituição automaticamente.

vulnerabilizados. Para os adolescentes, a chegada da maioridade gera tensões, pois poucos sabem para onde irão depois do desacolhimento, tendo em vista que a própria legislação não aborda a previsão de proteção para os jovens atingem a maioridade. De acordo com Fonseca e Schuch (2009) qualquer lei que tenha como critério a idade absoluta é arbitrária, considerando a heterogeneidade do público ao qual se destina e as diferentes configurações possíveis do processo de desenvolvimento das pessoas. De acordo com as autoras a noção de independência total a partir dos 18 anos, ejeta os adolescentes do acolhimento institucional, havendo deficiência de equipamentos para atender a juventude. Essa concepção é típica de uma visão da classe média atual, sustentada pelo argumento legal de autonomia da nova geração a partir de certa idade.

Esse tema traz a luz uma controvérsia: até o último dia dos 17 anos, adolescentes são protegidos e amparados pelo Estatuto, contudo no primeiro dia dos 18 anos a lei os abandona e a responsabilidade do FPE se encerra.

Na audiência a Juíza disse que eu não posso voltar pra casa porque tenho que me proteger. O relógio pra mim tá correndo. Ano que vem eu faço 18 e vou pra onde? Eu vou morar na rua ou voltar pra casa (...). Aí o cara pede pra voltar ou pelo menos ir visitar lá em casa e não tem autorização. A gente pega e vai aí falam que eu fugi. Quando volto tenho que ter resenha com as tias. Ficam perturbando (...). Nos 18 eu vou ter que me virar sozinho daí eu não sou mais de ninguém (Eduardo DC 27 – 21/10/2023).

A percepção de Eduardo vai ao encontro com o que diz Strathern (2017): na passagem de uma criança para a vida adulta se pretende “entregar um produto acabado à sociedade como um todo” (p. 206).

As crianças e os adolescentes promulgam o espaço da “casinha” como lugar de moradia, ora como lugar de família e ora como um lugar de passagem:

Tem tios que são legais que brincam com nós, que dão carinho. Eu peço pra eles me levarem pra ‘doação’(sic) lá na casa deles, mas não pode, porque eles dizem que trabalham aqui. (...) Eu amo a Tia, ela faz coisas boas pra mim. (...) A casinha é legal. Tem comida gostosa, tem brinquedo. Às vezes dá confusão. (...) Eu queria a minha casa também. Minha mãe. Sinto saudade (Taís – DC 14, 15/07/2023).

Esse lugar de cuidado é negociado pelas crianças e adolescentes, assim como a concepção de família. Se performa uma concepção de família moderna onde para pertencer a sociedade é necessário pertencer a uma família: “O indivíduo era incompleto em relação à sociedade – deveria ser completado pela socialização, pelas relações e pela convenção” (Strathern, 2017, p. 218). A autora propõe repensar a noção de parentesco:

As culturas são sempre híbridas: contudo, o futuro cultural está na continuidade das recombinações criativas, e isso inclui as recombinações da

empreitada etnográfica (...). As pessoas são híbridas naturais: a recombinação criativa do material genético já diferenciado faz de qualquer um uma nova entidade (Strathern, 2017, p. 221).

As crianças e adolescentes em acolhimento chamam seus cuidadores de “tios”, o que promulga a ideia de família, e aqueles por quem eles estão mais vinculados chamam de pai ou de mãe: “Mãe, posso ir no Papai Noel?” (Arthur para uma trabalhadora – DC 34 – 04/12/23). Assim, a família ocupa para as crianças e adolescentes em acolhimento institucional outras formas de organização, com possibilidades híbridas, sendo performada e negociada a partir dos vínculos que se estabelecem na “casinha”.

Dentro das possibilidades de desligamento da Instituição, segundo Relatório do NMAP/FPE (2023), o destino mais comum dos desligados no ano de 2022 foi a adoção. Uma das estratégias criadas pelo Poder Judiciário gaúcho com a finalidade de promover a adoção é a utilização do Aplicativo da Adoção, que permite o acesso às informações das crianças e dos adolescentes aptos à adoção aos pretendentes adotantes registrados no Cadastro Nacional de Adoção. O incentivo ao uso do aplicativo foi observado nos campos da Corrida pela Adoção (DC 7 – 27/05/23) e na Festa Natal Gigante (DC 34 – 04/12/23). Para tratar desse tema apresento o termo “Tinderização⁵³” para falar dos processos de adoção e, lanço a pergunta: “Será que deu *match*?”. O Relatório NMAP/FPE (2023) indica que houve 24 casos de desligamento por adoção em 2022. Olhando para os motivos de ingresso no acolhimento naquele ano, foram 21 casos em decorrência de desistência de guarda, o que possibilita pensar na pauta das adoções frustradas (assunto que não aprofundarei, mas que precisa ser discutido pelos atores do acolhimento institucional).

A informação na página é de que o *Aplicativo Adoção* tem como objetivo aproximar crianças e adolescentes que estão à espera de um lar e suas futuras famílias. A ferramenta é uma iniciativa do Poder Judiciário, em parceria com o MP e a PUCRS. “A ideia é que a humanização da busca, com fotos, vídeos, cartas e desenhos, possa despertar o interesse e a flexibilização do perfil desejado pelos candidatos habilitados⁵⁴”. Uma trabalhadora da FPE afirma que:

A maneira que apresentam a adoção já é ruim. Como se o adotante vai ser o salvador da criança. É tipo assim, as crianças têm que dar graças a Deus que alguém quer adotar eles. E eles têm que ir com quem aparecer. Aí o processo de preparação para adoção é pouco (Diário de Campo 08 – 17/06/23).

⁵³ Termo criado pela autora a partir da junção da ideia do aplicativo *Tinder*, voltado para encontro de relacionamentos afetivos, com a analogia ao conceito de “uberização” aos quais os processos de relações de trabalho se apresentam através das plataformas digitais *Uber*, *IFood*, entre outros.

⁵⁴ Disponível em <<https://www.tjrs.jus.br/app-adocao/home.html>>. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

A ideia humanizada vendida na página não se concretiza, o que percebemos é uma hiperexposição da imagem das crianças e dos adolescentes, inclusive podendo ser entendida como uma violação ao direito de imagem e da privacidade das pessoas em acolhimento. Ocorre uma objetificação, ou seja, as crianças e os adolescentes são expostas como não humanos na prateleira virtual do aplicativo, o que nomeio de “Tinderização”.

Apesar de expostas, as crianças e os adolescentes não tem acesso ao aplicativo para que possam escolher os pretendentes, estabelecendo-se uma relação assimétrica entre adotantes e adotados. No campo pude participar de uma celebração (DC 37 – 15/12) em que um grupo de irmãos estavam se desligando para a adoção. A família adotante foi recebida com afeto no interior da “casinha”, havendo uma festa de “despedida” para as crianças que estavam deixando o abrigo residencial. Uma das meninas que estava sendo adotada usava a medalha de participação na Corrida pela Adoção (descrita em seguida, no Capítulo IV). Por ser uma bebê, suponho que esta medalha foi colocada nela por outra pessoa. Quais efeitos tem uma medalha em uma criança que está se desligando do abrigo para a adoção? E como as demais crianças percebem isso? Seria adoção vista como um prêmio? Na mesma data, presenciei a chegada de uma família de origem na casa para visitar sua filha em acolhimento. Trata-se de uma família que busca a retomada do poder familiar, ou seja, quer o retorno da criança para a sua origem. Essa família foi impedida de entrar na casa, fazendo a visita no pátio. As diretrizes técnicas (Brasil, 2009) vão no sentido de que as famílias de origem sejam valorizadas no processo de acolhimento institucional das crianças e adolescentes, devendo ser incentivadas a participar das práticas cotidianas das pessoas em acolhimento para fortalecimento dos vínculos familiares⁵⁵. Em nenhum momento do campo percebi as famílias sendo incluídas nas práticas de lazeres das crianças e dos adolescentes. O campo me mostrou uma relação assimétrica entre os diferentes arranjos familiares. Ambas famílias desestabilizam o cotidiano nos AR, gerando controvérsias e efeitos: a família de origem é bloqueada de participar da rotina da casinha, já as famílias adotantes, mesmo em um cenário de adoções frustradas, são celebradas.

⁵⁵ Lembrando que a medida protetiva de acolhimento institucional é provisória, devendo toda a rede de atendimento assistencial trabalhar no sentido de fortalecimento de vínculos para que com maior brevidade as crianças e os adolescentes possam retornar a família de origem. Não sendo isso possível, se busca trabalhar com a família extensa e somente esgotada todas as possibilidades é ocorre a destituição do poder familiar e o encaminhamento para família substituta (adoção).

Na noite de Natal (DC 38 – 24/12/23) uma trabalhadora faz um comentário valorizando um casal adotante, na frente das crianças que recentemente haviam sido “devolvidas” por esse mesmo casal, em uma dessas adoções frustrada. A criança, ao ouvir o elogio, imediatamente corrige a trabalhadora dizendo: “Eles não são legais. Eles xingavam e machucavam a gente”. A criança se posiciona e a trabalhadora se cala.

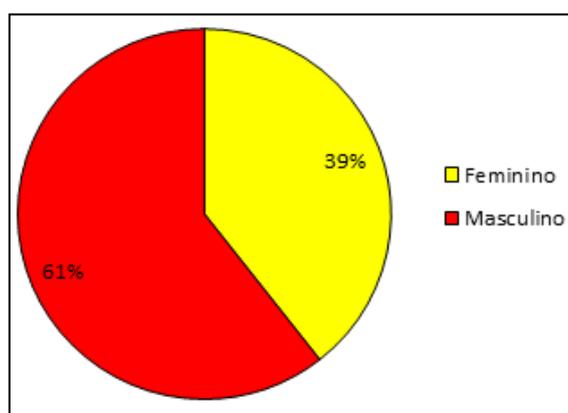
Retomando a descrição do *Aplicativo da Adoção*, ele permite o armazenamento de arquivos, como fotografias, desenhos e vídeos das crianças e adolescentes, passando a noção de que relações e vínculos sociais são mobilizados. Ressalto que no espaço virtual do aplicativo transitam elementos que contribuem para alimentar as relações entre os pretendentes à adoção que remetem a dimensões emocionais que se encontram materializadas no formato digital, isto é, a adoção cabe na mão dos adotantes por meio de seus *smartphones*. São os trabalhadores e as trabalhadoras da FPE precisam produzir o conteúdo das crianças e adolescentes e estas devem mobilizar sentimentos e relações afetivas, estes também atuantes na conformação e constante alimentação da cadeia sociotécnica da conectividade. Latour (2019a) assume que as Tecnologias da Informação e Comunicação permitem rastrear associações de modo inédito devido a sua própria forma de funcionamento. O poder que o agenciamento do aplicativo da adoção apesar de ter força para o Poder Judiciário, na rede sociotécnica da adoção ele exerce pouca agência, pois não “faz fazer”, ou seja, não concretizam adoções bem-sucedidas, pois faltam as crianças e os adolescentes terem agência no aplicativo. As associações se dão entre usuário (pretendentes), arquivos digitais e aparelho de celular, mas não mobiliza as crianças e os adolescentes na troca de arquivos, o que torna a rede sociotécnica frágil. Compreendo que a “Tinderização da Adoção” pode ser vista como uma reatualização da roda dos expostos, tão marcante na história da institucionalização das infâncias.

Trago ainda outras duas discussões que dialogam e constituem a descrição desse ponto de passagem obrigatório: as questões de gênero e étnico-raciais. Cabe a ressalva de que esta pesquisa não tem pretensão de se aprofundar no tema dos estudos de gênero, que requerem um conhecimento teórico bastante denso. Contudo, as feminilidades e masculinidades apareceram no campo, tanto por meninos como por meninas. Da mesma maneira, meu olhar sobre as questões étnico-raciais busca descrevê-las como questões importantes do campo, tendo consciência da limitação deste estudo nessas temáticas⁵⁶.

⁵⁶ Considero que o debate sobre as questões de gênero e étnico-raciais no acolhimento institucional compreendem uma pesquisa à parte.

Conforme Relatório de Coleta de Dados (NMAP/2023), 55% da população da FPE é do gênero masculino e 45% do feminino. Também ingressaram no acolhimento duas adolescentes que se identificam como transgêneras, sendo acompanhadas pelas equipes dos NAR e por serviços da rede que realizam o atendimento de questões relacionadas ao gênero e à sexualidade, contudo não estavam atendidas nos locais da pesquisa. No NAR Formiguinha há maior predominância de meninos em relação à média da população da FPE, sendo 61% do gênero masculino e 39% feminino (Figura 16).

Figura 16: População NAR Formiguinha por gênero



Fonte: Elaborado pela autora

No campo (DC 35 – 09/12/2023), enquanto acontecia uma Festa de Natal promovida por voluntários em um espaço fora do NAR, um menino me faz o interessante questionamento: “Eu posso botar brinco?”. Respondi que teria que perguntar para os “tios da casinha”. Ele então me responde: “Aqui a regra é a partir dos doze [anos]. Eu tenho dez. A Martina tem seis [anos] e bota brinco. Por que que os tios não deixam eu colocar?”. Fiquei calada, sem saber o que dizer. Nunca havia pensado sobre isso. A etnografia é uma pesquisa que envolve uma dinâmica de co-criação com as crianças e os adolescentes. Eu não tinha o que dizer para ele. A regra não é capaz de abarcar a totalidade das situações que aparecem. Após alguns segundos intermináveis consegui dizer para aquela criança de dez anos, que me colocou diante de um questionamento tão complexo, é que levaria a pergunta dele para a equipe da FPE.

Conforme Latour (2006), em seu texto “Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre aluno e seu professor (um tanto socrático)”, aprendemos ao longo da pesquisa e ao ver a perspectiva das conexões e na forma que eu, enquanto

pesquisadora, componho essa rede. Latour (2006) afirma que não precisamos do olhar do nativo, embora muitas vezes eu me sinta nativa do acolhimento institucional. O que há é uma construção conjunta entre a pesquisadora e as práticas e fenômenos investigados.

Refletindo ainda sobre o questionamento do menino, penso o quanto os objetos são representantes de uma performance de gênero. Um brinco sozinho é apenas um acessório, mas um brinco na orelha de uma menina performa um corpo, enquanto na orelha de um menino performa outro. A FPE reafirma os discursos e os marcadores de diferenças de gênero, contudo o menino problematiza o que a Instituição coloca como regra. Outro exemplo dos marcadores de gênero sendo performados acontece nas idas ao cinema, em que os trabalhadores e as trabalhadoras definem quem vai assistir determinados filmes. O filme *A Pequena Sereia* (DC 10 – 21/06/23) é visto por um grupo exclusivo de meninas, já o filme *Missão Impossível* (DC 15 – 19/07/23) somente por meninos. Ou seja, a FPE classificou que filme de princesa é para meninas e filme de ação para meninos. Enquanto estamos aguardando o carro para irmos ao cinema, uma menina questionou: “Aqui na casinha a gente assiste filme juntos, por que no cinema tem que ir separado?” (DC 15 – 19/07/23).

De maneira semelhante, outra menina questiona sua participação no *ballet* e seu impedimento de participar de aulas de futebol. Enquanto se arrumava para ir para a aula de *ballet* em um Projeto Comunitário a menina pergunta:

Porque no Grêmio não tem vaga para mim? (...) Por que eu tenho que ir para o ballet? (...) Eu adoro jogar futebol, mas só posso jogar aqui (AR). Aqui todo mundo joga. Na escola riem de mim, porque quero jogar. (...) No Grêmio não tem vaga pra mim. Eu não gosto do ir no ballet. Eu quero jogar futebol. (...) Nunca me colocam no futebol. Só os *guri* (sic), porque falam que futebol é coisa de guri. Até na escola quando eu jogo ficam rindo de mim (DC – 24 30/09/23).

Cito ainda outra situação: a ida a um jogo de futebol no Estádio Beira-Rio, em um jogo do campeonato gaúcho (DC 42 – 27/01/24). Se tratava de um jogo em que o Internacional havia sido punido por uma situação de violência. A pena previa que naquele jogo o público seria composto apenas por mulheres e crianças. É interessante pensar que a presença exclusiva de mulheres e crianças no estádio é uma forma de punição. A regra do público do jogo, colocar mulheres e crianças em simetria, pode ser analisada pela leitura de Strathern (2017), que argumenta que a domesticidade fixa às mulheres uma posição inferior e de incompletude em relação aos homens, sendo o

doméstico considerado infantil, pois no ocidente, para ser considerado adulto, é necessário romper com o círculo doméstico.

Quando chego no AR combinado como local de encontro, vejo que só os meninos estão prontos para o jogo. Inclusive só havia meninos na casa. As meninas haviam ido para o shopping. E elas foram para o shopping porque reivindicaram ir ao jogo, segundo relato de um adolescente. Mesmo sendo um jogo para mulheres, sendo explicitado isso no convite, a FPE decide que os meninos vão para o estádio, levados por duas mulheres: eu e uma agente educadora. Tive inclusive que negociar a entrada dos adolescentes com os funcionários do Beira-Rio, pois a regra do jogo era público infantil e feminino, ou seja, não seria permitido acesso de adolescentes do gênero masculino. A regra do campeonato foi flexibilizada para os adolescentes assistirem ao jogo, mas a da Instituição não. Ser mulher para FPE permite determinadas performances, como ir ao shopping, e outras são cadeadas, como ir ao estádio, justamente em função de seu gênero. Uma festa de quinze anos (DC 33 – 24/11/23) também é exemplar deste processo. Nela, a menina teve de performar gênero utilizando o vestido de debutante, dançando a valsa com meninos e homens, mesmo sem desejar estar ali.

Quando as crianças e os adolescentes têm autonomia para livre escolha de suas práticas de lazeres eles operam juntos, sem uma diferenciação em razão de gênero. No brincar cotidiano, meninos e meninas jogam bola juntos, assistem TV juntos, mas quando há um processo de escolha por parte dos adultos, que visam definir quem vai acessar os lazeres, há uma generificação. Nas brincadeiras livres observei meninas brincando com carrinhos e meninos de boneca. Meninas jogando videogame e pedindo na carta para o Papai Noel um *skate*, brinquedo mais ligado ao discurso de masculinidade.

Há um olhar Institucional (FPE) e um olhar das crianças e dos adolescentes. As crianças e adolescentes negociam com os enunciados de gênero praticados pela Instituição. Novamente leitor e leitora, resgato o passado. Na FEBEM os meninos e as meninas eram atendidos em estruturas físicas separadas, nas chamadas casas de Infantil Feminino e Infantil Masculino. A Instituição consegue se reordenar nas estruturas de moradias, mas as práticas cotidianas seguem reeditadas. A história vem à tona com a força do passado em disputa com as crianças e adolescentes, negociando e trazendo atualizações.

As contribuições da noção de performance, desenvolvida por Annemarie Mol, e da Sociologia das Associações, ainda que não se ocupem da questão do gênero, nos ajudam a olhar, também, sobre a materialidade dos corpos, sua relação com não humanos em processos múltiplos e negociados.

Os não humanos atuam (brincos, bola, ingressos, vestido, estádio, cinema, *skate*) como mobilizadores de associações, como marcadores para a performance de gênero. A força dessas associações compõe-se com as corporeidades. Quando as crianças e adolescentes tencionam as forças institucionais, elas compõem com um mundo diferente daquele proposto pela FPE, ora com mais força, ora com menos. As crianças e os adolescentes estão procurando alianças em outros vínculos que incluam a participação. Isso aparece nas práticas de lazeres mais espontâneas e nas suas falas.

Outro marcador que compõe a população em acolhimento institucional é o de raça. Assim como o gênero, não poderia deixar de olhar para essa questão que percebo, por exemplo, quando vamos ao cinema e as crianças e as adolescentes trazem a pauta. Enquanto trabalhadora não havia pensado sobre essas questões ao longo da minha prática profissional, provavelmente por ser uma mulher branca, mas como pesquisadora consigo perceber que há uma racialização no acolhimento institucional.

Essa percepção inicia quando vamos assistir ao filme *A Pequena Sereia* (2023). A pesquisa, em parceria com uma rede de cinemas de Porto Alegre, conseguiu ingressos para que as crianças fossem ao cinema. Contudo, a escolha dos e das participantes ficou a critério da equipe do local. No dia de assistir *A Pequena Sereia* (DC 10 – 21/06/2023), as selecionadas dentro dos critérios de condicionalidades do NAR Formiguinha, foram nove meninas que cumpriam as regras de comportamento “desejáveis” nas casas, ou seja, lazeres negociados. Destas eram oito negras e uma branca. No início do filme, imediatamente após aparecer a personagem Ariel, cuja protagonista é negra, percebo uma desestabilização entre as meninas.

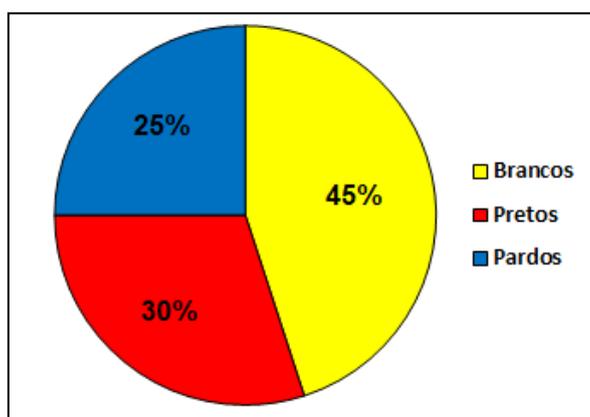
Logo nas primeiras aparições da personagem as crianças afirmam: “Ela é diferente!”, “Não tem cabelo laranja!”, “Ela se parece com a gente!”, “É preta como a gente!”, “Tem o cabelo igual ao nosso!”. Essas falas acompanharam as meninas durante o filme e depois, no retorno para o abrigo residencial, momento em que relataram para as agentes educadoras o que assistiram no cinema. Analisando a repercussão nas mídias sociais sobre protagonismo de Halle Bailey, atriz negra no *live action* da *Disney*, percebo que mesmo sendo uma personagem não humana, esta sofreu ataques racistas. Através de uma abordagem latouriana, podemos inferir que mesmo a Ariel sendo uma

personagem da mitologia, uma híbrida entre humana e peixe, ainda assim, sofreu ataques racistas. Nessas associações híbridas entre humanos e não humanos, podemos pensar que corpos racializados figuram como um outro fora da branquidade, ou seja, é um corpo desumanizado.

No retorno para o AR as meninas seguiram falando sobre a questão da representatividade. O que mais gostaram foi Ariel se parecer com elas, fato verbalizado pelas oito meninas negras. A menina branca em momento nenhum falou sobre isso, apenas mencionou que o que o que mais gostou foi do personagem Tritão. A representatividade no filme significou para as meninas em acolhimento institucional um reconhecimento de seus corpos expresso nas telas, o que nos permite inferir que personagens clássicas são importantes para a construção de novas operações críticas para as meninas negras, em geral pouco representadas nos filmes infantis. Nesta direção as práticas de lazeres tornam-se potentes, estabelecendo-se como ‘momentos de crise’ (Boltanski, 2016), a partir da representatividade negra atualizando a luta antirracista. Enquanto pesquisadora, as falas das meninas me impactaram, pois não pensei que essa questão apareceria. Isso reforça a ideia de que a troca de aprendizagem com o campo empírico em uma etnografia é constante.

Segundo o Relatório Anual (NMAP/FPE, 2023) a população atendida na FPE é majoritariamente não branca, das quais 45% são brancos, 30% pretos e 25% pardos, totalizando 58% das crianças e adolescentes negras (do número absoluto das pessoas atendidas). Estes dados estão sumarizados na Figura 17.

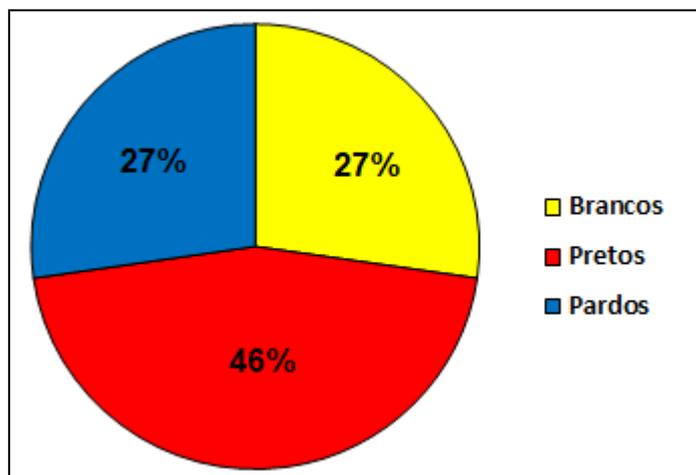
Figura 17: População étnico-racial FPE



Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações do Relatório do NMAP/FPE (2023)

Quando vou para o campo e converso com as crianças e adolescentes, assim como com os agentes educadores e agentes educadoras do NAR Formiguinha, e busco a informação através da autodeclaração das crianças e adolescentes⁵⁷, os números mostram uma maior expressividade da população negra, totalizando 72% (46% pretos e 27% parda), conforme explicitado na Figura 18.

Figura 18: População étnico-racial NAR Formiguinha



Fonte: Elaborado pela autora

Esses números me impactam ainda mais quando comparados com os dados do CENSO (IBGE, 2022), em que 78,4% da população gaúcha se autodeclara branca. Observamos que o acolhimento institucional continua a cumprir a função histórica de proteger a sociedade das crianças e adolescentes “indesejáveis”, ou seja, há uma inversão da noção de proteção, que corresponde a uma prática higienista, de purificação e de confinamento das infâncias pretas e pobres. Então podemos pensar que o elemento da roda dos expostos é reeditado, não como a roda propriamente dita, porque como objeto ela perde o significado, mas continua atuando na rede de proteção como uma prática de purificação e de poder de privação de convivência familiar e comunitária de infâncias e adolescências negras e pobres. Portanto, a roda dos expostos é atualizada e podemos refletir sobre o acolhimento institucional como um dos elementos de encarceramento dessas infâncias e adolescências.

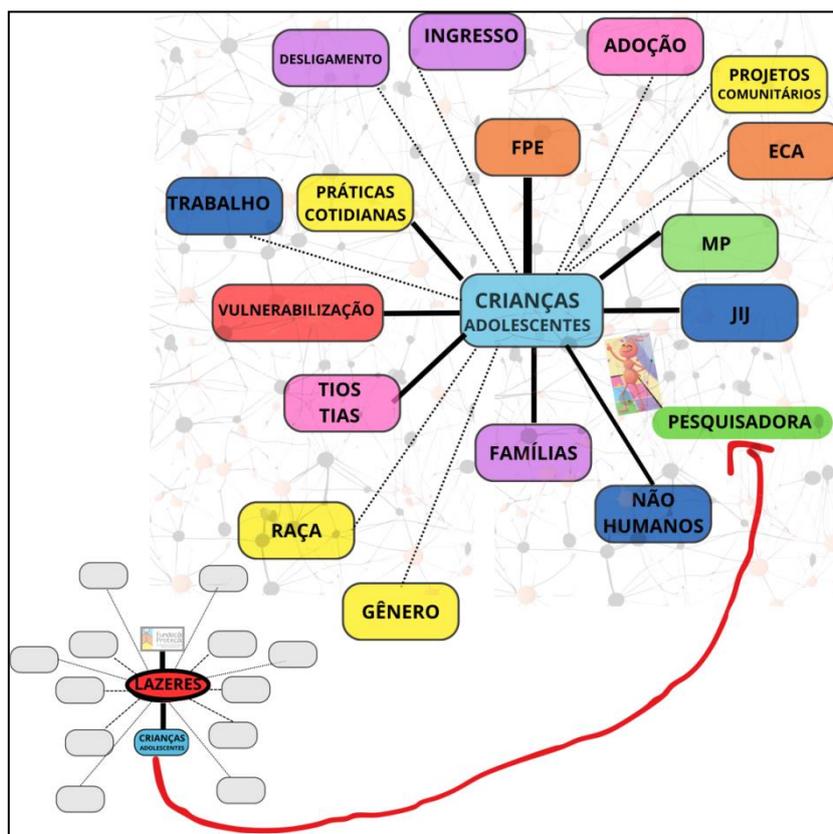
Na ocasião da festa de 15 anos (DC 33 – 24/11/23), por exemplo, observei um “embranquecimento” da menina negra, aniversariante, percebido no alisamento do

⁵⁷ As crianças a partir de 5 anos conseguiram se autodeclarar, para as com idade inferior a informação foi obtida através dos educadores e das educadoras que responderam sobre a cor/raça das crianças.

cabelo, na maquiagem, e nos convidados predominantemente brancos, a exceção das crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Conforme Eurico (2020), a pobreza geracional, causada pelo racismo, impacta com prejuízos para crianças e adolescentes, que dependem da proteção dos adultos para se desenvolverem de forma saudável, repercutindo na dificuldade de garantias de direitos fundamentais como educação, lazer, esporte e cultura nas famílias negras. As práticas de lazeres são possibilidades de desestabilizar hegemonias e de construção de novas visões de mundo para as meninas, como direito de estarem representadas como no filme *a Pequena Sereia*, ou podem reforçar o embranquecimento dos corpos, como na festa de 15 anos. A Figura 19 apresenta as associações que as crianças e os adolescentes tecem na sua rede. Representa, ainda, o que se perfromam nesses corpos institucionalizados, como gênero e raça, algo que atravessa e constitui essas infâncias e adolescências na Instituição.

Figura 19: As crianças e adolescentes como ponto de passagem obrigatório



Fonte: Elaborada pela autora

Em vias de conclusão deste capítulo, afirmo que as negociações estão sendo feitas o tempo todo nos dois casos de pontos de passagens obrigatórios que aqui apresentei, para que as alianças, ora mais fortes ora mais fracas, não se rompam. Assim como na descrição de Latour, com a qual iniciei o capítulo – onde o moinho é ponto de passagem obrigatório das pessoas por causa do trigo e do vento – a FPE, as crianças e os adolescentes são pontos de passagens obrigatórios para as práticas de lazes tal qual se apresentaram no campo empírico. No capítulo seguinte discutirei os lazes como ator-rede.

CAPÍTULO IV – VÍNCULOS E NÓS: DESENCADEANDO OS LAZERES COMO ATOR-REDE

Brincávamos no pátio, mas como se não brincássemos juntas. Lila se sentava no chão, ao lado da janelinha de um subsolo, e eu, do outro lado. A gente gostava daquele lugar, sobretudo porque podíamos colocar no cimento, entre as barras da abertura, contra a grade, tanto as coisas de Tina, minha boneca, quanto as de Nu, a boneca de Lila. Púnhamos pedras, tampas de refrigerante, florzinhas, pregos, cacos de vidro. O que Lina dizia a Nu, eu escutava e repetia em voz baixa a Tina, mas com pequenas modificações. Se ela pegava uma tampa e a colocava na cabeça da boneca como se fosse um chapéu, eu dizia à minha, em dialeto: Tina, ponha sua coroa de rainha, senão vai ficar com frio. Se Nu brincava de amarelinha nos braços de Lila, pouco depois eu fazia Tina agir do mesmo modo. Mas ainda não participávamos de uma mesma brincadeira nem jogávamos juntas. Até o local escolhíamos sem combinar. Lila ia para lá e eu ficava circulando, fingindo ir a outro lugar (A Amiga Genial – Elena Ferrante, p. 22).

Abro o capítulo com a história de Lenù e Lila, personagens do livro *A Amiga Genial*, de Elena Ferrante. A narrativa se passa em Nápoles, entre as décadas de 1950 e 1960. A passagem acima é uma recordação de Lenù sobre como foi criando vínculos com Lila. Interessante que a amizade vai ganhando forma com o brincar. Elas nem se conheciam ainda, mas brincavam das mesmas coisas, no mesmo lugar de encontro.

Assim acontece com uma criança quando ela ingressa no acolhimento institucional. Elas não se conhecem, algumas chegam sozinhas, outras com irmãos, mas passam a residir no mesmo lugar com pessoas estranhas a seu convívio familiar e comunitário. As brincadeiras acabam sendo uma forma de vinculação.

Em uma das minhas idas a campo, observei esse processo ao conhecer uma criança que havia chegado na casinha no dia anterior. Estávamos no pátio, vi um menino que não conhecia e perguntei seu nome. Antes que ele respondesse, uma menina que brincava com ele falou que: “Ele chegou ontem. A gente não sabe o nome dele. Ele não é daqui” (DC 32 – 18/11). Ele me disse timidamente seu nome e seguiu brincando com a menina. Eles jogam UNO (um jogo de cartas). Conversavam sobre as regras do jogo, riam, brigavam, pareciam estar se divertindo, mas não sabiam o nome um do outro.

As relações entre as crianças nos abrigos residenciais são dinâmicas, ora tem vínculos nomeados de amizade, ora de rivais, ora de irmãos. Eles não se nomeiam em nenhuma dessas formas explicitamente, mas os vínculos se performam conforme as circunstâncias que enfrentam.

Eu não sei bem o que a gente é. Amigos, eu acho. A gente faz tudo junto aqui na casinha. Todo mundo almoça, janta junto, brinca. É tipo irmão. Mas não é irmão. A gente se irrita também, porque uns podem fazer as coisas e às vezes, eu não posso porque os tios pegam no meu pé (...). Não dá pra namorar, porque se namorar com um da casinha, tem que trocar de casa e eu não quero trocar de casa (DC – 32 – 18/11/23).

Outra regra da FPE, explicitada no trecho ainda, é que os adolescentes que namoram não podem residir na mesma casa, para não praticarem sexo no AR. A sexualidade é um tabu na Instituição, tão tabu que em um primeiro momento decidi botar esse trecho em uma nota de rodapé.

O leitor e a leitora devem estar intrigados: Onde os adolescentes e as adolescentes transam? Não há recurso financeiro da Instituição para que possam ir em um Motel, por exemplo. Nesse campo (DC – 32 – 18/11/23), a adolescente contou que já aconteceu de dois outros adolescentes praticarem sexo no pátio, atrás dos carros, no estacionamento. Outra justificativa para que não se constituam casais de namorados ou namoradas na casinha consiste em não pularem etapas do desenvolvimento, ou seja, namorados que passam a conviver no mesmo teto. Esse argumento é sustentado por uma lógica de classe média, em que a noção de família que vive sob o mesmo teto é a de origem e, em algumas vezes, a extensa. Como trabalhadora da FPE, ao realizar

visitas domiciliares, percebia que a maioria das casas eram construídas com apenas uma peça – em algumas nem banheiro havia – onde viviam um coletivo heterogêneo de pessoas com diversos arranjos de parentesco ou afinidade. Portanto, esse argumento de um relacionamento precoce não gera os efeitos esperados pela Instituição nos adolescentes. O que faz eles não terem relacionamentos na casinha (ou terem escondido) é a possibilidade de transferência de AR, ou seja, a ação punitiva.

Retomo a analogia com o livro de Elena Ferrante a fim de analisar as relações das crianças e adolescente. Na infância, Lenù e Lila desenvolvem uma conexão emocional marcada por afetos, rivalidades e comparações. Lila é uma garota brilhante e rebelde, enquanto Lenù é introvertida e estudiosa. Embora as personagens não estejam institucionalizadas, elas são atravessadas por vulnerabilizações, violências, abandono, pobreza, assim como as crianças do AR. Lila abandona a escola para trabalhar, enquanto Lenù continua seus estudos. Essas divergências nas escolhas de vida geraram tensões, mas também uma admiração mútua que se traduz em uma amizade que sobrevive a altos e baixos. A relação delas não é apenas sobre amizade; é uma rede complexa de rivalidade, admiração, apoio e competição. Cada uma delas influencia a trajetória da outra — Lila, com sua ousadia e inteligência, inspira Lenù a se esforçar academicamente, enquanto Lenù, com suas conquistas educacionais, representa um mundo que Lila aspira alcançar. As desigualdades sociais, os vínculos familiares frágeis e as questões de gênero influenciam as decisões e interações das protagonistas. O ambiente em que cresceram, caracterizado pela pobreza e pela luta, promulgam suas identidades e suas escolhas, afetando diretamente a rede que elas constroem. Elementos como a escola, os livros, os brinquedos e até mesmo a vida cotidiana no bairro atuam como mediadores nas interações das protagonistas. O mesmo ocorre com as crianças e os adolescentes em acolhimento institucional, em que suas vidas são performada por suas associações, alianças e pelos vínculos que elas estabelecem.

Ao longo da pesquisa, procurei explicar e realizar associações, demonstrar as controvérsias, pensar na interação dos humanos e não humanos no estudo. Apresentei as influências que Latour utilizou em seus trabalhos como a ideia de rizoma encontrado em Deleuze e Guatarri (2021) e a noção de agência descrita por Gabriel Tarde (2018). Retomarei alguns conceitos na medida em que são importantes para a compreensão dos laços como Ator-Rede.

Tarde (2018) inspira Latour na ideia de mônadas. As mônadas são diversas, podem ser todos os entes que tem agenciamento, que podem ser autônomos. Conforme

esses entes vão se combinando, ocorrem fenômenos que se imbricam e então a agência deixa de ser autônoma e passa a constituir uma associação, ou seja, “não há sociedade transcendente, somente associação imanente, composição em ato, relação: no fundo de cada entidade impessoal não se acha senão certo número de *eles* e de *elas* que se embaralharam e se confundiram ao se multiplicarem” (Tarde, 2018, p. 37). É a partir dessa percepção, de que a partir dos fluxos e da maneira como se dão as associações é que seus efeitos são gerados, ou seja, esses efeitos podem prolongar a cadeia de associações ou criar bloqueios que encurtam a cadeia. Contudo irá depender do grau de associação e da qualidade dos vínculos entre os entes (humanos e não humanos). É a partir dessa influência que Latour (2012) vai pensar a Teoria do Ator-Rede.

A TAR (Latour, 2012) nos mostra que diferentes atores estão associados, tendo um fundamento em comum, superando oposições básicas entre humanos e não humanos. A ideia de mônada (Tarde, 2018) engloba diferentes entes que podem ser processos e associações. Nas práticas cotidianas, por exemplo, a lei afeta um trabalhador e uma trabalhadora de uma maneira, e ele ou ela vai performar essa norma às crianças e aos adolescentes de outra maneira, para que a criança ou adolescente compreenda que é para fazer isso ou aquilo. Isso implica em um poder, por exemplo, normas ou modelos anteriores: “Na FEBEM a gente batia o cadeado e o guri não saía. Na FEBEM era assim, agora aqui a gente não tem como jogar” (DC 25 – 07/10/2023). Essa fala, somada as minhas observações, permite fazer a seguinte análise: se não é possível cadear as crianças e os adolescentes, os lazeres são cadeados, como vimos nas situações da bicicleta e da sala de recreação, assim como todas as vezes que a lógica de punir comportamentos através de bloqueios de práticas de lazeres.

A TAR propõe que para explicar a ação social dos atores é preciso identificar as conexões que se estabelecem e seus agenciamentos. Portanto, a TAR é uma cadeia de associações híbrida entre humanos e não humanos e essa cadeia precisa ser descrita para que se compreendam os vínculos que estão sendo tecidos e as barreiras que impedem que as associações sigam conformadas (Latour, 2012). Barreiras para que a cadeia dos lazeres não pudesse crescer, como vimos até aqui neste estudo, são, por exemplo, comportamentos “indesejados”, cadeados. Já o que pode fazer essa cadeia se expandir são os vínculos afetivos, os brinquedos, as estratégias das crianças frente aos bloqueios. Portanto, essas estratégias podem ser entendidas nas Linhas de Fuga (Deleuze & Guatarri, 2021), em que as possibilidades estão nos vínculos. Está nas possibilidades de construir novas associações nos espaços vazios que restam e que estão “cadeados” pela

instituição. Pensando na associação entre cadeado e liberdade: O Art. 16º, IV do ECA, entende como direito à liberdade, entre outros aspectos, o direito a “brincar, praticar esportes e divertir-se”. Destaco, entretanto, que os espaços para o livre brincar nos abrigos residenciais são bloqueados de uma forma rígida, foi difícil inclusive enxergar esses lazeres mais autônomos e cotidianos.

A partir do segundo semestre de 2023, passei a observar com olhar mais atento as brincadeiras das crianças e dos adolescentes, as práticas de lazeres mais cotidianas, além de seguir os eventos externos e festas no AR⁵⁸. Com esse olhar pude perceber que esses lazeres estão em ação, porque as crianças também são linhas duras e consideram as práticas de lazeres importantes para elas, negociando com a instituição.

O ambiente conflituoso, de brigas e gritos na casa, é amenizado quando há brinquedos disponíveis. Evidente que há confusões na disputa pelos brinquedos, mas são conflitos que as crianças e os adolescentes conseguem operar sem a interferência dos adultos. Quando há falta de brinquedos, os conflitos são de outra ordem, em que os adultos têm que entrar em cena para resolvê-los e a lógica da punição é acionada. Os brinquedos estão cadeados numa sala inacessível, chamada Sala da Recreação, cuja chave está com a direção do abrigo residencial, a qual nem os agentes educadores e as agentes educadoras tem o acesso. Próximo da Sala de Recreação há uma sala da enfermagem, que armazena medicamentos. Esta ficava livremente aberta. Nesta sala havia muitos medicamentos e equipamentos que me pareciam até perigosos de ficarem com livre acesso as crianças e adolescentes, contudo, a sala cadeada era a que continha brinquedos.

A controvérsia, nessa situação, reside nas ações que fizeram as salas se constituírem dessa forma no NAR. Essa sala de enfermagem foi criada no espaço em que era a sala da direção, quase no final do ano de 2023. A ação que gerou essa reestruturação teve origem em uma ação das crianças e dos adolescentes, que trocaram os cadeados. Os efeitos dessa ação levaram a gestão do NAR colocar a Enfermagem, que fica aberta, no lugar da Sala da Direção, que fica cadeada, pois esta contém documentos sigilosos, além de representar o poder do NAR, pois é a sala da autoridade do local.

Em um dos campos (DC 32 – 18/11/23) uma trabalhadora me contou que dois dias antes as crianças ou os adolescentes, pois não foram identificados os autores da

⁵⁸ Agradeço as professoras Adriane Vieira e Camila Penna, que no processo de qualificação do mestrado me instigaram a direcionar o meu olhar em campo para as práticas cotidianas de lazeres.

ação, durante a higienização da Sala da Recreação que fica ao lado da até então Sala da Direção, trocaram os cadeados trocados, que foram fechados pela funcionária da limpeza. Ninguém percebeu a troca, que foi sentida quando os funcionários e as funcionárias quiseram acessar a sala para trabalhar em seus computadores e não puderam. Por horas ficaram tentando descobrir como abrir a sala da direção, até que alguém se deu por conta que os cadeados poderiam estar trocados. Ou seja: as crianças e os adolescentes se mobilizaram para demonstrar como é ruim ser impedido de acessar um local próprio para suas práticas de lazeres. As crianças e os adolescentes se aproveitaram do mesmo vetor de bloquear o acesso, mas viraram esse vetor para o lado dos adultos. Eles só conseguiram mudar a direção do vetor porque estão na rede, então eles têm agência para fazer isso. Foi alto o grau de sofisticação da ação das crianças. Além de deixarem os adultos na rua, estes não puderam acessar seus materiais de trabalho. Os efeitos dessa ação de resistência mexeram com as estruturas com as quais os funcionários e as funcionárias estão submetidos.

Mesmo que elas não tenham conseguido acesso à sala dos brinquedos, elas de alguma maneira bloquearam toda uma força de poder vinculada ao outro lado (adultos) que as afeta, ou seja, traçaram uma linha de fuga. Naquele momento o desequilíbrio que havia (adultos acessam salas e crianças e adolescentes não acessam) foi colocado em equilíbrio, ou seja, em simetria. Os adultos não tiveram essa mesma capacidade crítica de enxergar a simetria, verbalizando que as crianças são “terrivelmente mal comportadas” e seguiram cadeando os lazeres da Sala de Recreação. Assim, é mais simples assumir que as crianças e os adolescentes são inferiores do que assumir o que foi implicado nessa ação, responsável pela proposição de uma nova direção de fluxos. Os trabalhadores e trabalhadoras não perceberam que ao desbloquear as práticas de lazeres o trabalho fica menos penoso, pois ao cadear os brinquedos, se bloqueiam os meios que trazem efeitos de revincular e ressignificar, não através das brigas, dos gritos e dos conflitos.

Conforme descrito na Figura 20, existia um fluxo em um sentido, em que funcionários e funcionárias tinham acesso a sua sala que ficava ao lado da Sala de Recreação, cujas crianças e adolescentes não tinham acesso (sistema em desequilíbrio). Ao trocar os cadeados se mobiliza uma crise (desestabiliza o sistema), porém quando se descobre que as chaves estão trocadas o sistema volta ao estado inicial, em desequilíbrio de acesso, uma estabilização de acordo com as normas institucionais.

Figura 20: Fluxos de desestabilização e simetria



Fonte: Elaborado pela autora

No cotidiano do NAR, os brinquedos ficavam parados na Sala de Recreação⁵⁹ e eram colocados “em jogo” nas práticas cotidianas da Instituição em momentos pré-determinados, aliados a comportamentos pré-estabelecidos. O mesmo ocorria com o espaço aonde são trancadas as bicicletas. A chave do local ficava pendurada em um colar no pescoço da educadora. Que fazer-fazer está imbricado em colocar uma chave no pescoço? Veja bem, leitor e leitora, não é apenas uma pessoa com uma chave, há efeitos de que ela é a proprietária, que somente ela pode abrir, ou seja, que ela detém o poder. Sobre as relações de poder e a multiplicidade de relações entre humanos e não humanos Latour (2012, p. 123) refere o seguinte:

Quando definimos o controle de qualidade dos relatos da ANT, temos de ser bastante escrupulosos e constatar se realmente o poder e a dominação são explicados pela multiplicidade de objetos aos quais se atribui um papel capital e que são transportados por veículos empiricamente visíveis. Não será suficiente para nós considerar o poder e a dominação, por si mesmos, como cofre misterioso onde está encerrado aquilo que movimenta os muitos participantes da ação.

Dentro dessa noção, Latour (2015) traz a ideia de marionete. Quem detém a marionete não quer emancipá-la. A marionete só tem sentido se for manipulada, mas também manipulando o seu manipulador. Porque é nessa interação que o manipulador faz as ações de uma determinada forma, chegando ao momento em que não importa quem fez, mas os efeitos da ação. A própria ideia de lazeres já implica numa rede de

⁵⁹ Ao finalizar a escrita, mesmo já tendo saído de campo, segui em contato com meus interlocutores. Soube que com a enchente de maio de 2024 a Sala de Recreação (não atingida pelas águas) foi fechada e em seu lugar agora funciona a Sala de Enfermagem. Atualmente, portanto, não há mais a Sala de Recreação no NAR.

associações. Nunca estamos sozinhos ou sozinhas nos lazeres. Se eu estiver dormindo, ou seja, se meus lazeres forem dormir, eu preciso minimamente de uma cama, ou de um colchão ou de um sofá. Se eu quiser aumentar essa rede, eu posso precisar de escuridão, de silêncio, de travesseiro, de cobertas. E se meus lazeres forem brincar, eu preciso dos brinquedos, ou de outras pessoas, ou da imaginação. A ideia de lazeres é demarcada por vínculos, há importância na ação. Durante a construção do jogo “Desencadeando”, que apresentarei no próximo capítulo, perguntei para as crianças e para os adolescentes sobre seus lazeres preferidos e as respostas sempre vieram seguidas de um verbo: brincar, passear, jogar, assistir, correr, comer, praticar... Ou seja, as crianças e os adolescentes falaram uma ação (Figura 21). E provavelmente leitora e leitor, se lhes for perguntado quais os seus lazeres preferidos, as respostas iniciarão com um verbo no infinitivo.

Figura 21: Lazer “verbo” infinitivo – no singular por licença ilustrativa



Fonte : Elaborado pela autora

Nesse sentido Magnani (2018) propõe passar a olhar para os lazeres como verbo e não como adjetivo. O autor sinaliza que os textos clássicos sobre lazeres os adjetivam, já os estudos mais recentes utilizam verbos:

chama a atenção o uso de adjetivos associados ao lazer e ao tempo de seu desfrute: tempo livre, liberado, disponível, conquistado; lazer sério, crítico, comprometido, contra- hegemônico, pedagógico. Nessa linha, preserva-se o núcleo (lazer) inalterado, reificado, fixo, consensual, mas qualificado conforme o enquadramento teórico (...). Já os verbos têm outro efeito: modificam, mostram a agência dos atores envolvidos nas diversas práticas. (...) tirar lazer, dar lazer, fazer nada, não fazer nada, fazer um monte de nada, passar o dia, zoar, fazer um social (...) Seguindo essa pista, pode ser revelador identificar os verbos e termos utilizados pelos atores sociais nos espaços e instituições classificados como locus de práticas de lazer (Magnani, 2018, p. 30 - 31)

Segundo Stigger (2009), ao tentarmos conceituar lazeres, purificamos o conceito pois tentamos colocá-lo em uma bolha ou entre parênteses. Nessa construção da rede, ressalto que quem está tecendo é uma professora de educação física, que estuda nos lazeres e que tem expectativas próprias sobre lazeres. Meu olhar não é isento do que me constitui e quando vejo esse fenômeno, aciono compreensões do campo acadêmico, e que, portanto, coloco como elemento dessa rede as bases teóricas dos lazeres⁶⁰.

A partir do meu campo empírico, relembro as combinações sobre minhas visitas aos abrigos residências, quando foi solicitado que eu procurasse dentro do possível ir a partir das 15 horas, pois das 13 às 15 horas é o horário de “descanso” das crianças e dos adolescentes. Ora, leitor e leitora, assim como eu, você pode estar se perguntando: “Que crianças (exceto bebês), sobretudo que adolescentes, têm a necessidade de ficar deitados na escuridão de seus quartos por duas horas em plena tarde?”. Contudo, na FPE, essa é uma regra rígida herdada da FEBEM com o pretexto de que faz bem para a saúde das crianças e dos adolescentes descansarem, embora com orientações técnicas (um documento da Diretoria Técnica da FPE) contrárias a essa imposição. A noção de descanso me aciona a base teórica funcionalista de Joffre Dumazedier⁶¹. A influência desse sociólogo foi marcante no campo empírico e teórico no Brasil, que até hoje é seguido por uma das forças nos lazeres no país que é o Serviço Social do Comércio (SESC), assim como é referência para pesquisadores e pesquisadoras na área.

Na FPE o argumento utilizado pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras para justificar a regra de tempo de descanso praticado nos AR nada tem a ver com lazeres para as crianças e adolescentes, pois se torna uma obrigatoriedade para elas. Então, esse descanso serve para quem? Através da descrição de uma situação de campo, o leitor e a leitora verão que o descanso cumpre uma função para os agentes educadores e educadoras.

Na festa de Dia das Crianças (DC 26 – 14/10/2023) em um dos Abrigos Residenciais, a comemoração foi marcada para as 14 horas. Pontualmente nesse horário cheguei ao local. Fiquei aproximadamente 10 minutos tocando a campainha e observando no interior do pátio três brinquedos infláveis (tobogã, piscina de bolinha e futebol inflável) vazios e desmontados. A FPE havia alugado os brinquedos e

⁶⁰ Estou me propondo a contar como o campo acadêmico foi parar na rede das práticas de lazeres nesse estudo, portanto, não crie a expectativa de um debate sobre as teorias ou bases teóricas dos lazeres.

⁶¹ Sociólogo Francês, em 1953 realizou um estudo com 819 trabalhadores (operários e empregados) franceses. Nessa base teórica funcionalista, Dumazedier (2014) destaca as três funções do lazer, que ficaram conhecidos para fins didáticos como “os 3 ‘D’ do Dumazedier”: 1. Descanso; 2. Divertimento e; 3. Desenvolvimento.

distribuído no NAR. Finalmente, uma agente educadora abriu o portão para que eu pudesse entrar. Visivelmente contrariada, não me dirigiu a palavra, não me cumprimentou e seguiu de volta para o interior do AR. Os brinquedos estavam ligados na energia elétrica, mas murchos. Perguntei para a educadora se a festa de fato estava marcada para as 14 horas e onde estavam as crianças. Silêncio total. Fui ignorada. Pela primeira e única vez no campo senti uma hostilidade. Entrei junto com ela no AR. A única frase que ela me diz é: “Fecha a porta”! A agente educadora se deita no sofá para dormir. Vejo que algumas crianças se movimentam no quarto, espiando o que está acontecendo. Elas logo são repreendidas por outra educadora, que indica para voltarem as suas camas.

Fui então para rua, verificar o que estava acontecendo com aqueles brinquedos vazios. Me perguntava: “Por que aquelas crianças, que raramente tem acesso a esse tipo de brinquedo, não estavam brincando?”. Aqueles brinquedos vazios, com o barulho da energia elétrica que deveria estar enchendo-os, me convidam a tentar inflá-los. Comecei a conectar os cabos e mangueira e um dos brinquedos inflou. Nesse momento chegou uma educadora de outro AR, porque a festa do NAR reuniria as três casas naquele espaço. Essa educadora chegou questionando: “Por que ninguém encheu esses brinquedos até agora?”. A resposta vem pela janela da casa pela educadora de plantão: “Há muito trabalho na casa e eu não fiz concurso público para encher brinquedo”. Segue uma discussão em tom de briga. Eu prossegui engatando as mangueiras de ar nos brinquedos. Logo em seguida chegou uma cozinheira que foi imediatamente carregando mesas para o pátio e arrumando o espaço para o lanche. Então as crianças e os adolescentes começam a sair para a rua mesmo com a ordem de que deveriam permanecer dentro da casa. Aí estão os lazeres desestabilizando as regras do AR.

A festa marcada para o horário de descanso, brinquedos no pátio da casa (fato incomum), nada disso é capaz de romper as linhas duras institucionais. As linhas duras são as linhas de controle, normatização e enquadramento, e através de seus atravessamentos se busca manter a ordem e evitar o que é considerado inadequado a determinado coletivo:

uma linha de segmentaridade dura em que tudo parece contável e previsto, o início e o fim de um segmento, a passagem de um segmento a outro. Nossa vida é feita assim: não apenas os grandes conjuntos molares (Estados, instituições, classes), mas as pessoas como elementos de um conjunto, os sentimentos como relacionamentos entre pessoas são segmentarizados, de um modo que não é feito para perturbar nem para dispersar, mas ao contrário para garantir e controlar a identidade de cada instância, incluindo-se aí a identidade pessoal (Deleuze & Guattari, 1999, p. 62).

O que se espera de uma criança ao ver brinquedos que são novidade na sua casa? Para esta pesquisadora, a expectativa era que brincassem. Mas as crianças e os adolescentes estavam com seus corpos imóveis, cumprindo a regra que prevalece pela história institucional (passado-FEBEM). Embora em outros momentos as crianças e os adolescentes consigam ter agência e modificar o rumo das ações. Ressalto que as crianças e os adolescentes tem força e agência sobre suas práticas de lazeres, entretanto, em alguns momentos falta aliados para exercer a força. Quando chegam aliados, como a cozinheira, elas assumem o protagonismo e vão brincar.

Trago aqui uma outra situação do campo em que as crianças foram matriculadas em aulas de judô em um Projeto Comunitário, cujo *slogan* “Esporte sim, drogas não”, denota uma perspectiva salvacionista, também funcionalista (Stigger, 2009). Para praticar judô no Projeto Comunitário era obrigatório o uso de uniforme específico para sua prática (judogui), contudo as faixas que compõe o uniforme foram doadas e eram azuis (como foram doadas as crianças não tiveram escolha), ao invés de brancas (branca é a primeira faixa, destinada aos iniciantes no esporte). Ao chegar para aula do projeto (DC 30 – 04/11/23), todos devidamente vestidos, foram barrados pelo professor, pois aquela faixa representava uma graduação superior à que corresponderia aos iniciantes. As crianças foram impedidas de fazer a aula e só poderiam retornar ao espaço quando tivessem adquiridas faixas brancas. A empolgação que demonstraram ao se preparar para aula foi consumida por uma frustração.

Nesta situação a ação de um objeto (faixa azul do uniforme) torna-se facilmente visível, em um fluxo de associações (Latour, 2012). Não é qualquer faixa azul, são crianças em acolhimento institucional usando faixas azuis, o que lhes poderia conferir um *status* de superioridade, não aceito por serem crianças de abrigo institucional, “por suas diferenças em relação aos vínculos sociais normais” (Latour, 2012, p. 119). Dias depois foi marcada uma reunião para tratar do assunto com o professor e com o coordenador do projeto (DC 31 – 11/11/23), porém o professor não apareceu. O coordenador mostrou uma mensagem de *WhatsApp* em que o professor se justifica dizendo que as outras crianças que já frequentavam o projeto cobraram uma atitude, uma vez que as crianças do abrigo institucional eram iniciantes e não poderiam usar faixa azul. Evidente que esse argumento não se sustentou, pois as outras crianças não tinham a informação de que os novos colegas não faziam judô em outro espaço e que poderiam ter faixa de outra cor. No final da conversa, ao se desculpar, o coordenador do Projeto Comunitário propõe uma turma exclusiva para as crianças do NAR, se

colocando à disposição para inclusive ir nos AR para ministrar as aulas.

Ora, percebo aqui uma diferença em relação às crianças em acolhimento institucional. Quando os projetos comunitários abrem turmas exclusivas para a população de acolhimento compreendo como uma forma de segregação social, tendo como efeitos uma tentativa de purificação dos lazeres. Ou seja, as crianças e adolescentes que não estão em acolhimento institucional podem praticar lazeres com diferentes crianças e adolescentes da comunidade, já para as do acolhimento institucional é ofertada turmas homogêneas somente para quem está na medida protetiva, com o argumento de ajudar eles e elas através do esporte. Quando inseridos nos Projetos Comunitários de esportes, os lazeres no contexto institucional corroboram com os riscos demonstrados por Thomassim (2007), típicos dos projetos comunitários. Risco da negação do outro, em que para os vulnerabilizados é pensado na esfera funcionalista, no sentido de prevenir da violência e ocupar o tempo livre. Risco de colonização, que trata da lógica empresarial que naturaliza a desigualdade. Risco de falsa participação, isto é, que não corresponde as demandas da população atendida. E, por fim, o risco da supressão de conflitos, ao invés de superação dos mesmos. Assim como o descanso não era para as crianças e os adolescentes, o projeto comunitário não busca o desenvolvimento de todos e de todas: há uma purificação dos lazeres.

A Teoria Funcionalista, embora amplamente consolidada e de notória relevância no campo dos estudos dos lazeres, é datada. Ela não contempla a complexidade de suas práticas, uma vez que ignora as multiplicidades dos corpos, das emoções, dos sentimentos, das práticas corporais e esportivas e as conexões existentes entre os atores humanos e não humanos. Apesar disso, essa base teórica constitui minha formação e ao trazê-la para o diálogo, busco dar visibilidade para alguns elementos que ela faz emergir.

Mesmo que no início da pesquisa tenha entrado “em campo sozinha”, finalizei minhas visitas no Estádio Beira-Rio com as crianças, momento em que assistimos ao jogo Inter x Ipiranga (DC 42 – 27/01/24). Já introduzi esse campo quando falei das questões de gênero, mas retomo este momento sob outras perspectivas. Este era um jogo cujo público era exclusivamente feminino e infantil. Como sócia, tinha direito de levar quatro convidados e resolvi levar as crianças do AR para, inclusive, trabalhar minha frustração de naquele outro momento não ter conseguido levá-los ao estádio.

Ocorreu que ao chegar no abrigo havia dez crianças e adolescentes vestidos de vermelho⁶² prontos para irem ao jogo. Elas me receberam pedindo, por favor, para levá-los. Entro então em contato com o Sport Club Internacional para verificar a possibilidade de cortesia e incluindo adolescentes. Novamente é solicitado um ofício, que minha orientadora prontamente envia. No entanto, eu não tinha autorização para levar sozinha dez crianças e adolescentes ao jogo. Entrei em contato a direção do abrigo, que autorizou a ida de uma educadora e disponibilizou veículo e motorista para nos levar. Fato interessante é que a agente educadora estava com uma camiseta de cor verde (cor do uniforme do rival do Internacional no jogo) e um dos adolescentes, aliás um dos mais rotulados por “mal comportamento”, apareceu de seu quarto com uma camiseta do Internacional (ele referiu ter várias) e disse: “Tia, se tu for com essa camiseta vai dar ruim. Coloca a minha, eu te empresto” (DC 42 – 27/01/24). Ela aceitou e fomos todos e todas de vermelho.

Durante o jogo as emoções foram expressas de várias formas, através dos cânticos da torcida, dos xingamentos ao árbitro, da irritação dos gols perdidos ou das jogadas mal executadas e especialmente nos gols do Internacional. O resultado do jogo foi 3x0 para o time colorado e “poderia ser mais”, segundo as crianças e os adolescentes. Aqueles meninos (sim, só foram os meninos, já as meninas foram ao shopping, conforme expliquei no capítulo anterior) durante o jogo falaram de seus sonhos de serem jogadores de futebol, me contaram sobre suas habilidades, das jogadas que conseguem fazer e de suas paixões pelo esporte. Nesse momento me deparo com a teoria configuracional de Norbert Elias e Erick Dunning, os sociólogos autores da obra *A Busca da Excitação*⁶³.

Elias e Dunning (1992) destacam a importância das emoções na experiência das práticas de lazeres. Eles argumentam que as atividades de lazeres não são apenas passatempos triviais, mas sim componentes fundamentais da vida social que permitem um alargamento das dinâmicas emocionais dos indivíduos e das comunidades nas quais estão inseridos. Segundo os autores, as emoções desempenham uma participação crucial na orientação das atividades de lazeres, estando presente tanto nas escolhas individuais quanto as práticas culturais mais amplas.

⁶² As cores do time Internacional são vermelho e branco.

⁶³ Obra escrita pelo sociólogo alemão Norbert Elias e pelo sociólogo inglês Erick Dunning é extensa, com mais de 600 páginas, portanto aqui menciono superficialmente o principal conceito sobre lazeres da obra, pois ela me conectou com a experiência no campo.

De uma maneira simples ou complexa, seja um nível baixo ou elevado, as atividades de lazeres proporcionam sentimentos agradáveis fortes que estão ausentes nas suas rotinas habituais do cotidiano. Sobre o dinamismo da tensão os autores referem que:

um jogo de futebol constituir, em si mesmo, uma forma de dinâmica de grupo com uma determinada produção de tensão. Se esta tensão, se o tónus do jogo se torna demasiado fraco, o seu valor enquanto facto de lazer diminui. O jogo não terá interesse e será maçador. Se a tensão se torna demasiado elevada, pode proporcionar bastante excitação aos espectadores, mas também ocasiona, de forma idêntica, graves riscos para jogadores e espectadores. Passa da esfera mimética para a esfera não mimética da crise grave. Já neste contexto há que abandonar-se o sentido negativo do conceito convencional de tensão e substituí-lo por outro que permita uma tensão óptima normal que pode, no decurso da configuração dinâmica, tornar-se demasiado alta ou demasiado baixa (Elias & Dunning, 1992, p. 137).

Elias e Dunning (1992) argumentam que a busca por experiências emocionais intensas, como o prazer, a emoção e a alegria, é uma resposta às tensões e pressões da vida cotidiana, proporcionando uma válvula de escape para as emoções reprimidas e as frustrações acumuladas, ou seja, os lazeres permitem aos indivíduos experimentarem emoções que lhes são excluídas, devido à configuração da vida empregada de rotinas obrigatórias. Seguindo a linha de pensamento dos autores, as atividades de lazeres não são apenas formas de fuga ou entretenimento, mas também arenas de expressão emocional e socialização. Ao participar de jogos, práticas esportivas, assistirem a jogos de futebol, a peças de teatro e ao ouvir música, por exemplo, os indivíduos têm a oportunidade de experimentar uma ampla gama de emoções, que vão desde a alegria e o prazer até o medo e a ansiedade. Essas emoções não só enriquecem as experiências de lazeres, mas também desempenham um papel crucial na construção de relações pessoais e coletivas, fortalecendo os laços sociais e culturais.

Nesse jogo de futebol (DC 42 – 27/01/24) percebi uma rede de associações em que os atores que puderam participaram desse processo juntaram forças nos vínculos para que os lazeres ocorressem daquela forma: Na relação com os pares, com a educadora, com a direção, com o motorista, com esta pesquisadora, com a camisa vermelha, com os jogadores, com o time. Mas as meninas não participaram desse processo e foram para outras práticas de lazeres. Quanto mais vínculos dentro de uma ação, mais riqueza de possibilidades um ponto da cadeia vai acumular. O vínculo é múltiplo e não rígido, fixo e bem definido:

Para aqueles que desejam se tornar atentos aos vínculos, temos aqui indício precioso: para falar de liberdade e de causalidade é preciso sempre violentar as situações do vinculamento, quer seja nas ciências, em matéria de gosto, em

medicina, seja falando de drogas, de direito ou de emoções (Latour, 2015, 133).

Na Teoria Configuracional, Elias e Dunnig (1992) dedicaram seus estudos especialmente nas emoções e tensões produzidas em adultos, em pesquisas em torno dos torcedores de futebol conhecidos como *hooligans*. Embora crianças e adolescentes também sejam expectadores de jogos de futebol, vivenciam emoções e tensões nas suas práticas de lazeres. A teoria configuracional nos possibilita fazer diversas aproximações e nos auxilia a compreender elementos que estão presente nos lazeres destes indivíduos. Por outro lado, outros elementos que vão compondo os lazeres não são visibilizados por essa teoria, o que dificulta o seu entendimento e sua complexidade. Como vimos, há outros vínculos e agências em ação que não estão abarcados pela teoria, como as questões de gênero e as questões econômicas (a doação de ingressos e a falta de recursos financeiros para compra do lanche). Os meninos solicitaram lanche no intervalo do jogo e quem teve que dar conta disso foi a pesquisadora, afinal, como aprendi na minha prática profissional e com esse estudo, para as crianças e adolescentes gostarem de um evento, é necessário ter alimento.

Retomo mais uma vez a festa de 15 anos de Sofia (DC 33 – 24/11/23). Da maneira como foi performada, a festa aciona a questão da classe social, o que me remete à Teoria Crítica. Os autores localizados nessa base teórica dentro dos estudos de lazeres utilizam a crítica de Marx ao capitalismo e à exploração do trabalho. Nesta perspectiva marxista, o manifesto o “Direito à Preguiça”, redigido por Paul Lafargue, vai reivindicar o direito ao descanso. Lafargue escreveu o manifesto na França em 1880, e defende a ideia do direito a preguiça, que inauguraria um novo mundo possível rompendo com a lógica da exploração da classe trabalhadora.

Lafargue (1999) sustenta que a exaltação do trabalho nem sempre existiu. Pelo contrário, na época em que o manifesto foi escrito essa centralidade do trabalho na vida das pessoas era recente. O autor retoma a Grécia Antiga para demonstrar que durante o período das *pólis* gregas as atividades laborais eram mal vistas, destinadas aos povos inferiores (escravizados e estrangeiros), enquanto os cidadãos gregos se dedicavam às artes, à filosofia e à arquitetura. O exemplo de Lafargue (1999) para demonstrar o ideal de preguiça é que o Deus Cristão criou o mundo em seis dias e a partir do sétimo descansou por toda a eternidade. A sociedade industrial é que leva o proletariado a aderir ao trabalho como um modo central da vida e que esta noção é muito danosa. Para Lafargue (1999), a glorificação do trabalho é a causa de todas as nossas misérias

individuais e sociais. O indivíduo que é totalmente atravessado pelo capitalismo tem pouco tempo para desenvolver gostos, o que impede o florescimento de outras sensibilidades. A defesa em seu manifesto é que a jornada de trabalho seja de três horas por dia para que no resto do tempo as pessoas pudessem se dedicar às atividades que engrandecem o espírito: “Num regime de preguiça, para matar o tempo que nos mata segundo a segundo, haverá sempre espetáculos e representações teatrais” (Lafargue, 1999, p. 48).

Seguindo por essa base teórica, os lazeres podem ser tanto alienantes como emancipatórios. Os lazeres serão alienantes quando o capitalismo ou a lógica de mercado das práticas culturais esvaziaram seus sentidos e significados, e colocaram os indivíduos como meros consumidores passivos. Nestes casos os indivíduos estão alheios ao processo em que estão inseridos, conforme destacam Adorno e Horkheimer (1985, p. 18):

O espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação: não por sua estrutura temática – que desmorona na medida em que exige o pensamento –, mas através de sinais. Toda ligação lógica que pressuponha um esforço intelectual é escrupulosamente evitada.

Em uma linha que concebe os lazeres como emancipatórios, Mascarenhas (2004) irá trabalhar com o conceito de “Lazerania”, em que o desafio é:

converter cada espaço, cada equipamento e cada programa de lazer em verdadeiras casamatas da “vontade coletiva”, da autodeterminação popular rumo a uma nova direção política, da “reforma intelectual e moral” para uma nova direção cultural, um modo de conceber a vida e o mundo definido no jogo das forças sociais, com indivíduos e coletividades protagonizando a luta pela emancipação frente as estruturas de dominação e alienação, conquistando, dia a dia, uma participação cidadã que acumula saberes, habilidades, métodos, estratégias, experiências, enfim, instrumentos de poder que reivindicam direitos, reconhecem determinações e reclamam transformações (Mascarenhas, 2004, p. 84).

Mascarenhas (2004) constrói um léxico em torno dos termos “Mercolazer” e “Lazerania”. O primeiro consiste em lazeres alienantes, com práticas empobrecidas e assistencialistas, em que há também a apropriação das culturas pela lógica capitalista. Já o segundo diz respeito a práticas que dialogam com movimentos sociais e com a sociedade civil organizada. Nessa concepção o Estado deve ter a responsabilidade sobre a efetivação do direito aos lazeres através de políticas públicas que garantam a efetivação desse direito.

A partir desse par conceitual – e mercolazer e lazerania – identifico elementos que auxiliam a compreendermos a comemoração do aniversário de 15 anos ofertada pela FPE para Sofia. A festa pode ser entendida como alienate: uma festa luxosa, feita nos modelos burgueses dos bailes de debutantes e decidida de forma autocrática pela diretora do NAR, sem apoio dos demais trabalhadores e trabalhadoras, e sem diálogo com a própria Sofia, a aniversariante. Para o evento foram convidados inclusive o vice-governador do Estado, além de membros do Ministério Público e outras autoridades políticas. Familiares da adolescente e seus vínculos de amizade para além do abrigo institucional não receberam convite.

Quando cheguei na festa, realizada em um clube tradicional de Porto Alegre, ao cumprimentar a aniversariante ela me respondeu da seguinte forma : “Feliz, por quê? Eu nem queria isso daqui!”. Mesmo assim, a adolescente cumpriu exatamente o que era “esperado” dela. Foi em todas as mesas cumprimentar os convidados, tirou fotos, dançou a valsa e todos os protocolos que dela foram exigidos, porém sem nenhum sorriso ou expressão de alegria. O que é a representação de uma festa dessa senão uma reprodução de uma sociedade burguesa ? O *debut* buscou apresentar a Instituição para a sociedade e não a menina. A adolescente está ali porque é seu aniversário, e dentro de uma lógica de meritocracia ela é uma adolescente com comportamentos aceitáveis no AR. Mas essa prática não agrega vínculos para ela, tampouco para as outras crianças e adolescentes do AR. Quem está falando nesta rede é a Intuição, quem está se apresentando para a sociedade é a FPE. A festa contou com uma decoração luxuosa, o vestido da adolescente foi assinado por uma estilista famosa, o *buffet* tinha alimentos associado a elite. Os doces pareciam mais decorativos do que comestíveis, tanto que as crianças nem perceberam que havia uma mesa de doces e quando convidei para que provassem ficaram assustadíssimos ao me ver comer. Uma menina com espanto disse : "Nossa, tu tá comendo os enfeites!".

Os objetos tem participação ativa no processo. Ao olhar para o docinho, ele é um objeto que pode ter múltiplas associações. Se for considerado enfeite, como foi pelas crianças, ele tem haver com um não-fazer (não comer), ou como foi para mim, com meu repertório de mundo, assim como para outras pessoas da festa, identificamos que aquilo era comestível, portanto associado a um fazer (comer). Aqui fica evidente : um bloqueio de ação para determinados grupos e não para outros. Portanto, esse docinho pode ser considerado um artefato que produziu efeitos.

A festa foi realizada sem dinheiro público, todo recurso foi capturado por voluntários, porque é um tema que mobiliza a sociedade: realizar o sonho de uma menina de abrigo de ter uma festa de 15 anos. Embora isso não fosse nem um pouco seu sonho. Tudo que estava ali era a cristalização de ações burguesas que se desenrolaram dentro de uma cadeia, havendo uma mobilização de uma rede de atores que permitiu seguir em um determinado fluxo de relações que chegou nesse resultado final. Pensando nessa rede de associações, temos a ação do discurso de ajudar a festa de 15 anos de uma menina preta, pobre e que mora em um abrigo residencial, há todo um discurso de apelar para o sentimento das pessoas para ajudar. A preparação da festa, o embranquecimento da menina negra através de processos estéticos, como alisamento do cabelo, maquiagem para afinar o nariz, a transformação da menina pobre de abrigo institucional em menina com padrões de classe média, os convites sendo distribuídos para as autoridades, enfim, tudo isso, foi postado no *Instagram* tanto da instituição quanto dos voluntários que ajudaram na festa.

A intenção das pessoas de ajudar pode ser o melhor delas e isso nos mostra o poder das associações dentro de uma cadeia que permite fazer-fazer. Foram os vínculos que a diretora do NAR detinha que permitiram o discurso que foi mobilizado (e esse discurso envolve tanto uma parte legal e Institucional, quanto uma parte emocional). O emocional mobiliza, porque coloca as pessoas que estão ajudando em uma outra rede da qual elas não fazem parte – de vulnerabilização – o que faz com que elas se insiram nessa rede de uma forma real, projetando uma inserção e tomando ações que as insere na rede. O que é a ideia do voluntariado? É a noção de “vamos ajudar!”. E o ajudar é se colocar dentro desse coletivo que se forma para fazer coisas. Um voluntário se acoplando numa rede terá um poder de ação dentro dessa rede. Um voluntário não consegue agir sozinho, ele terá ação dentro de uma rede. E quando uma instituição oferece um aparato de que irá se responsabilizar pela festa, mas que apenas precisa de ajuda, então o voluntário consegue fazer-fazer.

Na sua primeira fonte de incerteza (Latour, 2012) mostra que se relacionar com um grupo é um processo, constituído por laços incertos, controvertidos, frágeis e mutáveis. Há uma grande controvérsia, pois de modo geral as pessoas esperavam que a adolescente recebesse todo aquele esforço da diretora e voluntários como um momento que fosse marcar a vida dela como forma de realização, mas ao olhar de perto (e nem precisou ser tão de perto assim) percebi como efeito que a menina estava desagrada, porque ela não foi envolvida, mas sim colocada naquele lugar. Ou seja, ela foi retirada

no momento das tomadas de decisão (ela estava alheia) e enquanto agente dessa rede, ela não estava presente. Durante a festa ela teve que estar lá. Mas de fato o efeito é controverso, não é o esperado, porque a aniversariante não demonstrou satisfação, sequer sorriu. Conforme Latour (2012), o resultado não é previsível, pois há um construtivismo social em que as coisas vão se conformando ao logo do tempo, as redes são fluidas e as relações são dinâmicas entre humanos e não humanos.

As crianças e adolescentes participantes da festa sequer conseguiram ficar dentro do salão e foram brincar na rua. A separação que se estabeleceu neste momento, entre os/as convidados/as (formado por doadores, políticos e autoridades) e as crianças e adolescentes (aniversariante e residentes do abrigo) abre a possibilidade de identificarmos para além do processo de alienação deste lazer. Há uma ação das crianças e adolescentes de executar seus desejos e vontades. Elas e eles tiveram agência neste lazer. Essa possibilidade de compreensão, contudo, não me foi ofertada pela Teoria Crítica. Apesar dela me possibilitar ver muitos elementos e vínculos, não me provocou a visualizar a dinamicidade das diversas experiências que constituíram a festa. No sentido de que para essa teoria as categorias sociais são fixas, estáveis, estruturadas e sem mutabilidade. Contudo conforme vimos através do relato da empiria, as relações se dão através de vínculos, de processos sendo constantemente acionados e modificados, de dar importância ao que dizem e a agência dos atores, das associações, das controvérsias e da rede híbrida de atores humanos e não humanos que constituem as práticas de lazeres.

Os trabalhos de Dumazedir (2014), Elias e Dunning (1992), Mascarenhas (2004) foram centrais ao me permitirem não homogeneizar as práticas de lazer. Com o andar da pesquisa, a maneira como fui me relacionando com os ensinamentos trazidos por esses autores me direcionou a colocá-los como mais um elemento que me fazia ver que determinadas ações eram, na prática, os lazeres das crianças e adolescentes. Esses ensinamentos tiveram agência, pois colaboraram para que as descrições de campo presentes neste texto fossem feitas da maneira que aqui estão. Sem esses ensinamentos, fatos, situações, detalhes, percepções, sensações e experiências vividas teriam escapado. Se em muitos estudos do lazer esses autores são a base teórica, nesta pesquisa, estabeleço outros vínculos com eles. Trocar os vínculos me permitiu compreender os lazeres como um ator-rede, com múltiplas agências de humanos e não humanos que geram diferentes ações. Portanto, para elaborar o ator-rede dos lazeres na FPE, olho para as práticas de lazeres das crianças e adolescentes e entendo que os conceitos teóricos foram elementos importantes na rede. As bases teóricas são uma das

associações que compõe o ator-rede, que percebo quando começo a seguir as práticas de lazeres.

Um outro elemento presente neste ator-rede é a lei. E quando ela é acionada? Aconteceu em um dos equipamentos de atendimento, em que não havia profissional de educação física por conta da falta de força de trabalho. A equipe já havia reivindicado para gestão da FPE a necessidade de um profissional de educação física para compor a equipe multidisciplinar, sempre com negativa. Então, as trabalhadoras e os trabalhadores do local deixaram de preencher a parte dos lazeres no documento PIA (Plano Individual de Atendimento) das crianças e adolescentes. Esse documento é previsto no ECA e deve ser remetido ao Juizado da Infância e da Juventude (JIJ), com vistas ao Ministério Público (MP), a cada três meses. Sim, leitor e leitora, no PIA há um campo específico e de obrigatório preenchimento chamado “lazer”, que serve para informar ao Judiciário como está sendo efetivado esse direito para as crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Para dar visibilidade à falta de força de trabalho e para a precariedade da garantia desse direito, a equipe remete o documento com o tópico do “lazer” em branco. A partir disso o MP notifica a instituição, sob pena de multa, por violação ao direito fundamental dos lazeres. Fico sabendo desse caso porque sou chamada para uma reunião, convocada pela FPE para tratar de qual profissional irá atender essa demanda. Nenhum dos e das profissionais se propõe a ir para o local voluntariamente, pois isso implicaria em se dividir com outras atividades profissionais, ou seja, um acúmulo de trabalho. A solução é dada pela gestão que decide que um profissional da área que está no cargo de chefia deve atender também o local, ou seja, a política sendo acionada.

O direito está sendo acionado pela lei, representada pelo documento e pela ação do MP. Quando o documento era preenchido, ainda que por outros profissionais, ele não desestabilizava o sistema. Contudo, eu passo a ver o elemento da lei, quando ele cria uma desestabilidade. Eu primeiro olhava para o direito de um lugar, como algo que deveria ser garantido independente das circunstâncias, olhava para ele a partir da minha militância em favor a sua garantia. Mas com a pesquisa, passo a ver esse direito a partir de uma desestabilização. Nesse sentido, trago para essa discussão os lazeres como direito fundamental.

O Direito das Crianças e dos Adolescentes demarcou um campo especial no ordenamento brasileiro. A partir da Constituição de 1988, crianças e adolescentes são reconhecidos na condição de sujeitos de direitos e não meros objetos de intervenção no

mundo adulto. Leitor e leitora, você pode pensar : qual a importância de reconstituir o raciocínio jurídico neste estudo etnográfico? A inspiração vem a partir da obra *A Fabricação do Direito: um estudo de etnologia jurídica* de Bruno Latour, em que o autor analisa os modos pelos quais os caminhos jurídicos constroem associações com diferentes áreas do conhecimento (Latour, 2019b).

A proteção integral às crianças e aos adolescentes está consagrada nos direitos fundamentais, inscritos no Art. 227º da Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente. A promulgação destes direitos fundamentais tem amparo no status de prioridade absoluta dado às infâncias e às adolescências, uma vez que estão em peculiar condição de pessoas em desenvolvimento.

A utilização da expressão “direitos fundamentais” remete a falta de consenso na esfera conceitual e terminológica. Ainda são utilizados outros termos, tais como direitos humanos, direitos individuais, direitos dos homens e direitos humanos fundamentais e, ainda, direitos sociais. Conforme explicado anteriormente, deixo evidente ao leitor e a leitora que assumo a decisão de utilizar o termo direitos fundamentais. Destas expressões, assume especial relevância a diferenciação entre “direitos fundamentais” e “direitos humanos”, tendo em vista que muitas vezes estes são equivocadamente empregados como sinônimos.

Sarlet (2015) esclarece que a expressão direitos fundamentais se aplica do direito constitucional positivo de determinado Estado. Por outro lado, os direitos humanos têm relação com documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano, independentemente de sua vinculação com uma ordem constitucional, aspirando validade universal, para todos os povos e tempos, de maneira que revelam um caráter supranacional, ou seja, valor internacional. Portanto, os direitos fundamentais são direitos reconhecidos ou outorgados e protegidos pelo direito constitucional interno de cada Estado, isto é, positivados nas Constituições, e concernem as pessoas como membros de um ente público concreto. Ao passo que os direitos humanos são positivados na esfera do direito internacional, se referem ao ser humano como tal, ou seja, pelo simples fato de ser pessoa humana.

De acordo com Magnani (2018) a Declaração Universal dos Direitos do Homem aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, pode ser acolhida como a maior prova histórica dada em consenso sobre um determinado

sistema de valores, reconhecendo os lares nos seus Art. 24º e 27º como direitos fundamentais.

Os direitos fundamentais, conforme Sarlet (2015), são considerados como as concretizações das exigências da pessoa humana. Assim, os direitos fundamentais são pretensões que, em cada momento histórico, se descobrem a partir da dignidade da perspectiva do valor da dignidade humana. Com efeito que:

os direitos fundamentais podem ser considerados simultaneamente pressuposto, garantia e instrumento do princípio democrático da autodeterminação do povo por intermédio de cada indivíduo, mediante o reconhecimento do direito de igualdade (perante a lei e de oportunidades), de um espaço de liberdade real, bem como por meio da outorga do direito à participação (com liberdade e igualdade), na conformação da comunidade e do processo político, de tal sorte que a positivação e a garantia do efetivo exercício de direitos políticos (no sentido de direitos de participação e conformação do *status* político) podem ser considerados o fundamento funcional da ordem democrática e, neste sentido, parâmetro de sua legitimidade. (...) De outra parte, a despeito dos inúmeros aspectos que ainda poderiam ser analisados sob esta rubrica, importa referir a função decisiva exercida pelos direitos fundamentais num regime democrático como garantia das minorias contra eventuais desvios de poder praticados pela maioria no poder, salientando-se, portanto, ao lado da liberdade de participação, a efetiva garantia da liberdade-autonomia. (p. 62)

Para Mendes e Branco (2011), os direitos fundamentais designam aquelas prerrogativas que o ordenamento jurídico o concretizam em garantia de convivência digna, livre e igual de todas as pessoas. Trata-se de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive. Os direitos fundamentais passaram por várias transformações, tanto no que se refere ao seu conteúdo, quanto à sua titularidade, eficácia e efetivação. Há uma tendência neste contexto, marcado pela mutação histórica experimentada pelos direitos fundamentais, de se falar da existência de três dimensões de direitos. Pela sua relevância, a partir da leitura de Sarlet (2015), elaborei uma tabela de classificação dos direitos fundamentais quanto a sua dimensão, a fim de dar uma visão breve e panorâmica a partir de cada dimensão.

Quadro 5: As dimensões dos direitos fundamentais

DIREITOS FUNDAMENTAIS		
PRIMEIRA DIMENSÃO	SEGUNDA DIMENSÃO	TERCEIRA DIMENSÃO
- Primeiras Constituições escritas; - Pensamento liberal-burguês;	- Século XX; - Estado participativo; - Justiça social;	- Pós 2ª Grande Guerra Mundial; - Destinam-se a proteção de grupos humanos;

<ul style="list-style-type: none"> - Século XVIII; - Cunho individualista; - Direitos de defesa; - Não intervenção do Estado; - Autonomia individual; - Direitos de cunho negativo; - Inspiração jusnaturalista; - Os direitos à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade. - Participação Política: direito ao voto. - Garantias Processuais: devido processo legal e <i>habeas corpus</i>. - Direitos Cíveis e Políticos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Bem-estar social; - Direitos a prestações sociais estatais: Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho, etc. - Liberdades sociais: direito de greve, sindicalização, direitos trabalhistas. - Direitos Econômicos, Culturais e Sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Direitos de Titularidade Coletiva; - Direitos Difusos; - Direito à paz, à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento, ao meio ambiente e a qualidade de vida; - Direito à conservação e utilização do patrimônio cultural; - Direito de Comunicação; - Dignidade da Pessoa; - Surge o ECA. - Direitos de Solidariedade e Fraternidade
---	---	--

Fonte : Elaborada pela autora

Essa distinção entre as dimensões dos direitos fundamentais é estabelecida somente para fins didáticos, com o objetivo de situar os diferentes contextos em que esses grupos de direitos surgem. Reitero que a divisão não implica em que os direitos previstos num momento tenham sido suplantados por aqueles surgidos em instantes seguintes. Assim, de acordo com Mendes e Branco (2011), a visão dos direitos fundamentais, em termos de dimensões, indica o caráter cumulativo da evolução desses direitos no tempo. O Direito Fundamental aos lazeres está localizado nos chamados direitos fundamentais de segunda dimensão, e o ECA nos de terceira dimensão.

O direito aos lazeres está contido no rol dos direitos fundamentais nos Art. 6º, 7º, inciso IV; 207, § 3º e 227º, *caput* da Constituição Federal de 1988. Além disso, encontra-se definido nos Art. 4º, Art. 16º, Art. 59º, Art. 71º, Art. 94º e Art. 124º do Estatuto da Criança e Adolescente. Os direitos fundamentais primam em garantir uma vida digna, em que os princípios da igualdade, da liberdade e da fraternidade devem ser objetivados e respeitados, sem distinções entre os seres humanos. Constitui garantia fundamental, pois sem este direito a pessoa não sobrevive ou não possui vida social. A todos cabe o reconhecimento e a consolidação destes. Os direitos fundamentais são inerentes a pessoa, são inalienáveis (intransferíveis, não se pode desfazer deles), são imprescritíveis (nunca deixam de ser exigíveis) e irrenunciáveis (não se renuncia). Portanto, o direito aos lazeres anda de mãos dadas com o direito a saúde, educação, alimentação e moradia. De acordo com Art. 4º do ECA:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, **ao lazer** (grifo meu), à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Os direitos ainda são vistos como favores e os programas ainda sofrem o impacto das políticas de coronelismo e corrupção. De acordo com Thomassim (2007), a desigualdade das condições sociais determina um acesso desigual às alternativas de lazeres e também se revela uma pesada carga de preconceitos referente aos lazeres dos mais pobres. A partir da leitura de Stigger e Thomassim (2013), podemos inferir que dentro da lógica neoliberal os lazeres acabam sendo uma moeda de troca para premiar ou punir bons ou maus comportamentos. O que nada mais é do que o condicionamento operante, em que o poder da disciplina se instaura mais por reflexos do que por reflexões, ou seja, a formação de um sujeito obediente, e ainda há força de um “adestramento” do comportamento pela apropriação da cultura dos seus praticantes e pelo aprisionamento do corpo.

Quando se olha para os direitos aos lazeres sendo promulgados ao invés de incorporá-los como servindo a algo, fica possível compreendê-los como direito fundamental⁶⁴. Observe leitor e leitora que os lazeres se apresentam como um direito fundamental, todo ser humano, portanto, tem não apenas a possibilidade, mas o direito a ele. A importância do direito aos lazeres, que é constantemente suprimido e desvalorizado, está relacionada junto a outros direitos também essenciais ao ser humano como a educação, saúde e moradia.

Embora os juristas coloquem a lei como algo suficiente para que os direitos sejam garantidos, Latour alerta para as dificuldades de agenciamento da lei:

Se temos tanta dificuldade em focar a atenção sobre a forma da autonomia própria ao direito, se é necessário tantos cuidados para estender seu tecido sem rasgá-lo, é talvez por causa de um último traço que não pode deixar de afetar o observador: sua superficialidade. Se ele sustenta tudo, se ele permite ligar todas as pessoas e todos os atos, se ele autoriza, por um caminho contínuo, conectar a Constituição a um caso minúsculo, é também porque ele extrai apenas uma minúscula parte de sua essência em todas as situações. Seu tecido parece uma renda perfurada. É isso que o senso comum retém de seu movimento qualificando-o de frio, formal, exigente, abstrato, vazio. E sim, ele deve ser vazio! (...). A conexão é minúscula (...) a influência é mínima (Latour, 2019b, p. 324-325).

Essa identificação do lugar que a lei ocupa na rede de conexões fez desmoronar

⁶⁴ Aqui atualizo o texto de Stigger e Thomassim (2013), pois os autores concebem como direito social, enquanto defendo como direito fundamental.

minhas crenças e valores de que bastava estar legislado para garantir o direito aos lazeres de crianças e adolescentes. Meus argumentos desmoronaram e terei que encontrar novas alternativas para seguir com minha militância para que crianças e adolescentes tenham acesso aos lazeres:

É impossível pedir ao direito que transporte qualquer informação. Existem pequenas cadeias de referências, consagradas na prática de dossiês (...), mas sempre muito curtas e rapidamente interrompidas (...) o direito sempre está em falta e pode apenas decepcionar (Latour, 2019b, p. 328-329).

Nessa lógica de pequenas cadeias o MP, através da Promotora⁶⁵ da Infância e da Juventude, oferta lazeres para as crianças e adolescentes, como nos casos da *Corrida pela Adoção*, citada no Capítulo III, e a festa *Natal Gigante*, em que todas crianças e adolescentes do acolhimento institucional são convidadas a participarem.

No caso da *Corrida pela Adoção* (DC 7 – 27/05/23), a Promotora determina a participação da FPE no evento, que cumpre e participa como um todo, inclusive bebês de colo. A participação das crianças e dos adolescentes não é negociada, ela é compulsória. Um menino com graves problemas cardíacos foi levado para corrida, ao chegar ao evento o Professor de Educação Física responsável pela garantia do acesso ao direito aos lazeres no abrigo informou que ele não poderia participar, mas de forma inclusiva, conduziu o menino até um ponto de distribuição de água para os participantes e o menino auxiliou nessa atividade. Essa é uma corrida aberta a comunidade gaúcha e acontece na Orla do Guaíba em Porto Alegre, reunindo em torno de 2000 corredores e corredoras nas modalidades de 5km e 10km (para adolescentes a partir dos 16 anos) e 100m, 200m e 400m (para crianças e adolescentes até 15 anos). A Promotora da Infância e da Juventude expõe em seu discurso durante o evento da corrida que:

A ideia é trazer à luz os temas da adoção, do apadrinhamento afetivo, do acolhimento familiar e institucional, dando visibilidade aos acolhidos (...). O projeto em apreço proporciona às crianças e aos adolescentes a oportunidade de conhecerem as suas futuras famílias por intermédio do esporte, cumprindo uma das suas finalidades que é a inclusão social (DC 7 – 27/05/23).

A fala da Promotora aciona o social para associar o esporte com a pauta da adoção, mas as crianças e os adolescentes participantes usufruem dessa prática de lazeres com a finalidade de se divertirem livremente, sem pretensões de encontrarem uma família naquele lugar, ou seja, elas modificam as práticas de lazeres e vivenciam a sua maneira. Neste dia não ocorre só a corrida, há todo um entorno com brinquedos

⁶⁵ O uso de Promotora e não Ministério Público é intencional, pois é uma ação específica de uma única Promotora da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

infláveis, cama elásticas, música e ludicidade. A medalha simboliza para aquelas crianças e adolescentes a oportunidade de estarem se divertindo e tendo direito de estar ali para brincarem. As crianças e os adolescentes não deram importância para o propósito da corrida, ou seja, ter a oportunidade de ter uma família. Elas fazem operações críticas (Boltanski, 2016) e identificam que ali não é o lugar para conhecer uma família. Uma criança disse que:

Aqui é legal que a gente pode brincar. Tem muitos brinquedos. Corre a vontade. Os “tios” (agentes educadores) não ficam xingando. Na casinha tem muita briga. Aqui a gente fica solto. Eu gostei da música. Tem lanche, camiseta, medalha. (...) Só não quero ficar conversando pra ver se consigo uma família. Não quero perder tempo. Eu quero brincar e pegar bergamota (DC 07 – 27/05/23).

Estabelecem outras associações, brincam, rolam no chão, procuram brindes, comem e correm. As práticas de lazeres se sustentam cada vez mais na medida em que uma quantidade maior de elementos passa a circular neste espaço-tempo e se torna materializada nos não humanos, como os brinquedos, a medalha, a sensação de liberdade, as comidas, a música e a camiseta. E isso tem relação com o fato de que ao longo dos processos de apropriação, quanto mais elementos mobilizam nessa cadeia de associações mais vínculos são acionados para que as crianças e adolescentes possam vivenciar práticas de lazeres.

As práticas de lazeres são garantidas a todos e todas quando determinada pelo MP, mas a sua agência é limitada, porque a rede não segue ir se constituindo com força para além da ação da Promotora, ou seja, ela aciona os lazeres com força em ações pontuais. Isso traz a possibilidade de se pensar na presença de elementos capazes de interferir na constituição da ação social, uma vez que práticas de lazeres quando desatreladas aos comportamentos das crianças e dos adolescentes acionam outros elementos para a rede de associações, tornando os lazeres significativos para os praticantes, ainda que não cumpra o desejo social de promover a adoção.

Consideramos que as forças de poder que poderiam confundir as capacidades das crianças e dos adolescentes de vivenciarem seus lazeres, pois na medida em que se coloca uma responsabilidade para os lazeres de dar visibilidades às crianças e aos adolescentes com vistas à adoção, cada um poderia se sentir obrigado a colocar sua vida à disposição do poder público. Contudo, mesmo havendo a tentativa de um poder de incidir de forma a embaralhar as noções de cada um, de vivenciar os tempos-espacos de

lazer, as crianças e os adolescentes conseguem ter a capacidade crítica sobre seus lazeres para além dos objetivos das instituições de controle social.

De maneira semelhante, cito a festa *Natal Gigante* (DC 34 – 04/12/23), também promovida pelo MP, em parceria com o Sport Club Internacional. Acompanhei a 9ª edição da festa, que sempre ocorre no Estádio Beira-Rio, contemplando mais de mil crianças e adolescentes em acolhimento institucional, casas lares e famílias acolhedoras de Porto Alegre.

O evento é muito esperado pelas crianças. Há inclusive registros de adolescentes que são desligados da FPE, mas que solicitam ao JIJ a permanência prorrogada na Instituição até o dia da festa. O *Natal Gigante* acontece no gramado do estádio, conta com alimentação em abundância. Os itens servidos são vendidos nos dias de jogos no Beira-Rio – cachorro-quente, pizza, pipoca, batata frita, picolé, algodão doce, sucos e refrigerantes) – oferecidos gratuitamente para os participantes. Além de diversas atrações musicais e culturais, brinquedos, brincadeiras, pinturas de rosto, jogadores do Internacional e chegada do Papai Noel, que distribui brinquedos para cada uma das crianças e dos adolescentes. As crianças e adolescentes se divertem (e muito!), sendo um momento aguardado por elas.

Houve presença de autoridades do poder judiciário, dos cargos políticos, tais como: prefeito, representantes do governador do Estado, Vereadores de Porto Alegre e Deputados do RS. As roupas das “autoridades” – ternos, gravatas, vestidos, sapatos de salto – contrastam com a realidade das crianças e adolescentes para quem a festa é destinada. A Promotora justifica a realização da festa para chamar atenção das autoridades para a pauta do acolhimento institucional, e visibilizar que para atender as demandas de todas aquelas crianças há apenas um cartório no JIJ e três juízas. Esse ano, para que a FPE não justificasse a ausência de algumas crianças em razão de atendimentos de saúde ou atividades escolares, a Promotora enviou um ofício determinando a suspendendo as atividades de saúde (exceto as de urgência ou emergência), assim como as escolares.

Nesse caso há uma disputa de três direitos fundamentais – saúde, lazer e educação – ou como a doutrina jurídica chama, uma colisão de direitos fundamentais⁶⁶.

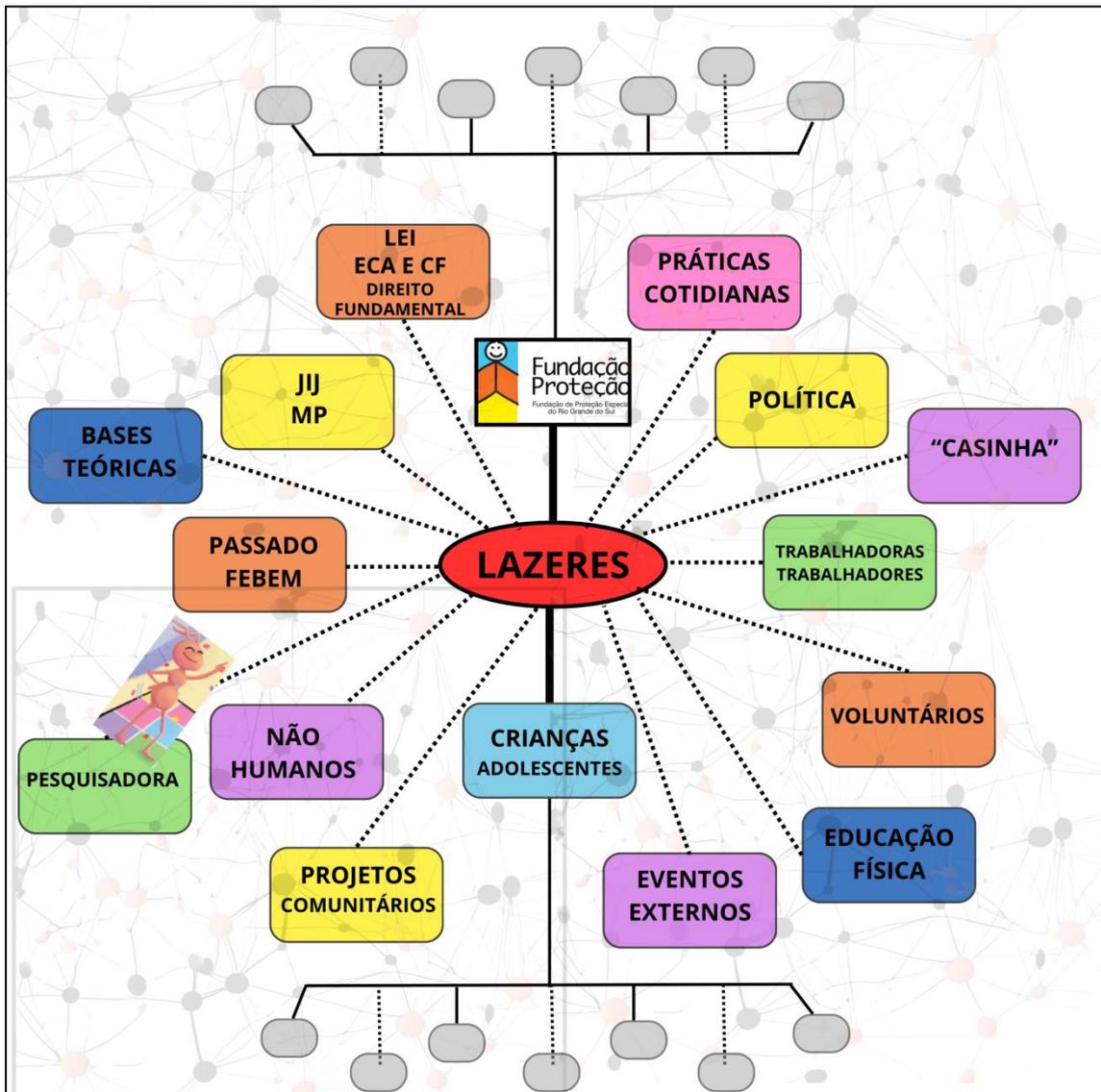
⁶⁶ Na colisão de direitos fundamentais, por possuírem o mesmo grau hierárquico, somente diante das circunstâncias do caso concreto será possível verificar o peso de cada princípio envolvido e a intensidade de sua preferência. A relação de preferência de um princípio sobre o outro é condicionada, vale dizer, em condições diversas o resultado pode ser diferente. Portanto, a ponderação irá determinar a prevalência entre eles (Novelino, 2014).

No caso de uma criança ou um adolescente ter práticas de lazeres no mesmo horário da escola ou no mesmo horário de um atendimento de saúde (lembrando que não há hierarquia entre os direitos fundamentais). De que maneira se resolve essa colisão de direitos fundamentais? Por ponderação, ou seja, pela análise do caso concreto. Nesse dia há uma atividade escolar que não pode ser recuperada, como por exemplo uma prova? O atendimento de saúde pode ser remarcado? A situação de saúde impede a criança de ir na festa ou pode se agravar caso ela participe? Dessa vez a ponderação foi realizada pelo “cumpra-se” da promotora e “os lazeres venceram!”. Todos e todas tiveram que estar presentes. A Instituição teve que mobilizar estrutura de transporte e funcional.

Em que situação os lazeres são potência para a FPE? Quando dá visibilidade para a Promotora, ou seja, quando o poder do MP, que é órgão que fiscaliza a FPE, obriga a Instituição a fazer-fazer, para cumprir uma determinação. Da mesma forma que os lazeres dão visibilidade para a FPE, quando participa com toda sua população atendida e funcional de um evento da Promotora. Os lazeres ocupam um lugar importante para a Promotora e quando acionado por esse poder ele ganha centralidade na Instituição. As crianças e os adolescentes participam, modificam, criam, e usufruem e se divertem performando os lazeres.

A Figura 22 demonstra as associações do ator-rede lazeres, representadas por linha pontilhadas, pois os atores estão em constante movimento nessa rede, tendo agência que resultam em ações ora mais fortes, ora mais fraca. Essa rede de associações, de acordo com Latour (2012), é performada por atores que exercem agência, estas agências por sua vez têm efeitos sobre as ações que resultam em rede de associações. Quanto mais vínculos dentro de uma rede existir, mais riqueza de possibilidades um ponto da cadeia vai acumular. Numa noção de escala, quanto mais estiver bifurcado, maior número de alianças e, quanto mais associações fortes, maiores serão as possibilidades das práticas de lazeres se manterem para as crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Esses vínculos são múltiplos e nunca fixos, rígidos e bem definidos. Apesar do cadeamento, há vínculos e agências que quando acionados geram momentos de crise e desestabilizam a rede, o que permite performar as práticas de lazeres.

Figura 22: Ator-rede Lazer



Fonte: Elaborada pela autora

CAPÍTULO V – EFEITOS ETNOGRÁFICOS: “AFINAL, PARA QUE SERVE ESSA PESQUISA PARA MIM?”

O Jogo Desencadeando (Figura 23) foi criado pela pesquisadora em co-autoria com as crianças e adolescentes do NAR. A ideia surgiu no dia em que tivemos acesso a Sala de Recreação (DC 13 – 08/07/23). Após explorarmos a sala, abrimos os cadeados dos armários, brincamos com os brinquedos e livros, perguntei se as crianças e adolescentes queriam desenhar suas brincadeiras favoritas. Pegamos um grande pedaço de papel *kraft* e giz de cera. Cada um/a fez vários desenhos e a partir dos desenhos perguntei o que era lazeres para eles e elas e fui anotando as respostas. Os adolescentes ajudaram as crianças menores com a explicação. Então, fomos desenhando as práticas que faziam na casinha e depois os lazeres que gostavam de fazer fora da casinha. A partir daí desenhei um caminho (estrada) e as crianças foram percorrendo com seus dedinhos simulando uma caminhada pelos espaços do desenho. Estávamos montando o jogo.

Figura 23: Jogo Desencadeando



Fonte: Elaborada pela autora

Nos quatro campos seguintes realizados no AR, as crianças pediram para brincar com esse pedaço de papel, o que me fez pensar que merecia uma produção lúdica. Um brinquedo que ficasse para as crianças como responsabilidade da pesquisadora em dar uma devolução para elas da pesquisa em que participaram. O que me remete ao quinto Diário de Campo (DC 05 – 29/04/23), em que um adolescente me perguntou o que eu fazia ali. Expliquei para ele o que era a minha pesquisa, ele me questionou: “Pra que serve essa pesquisa pra mim?”. Confesso ao leitor e a leitora que essa pergunta ficou me incomodando e reelaborei de outra maneira: “Qual o efeito etnográfico para o campo investigado?”.

Efeito Etnográfico é o nome do livro que li com o Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF/UFRGS) durante o ano de 2023, concluído em 2024. Na obra de Marilyn Strathern (2017), a autora faz várias provocações sobre o campo de pesquisa. No que diz respeito ao efeito dos atores sobre os outros, a autora afirma que “coisas e pessoas podem ser co-presenças num campo de atores dotados de efeito” (Strathern, 2017, p. 329). O jogo de tabuleiro traduz as associações relacionais entre a pesquisadora e as crianças e os adolescentes do NAR Formiguinha, assim como é um ator não humano que aciona as práticas de lazeres. Olhando para o *design* do jogo *Desencadeando*, o leitor e a leitora pode perceber que a formiga está presente pelo tabuleiro, como participante das práticas de lazeres. A formiga é uma inspiração na abreviação ANT (em inglês) para Teoria do Ator-Rede de Bruno Latour, propondo uma analogia com a pesquisadora e as crianças e os adolescentes nos lazeres.

Para dar andamento a esse projeto lúdico procurei a Faísca, que é uma empresa júnior de Design vinculada a UFRGS. A Faísca fez a ilustração do projeto, a partir da descrição feita pela pesquisadora. O interessante do jogo está na conexão de coexistência entre os fatos científicos e não científicos, buscando criar modos de pensar junto dos participantes, associações híbridas entre o campo teórico e a ludicidade. O jogo é uma proposta de “reagregar” a ciência e o brincar. Como é um estudo sobre lazeres, há uma ideia de que eles também possam ser praticados através do jogo.

Desencadeando pode ser apresentado como um jogo que em sua caixa aparenta ser misterioso, mas por dentro guarda uma Porto Alegre colorida e cheia de diversões propostas pelas crianças e adolescentes, tendo como centro as suas casinhas. Um jogo onde as crianças e os adolescentes podem navegar pela cidade e escolher seus lazeres preferidos. Quando “entram” em cada espaço de lazeres do tabuleiro, os jogadores e as jogadoras podem sortear uma carta que apresenta um desafio – por exemplo, cantar uma música – uma curiosidade – Você sabia que...? Em que explica uma história sobre os lazeres – ou, ainda, uma carta que explique sobre o direito aos lazeres⁶⁷.

No tabuleiro, você, agora, jogador e jogadora, encontra lugares marcantes da Capital para as crianças e adolescentes interlocutores. Os jogadores e as jogadoras escolhem para onde desejam ir, na medida em que vão avançando no jogo e podem criar suas próprias regras. O jogo não tem regras cadeadas, apenas algumas sugestões de jogabilidade.

⁶⁷ Nas cartas o termo lazeres é colocado no singular, por assim ser reconhecido pelos seus praticantes.

O Jogo inicia nas três casinhas que estão no centro do tabuleiro, que representa o AR Formiguinha. Na brincadeira realizada em campo, em 08 de julho de 2023, as crianças e adolescentes contaram sobre as práticas de lazeres que mais gostavam de realizar no abrigo residencial. O computador é um elemento que todos referiram como uma importante prática de lazeres:

Ah, o computador a gente gosta. Tem dois na casinha e dá pra brincar, ver música naquele canal. Dá pra jogar também. Eu gosto de jogar e ver música e dá pra botar os fones. Daí não atrapalha os bebezinhos que tão sempre dormindo(...). Tem que fazer os temas, não pode brigar, tem que ajudar os tios, daí depois dá pra ficar no computador. Um é mais pros temas. Não os dois são pros temas, mas os tios deixam a gente usar se não bagunçar (...). Aí se não tiver ninguém fazendo tema, dá pra brincar também (...). Às vezes a gente engana os tios, dizendo que é da escola, que tem que ver os filmes. Daí ninguém incomoda (Lucas, DC 13 – 08/07/23).

Esse ator não humano, o computador, compõe uma importante prática de lazeres para as crianças e adolescentes, que só é acessado por estarem na FPE (ponto de passagem obrigatório). Fora da FPE eles e elas não tinham esse objeto nas suas moradias com seus familiares, conforme me relataram. Embora haja uma série de condicionalidades para seu uso, as crianças e os adolescentes negociam com as educadoras e educadores da casa, modificando a finalidade inicial do que foi usado como justificativa para a compra de computadores pela Instituição. A compra foi realizada com finalidade pedagógica, como ferramenta de auxílio nas atividades escolares, mas as crianças promulgam seu uso transformando em práticas de lazeres.

A televisão e o videogame também são objetos que mobilizam práticas de lazeres no AR. Em todos os momentos em que estive na casa a TV estava ligada, ainda que por vezes sem som ou sem expectadores. Em nenhum momento vi as crianças jogando videogame, por isso questionei como se dava seu uso. Um adolescente me explicou que normalmente jogam a noite ou domingo após o descanso. Ele não fica sempre instalado porque desconecta a televisão. Sobre a televisão, uma das crianças contou que foi um adolescente que conseguiu “liberar” os canais pagos e que ficaram muito felizes por terem acesso ao *Disney Channel*.

A TV o Eduardo instalou pra nós. Aí ficou bom. Tem todos os canais. Eu gosto de ver a Disney. O filme da Frozen eu amo. Daí eu vejo e fico cantando “Livre estou, livre estou/ Não posso mais segurar/ Livre estou, livre estou/ Eu saí pra não voltar”. (a menina canta essa música). (...) Essa música é legal, porque fala de liberdade. (...) No filme da Frozen tem as irmãs. É bonito as irmãs se ajudando (Taís, DC 13 – 08/07/23).

A menina canta o refrão da música que fala de liberdade, uma liberdade que é desejada pelas crianças e adolescentes no acolhimento institucional e performada nos lazeres.

Outro aspecto que observei são as relações de cuidado entre os irmãos e irmãs em acolhimento institucional, onde os mais velhos tem mais responsabilidade no cuidado dos irmãos e irmãs mais novos dentro da rede assistencial. Os elos entre irmãos e irmãs são vínculos parentesco fortes nos AR, pois acionam a concepção de família tradicionalmente concebida, ainda que outros vínculos sejam promulgados como familiares nas casas, como com os “tios e tias” que por vezes são chamados de “pais e mães”, de acordo com a força dos vínculos que são acionados de forma dinâmica e plural ao longo da institucionalização.

Ainda dentro dessa esfera dos lazeres praticados na casinha, citam-se as festividades que acontecem nos AR, e que não necessariamente estão vinculadas às comemorações como Festa Junina, Dia das Crianças e Natal. As crianças, especialmente, entendem como “festa” os momentos partilhados entre eles que têm musicalidade:

A gente ama quando o tio traz violão. A gente canta “Perfeitinha” e as músicas que a gente gosta (...). No plantão do tio ele fica tocando pra gente e todo mundo canta. A gente janta e o tio chega com o violão, fica todo mundo na sala cantando (...). O tio vai me ensinar a tocar violão. Eu fico tocando, mas não sei direito, aí o tio tá me ensinando (Mariana, DC 13 – 08/07/23).

Novamente um objeto é associado à prática de lazeres: o violão. Na Festa Junina do NAR (DC – 30/06/23) as crianças fizeram uma apresentação cantando a música “Perfeitinha”, com o agente educador tocando o violão. Esse momento foi esperado com expectativa na festa. Um vínculo que se compôs entre as crianças e esse trabalhador pela conexão híbrida entre crianças, educador, música e violão.

O lanche está no tabuleiro, pois conforme já relatado, os alimentos são indispensáveis nas práticas de lazeres, sendo uma referência de tempo: “a gente janta e o tio chega com o violão”, assim como um elemento obrigatório que promulga uma máxima institucional, “um evento para ter sucesso na FPE, tem que ter comida” (DC 02 – 31/03/23). Em todos os eventos e passeios se tem uma preocupação com o lanche, assim como nas atividades cotidianas, as crianças e adolescentes mostram-se preocupadas com o horário das refeições a fim de não as perder.

No entanto, crianças e adolescentes não choram apenas quando têm fome. Tampouco a comida garante o alívio de suas dores e desconfortos. As crianças e os

adolescentes desejam brincar e se divertir. Na observação de campo (DC 37 – 15/12/23), um menino fragilizado em razão de um grupo de irmãos que eram seus vínculos afetivos no AR terem ido para uma família substituta naquele exato dia, chorava com uma mamadeira com leite na mão. Para acalmá-lo perguntei se ele desejava brincar. Ele pediu para andar de bicicleta no pátio, o que fizemos e, aliviou seu choro. Aquela não era, contudo, a hora de brincar. Tampouco ele era “merecedor” de uma exceção pela lógica da FPE, pois estava incomodando com seu choro.

As bicicletas e o pátio são negociados por cuidadores e cuidadoras e crianças e adolescentes. Uma única criança sozinha (perdoe-me a redundância, mas é intencional para destacar) tem pouca agência, mas quando fazem alianças com seus pares as crianças e adolescentes tem um forte agenciamento nos lazeres. Exemplo é o que relato no DC 28, de 28/10/23, em que elas e eles invertem a lógica ao afirmar que só fariam os temas da escola se pudessem brincar no pátio antes. Teve um grau de complexidade essa negociação, eles e elas perceberam que colocando os deveres escolares em jogo, poderiam desestabilizar o sistema, invertendo o fluxo institucional. Os efeitos dessa instabilidade é que conseguiram ir para o pátio andar de bicicleta e brincar. Cadeados abertos.

Os brinquedos também foram destacados como importantes nesse momento de relato sobre seus lazeres favoritos, como os super-heróis e os bichos de pelúcia (a *Peppa Pig* esteve junto em todas observações de campo que aconteceram no AR Formiguinha). Esses brinquedos, que poderiam performar um gênero, não foram acionados dessa maneira. A *Peppa* estava no campo pelas mãos de um menino e o *Batman* por uma menina. Nesse brincar, que traz maior grau de autonomia, as crianças compõem outra realidade, diversa daquela que a Instituição classifica como para meninos e meninas.

Seguindo pelo tabuleiro, pensando em termos de escala, vamos para uma camada mais externa ao AR. Nos desenhos e relatos sobre os lazeres favoritos, foram lembradas as saídas para pracinha, campo de futebol na comunidade e Parque Marinha, assim como os passeios para circo, teatro, restaurante, pizzaria, shopping e cinema. As atividades nos projetos comunitários também entraram como importantes, como o judô e o ballet.

Os passeios no teatro e no circo foram ações da FPE com parcerias para doação de ingressos. Minha participação como pesquisadora foi bem visto pela gestão do abrigo institucional, pois se constituía em uma força de trabalho, compondo a rede de alianças para que os lazeres pudessem acontecer, uma vez que a escassez de trabalhadores e

trabalhadoras é um bloqueio para as práticas de lazeres externas. Nesses momentos fora da casinha foi onde as escutas foram mais densas. As crianças e os adolescentes se sentiram mais livres para falar de seus desejos e suas histórias quando estávamos fora da Instituição. Portanto, esses espaços de lazeres são potentes para as crianças e adolescentes falarem sobre sentimentos, emoções, história de vida. Sem cair numa noção salvacionista dos lazeres, mas pensando nas associações que eles mobilizam para ser espaços de escuta e fala potentes.

O jogador e a jogadora pode estar se perguntado, como fazem para ir nos restaurantes e pizzaria (as crianças e adolescentes gostam tanto de pizza que colocam numa posição diferenciada em relação aos restaurantes em geral). Múltiplas alianças são constituídas para que esses lazeres aconteçam. Novamente o alimento aparece como algo importante. Esses lazeres acontecem em datas comemorativas de aniversário, quando o ou a aniversariante pede para festejar em um desses espaços. Há para isso uma mobilização entre os e as profissionais do NAR que contribuem financeiramente para que isso possa acontecer. Além disso, os restaurantes se sensibilizam com a pauta do acolhimento institucional e ofertam gratuitamente refeições quando solicitado. Alguns comércios próximos ao local de acolhimento institucional são considerados parceiros da Instituição e são acessados nessas ocasiões, na mesma ideia do voluntariado que descrevi ao longo do texto.

Mesmo sabendo da importância dos alimentos para as crianças e adolescentes recebi com um pouco de surpresa os restaurantes e pizzaria serem performados como lazeres pelas crianças e adolescentes, quando estimulados a falar sobre suas preferências de lazeres:

No meu aniversário quero ir na pizzaria. A tia disse que já falou com o tio e nós vamos. Vou poder convidar quem eu quiser. Vai todo mundo da casinha, até a Mariana que não se comporta! (...) Lá é muito divertido. Tem tudo que eu gosto. Muitas pizzas e tem os brinquedos também (Augusto, DC 13 – 08/07/23).

“Até a Mariana que não se comporta!”. A menina entende a lógica punitiva da FPE, mas quer romper com essa noção, afirmando que no seu aniversário todas e todas podem ir, inclusive aqueles que para a Instituição são bloqueados. Passados alguns campos, descobri que a Mariana foi no aniversário. Que elementos são acionados para que nesse caso a punição e a recompensa não se opere? Nesse AR comemorações de aniversários são datas incontestáveis e todas e todos participam. Mesmo alguns educadores e educadoras sendo contrários, dizendo que por eles não levam os que não

têm comportamento dito adequado. As crianças e os adolescentes pactuaram entre eles que nos seus aniversários todos e todas se convidam. Foram as crianças e adolescentes que elegeram essa data como algo que deve ser celebrado, propondo uma outra regra para a FPE, porque dessa forma haverá sempre uma festa para irem.

Na última camada do tabuleiro estão o Estádio Beira-Rio, Arena, Orla e a Casa Surpresa. Os três primeiros são os três maiores equipamentos de lazeres de Porto Alegre. Ainda que de forma esporádica, as crianças e adolescentes acessam esses equipamentos, portanto, os lazeres são reconhecidos como importantes para os atores, dependendo dos agenciamentos. O Beira-Rio foi acessado através da pesquisa, quando fomos ao jogo, e também é anualmente ofertado pela festa *Natal Gigante*. A Arena é acionada como um passado importante:

Antes do vírus a gente ia na Arena. Depois parou. Não fomos mais. Mas o tio prometeu levar quando tiver uma promoção pra sócios. Era bom quando a gente podia ir sempre. Tinha até dinheiro pro lanche. (Mariana, DC 13 – 08/07/23).

A Orla do Guaíba é um local que os adolescentes acionam quando evadem do abrigo institucional. O que quer dizer que quando saem sem autorização procuram um local de lazeres para socialização:

Eu não vou ficar aqui dormindo no sábado e no domingo de tarde. Eu vou pra Orla. (...) Não autorizam, mas eu vou. Eles sabem que eu vou pra lá. Quero ver gente. (...) Fico lá vendo os caras no skate. Olho as coisas. Às vezes demoro pra voltar e reclamam. Até BO⁶⁸ fazem da gente (...). Não faço nada de errado. Só quero sair pra descansar a cabeça. (Kleber, DC 13 – 08/07/23)

O adolescente se posiciona como um ator que desestabiliza as regras do AR. Sua decisão de não cumprir o horário de descanso coloca em disputa a norma estabelecida. Conforme descrito anteriormente, a casinha tem horário de descanso das 13h às 15h. Esse descanso não é para as crianças e para os adolescentes, mas para educadores e educadoras. A FPE é um ator que tenta regular o comportamento dos adolescentes. A resistência do menino a norma gera disputa entre a individualidade e o controle instituído. A "Orla" e o ato de observar o skate são também agentes nesse contexto, pois a escolha de ir a esse lugar específico configura um espaço de lazeres fora dos limites da instituição. O adolescente questiona a regra ao expressar sua vontade de não se submeter ao horário de descanso. Ele demonstra uma capacidade crítica ao identificar que essas normas limitam sua liberdade. O adolescente reconhece a possibilidade de

⁶⁸ Boletim de Ocorrência (BO). Quando os adolescentes saem do AR sem autorização e não retornam até a noite é norma da Instituição fazer um Boletim de Ocorrência para comunicar a evasão.

consequências (como "reclamam" e "até BO fazem da gente"), o que revela um entendimento das regras da instituição. Ao mesmo tempo, essa capacidade reflete que a regra não tem agência sobre ele. Mesmo estando submetido a uma sanção com consequências policiais, tendo em vista que Boletim de Ocorrência é enviado para outra Instituição de controle que é o Poder Judiciário, essa situação já faz parte do seu cotidiano.

A busca do adolescente por liberdade abre o cadeado da regra do descanso e mostra que existem múltiplas realidades que coexistem dentro da instituição. A realidade institucional é marcada por normas rígidas e horários ditados, enquanto sua realidade individual é marcada por desejo de vivenciar experiências sociais e explorar o ambiente ao redor, como "ver gente" e "olhar as coisas". A fala do adolescente também reflete um senso de agenciamento. Ele não se vê como submisso às regras; pelo contrário, a afirmação "mas eu vou" demonstra uma resistência acionada. Mol (2008) fala sobre como o corpo é um agente na prática social, e nesse contexto, o corpo do adolescente busca uma conexão com o mundo externo, ao invés de estar contido em um espaço institucional.

A "Casa Surpresa" foi ideia da pesquisadora, porque os lazeres são múltiplos e nunca fixos, sempre tendo possibilidades de novas práticas de lazeres. Assim, quando chega na Casa Surpresa o jogador e a jogadora pode anunciar outros lazeres que não estão no tabuleiro ou performar outras formas de lazeres. A Figura 24 ilustra o tabuleiro em detalhes.

Figura 24: Tabuleiro do jogo Desencadeando



Fonte: Elaborado pela Autora em co-autoria das crianças e adolescentes. Design Faísca.

Para concluir esse capítulo, argumento que o jogo Desencadeando, para além de ser um desejo da pesquisadora de dar uma devolutiva para o campo empírico, também demonstra que as crianças e os adolescentes tiveram agência na pesquisa. As crianças e os adolescentes me permitiram estar no campo e quiseram interagir comigo, brincar e contar suas histórias, ou seja, nos mostra que as crianças e adolescentes quiseram se expressar nessa etnografia. Por fim, convido o leitor e a leitora a jogar esse jogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esta dissertação, busquei seguir as práticas de lazeres de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. O objetivo foi compreender as associações e agências entre humanos e não humanos acionadas e seus efeitos nos lazeres.

Me aproximando da Teoria Ator-Rede, realizei uma etnografia na Fundação de Proteção Especial – FPE, na qual passei a identificar que os lazeres se performam em associações híbridas, multifacetadas e heterogêneas. Suas práticas no acolhimento institucional acionam agências, provocam disputas e controvérsias. Crises são geradas para que os lazeres possam acontecer na FPE, assim como os lazeres geram crises e suas práticas desestabilizam as estruturas rígidas da Instituição. Através do campo empírico, descrevi as associações entre humanos e não humanos que tecem as práticas de lazeres no acolhimento institucional.

Como pesquisadora me chamou atenção os cadeados, que foram impactantes para mim, pois durante todo tempo em que fui “apenas” trabalhadora não havia percebido a força desse objeto, que estive sempre ali ao longo da minha prática profissional. Como trabalhadora enxergava, os cadeados não como objetos com agência. Via sua aplicação no sentido figurado, como os bloqueios dos adultos para que as crianças e adolescentes fossem impedidas de participarem das práticas de lazeres. Portanto, retorno para o campo profissional como uma trabalhadora transformada por conta da etnografia realizada.

Já como pesquisadora, pude olhar para o objeto tanto do ponto concreto (o cadeado propriamente dito) como os múltiplos bloqueios que se promulgam na FPE. Isso foi tão marcante que no título da dissertação, assim como o jogo criado pela pesquisa, há representação do termo “Desencadeando”. Na pesquisa assumo o verbo “desencadear” remetendo a dois significados: a) como algo que aciona uma cadeia; e/ou b) como abrir o cadeado, libertar e compreender.

A tentativa de desencadear os lazeres me trouxe o desafio primeiro de abrir a caixa-preta dos lazeres. Em minha concepção os lazeres eram uma caixa-preta, bastava estar na lei para que fosse garantido como direito fundamental para todas e todos. Ao longo desta etnografia pude realizar uma virada de chave, entendendo que as práticas de lazeres formam uma rede de associações híbridas, múltiplas e heterogêneas, performada por diferentes agências e atores humanos e não humanos. Diferente da minha concepção

inicial, a lei é só mais um desses atores, sozinha não tem poder para mobilizar a rede e fazer-fazer as práticas de lazeres.

Uma das cenas de campo que mais me marcou foi quando uma trabalhadora me disse que na FEBEM se batiam cadeados para punir os comportamentos e que atualmente não se tem esse recurso, pois as crianças e os adolescentes na FPE não estão privados de liberdade. Contudo, como não há possibilidade de cadear as crianças e os adolescentes, o que é posto em prova são as liberdades das crianças e adolescentes nas práticas de lazeres. Ora, se não se pode cadear as crianças, se cadeia os lazeres. Contudo, os lazeres promulgam a noção de liberdade para as crianças e para os adolescentes, porque elas conseguem abrir os cadeados através de suas alianças, tornando-se protagonistas de suas práticas, inclusive modificando o que é proposto pelos adultos.

O primeiro aspecto que analiso da empiria foi minha entrada em campo, em que o grande desafio foi me situar como pesquisadora e não como trabalhadora da FPE. Isso significou um esforço para poder olhar para o tempo-espaço dos lazeres sustentada com as lentes de uma teoria-método: A Teoria Ator-Rede. Quando analisei a entrada em campo, já estando fora de campo, ou seja, depois que finalizei a fase das observações participantes nos abrigos institucionais, pude enxergar dois pontos de passagem obrigatórios dos lazeres no acolhimento institucional: A FPE e as crianças e os adolescentes.

As crianças e adolescentes são ponto de passagem obrigatório para as práticas de lazeres, tendo em vista a força de sua agência para que e para como os lazeres são promulgados, tanto dentro da Instituição como nos lazeres externos (passeios, cinema, projetos sociais, entre outros). Fora dos muros institucionais os lazeres são espaços de potência para que as crianças possam elaborar sentimentos, contar suas histórias, vivenciar as práticas de maneira mais livre e autônoma.

Outro ponto de passagem obrigatório para as práticas de lazeres, tal qual eles são performados pelas crianças e adolescentes, é a FPE, que é um híbrido heterogêneo com linhas duras, com forte agência nos lazeres. As associações múltiplas da FPE estabelecem conexões com diferentes atores: passado (FEBEM), leis, Ministério Público, política, força de trabalho, crianças e adolescentes, entre outras. A falta de força de trabalho e o adoecimento funcional são mediações que impedem os lazeres acontecerem e estabelecem uma noção de que a FPE está se dissolvendo pela

precarização, que tem ressonância no serviço de atendimento das crianças e dos adolescentes.

A TAR do Bruno Latour foi o que me deixou apaixonadamente engajada com o estudo. Pensar os lazeres a partir dessa teoria-método, como o ator-rede do estudo, me permitiu compreendê-lo dentro da rede híbrida, com múltiplas associações, atores e agências que vão se performando de maneira dinâmica, ou seja, a força da agência depende dos vínculos e das alianças que estão sempre em movimento.

Chegar na compreensão de lazeres como ator-rede me provoca a dialogar com diferentes conceitos de lazeres, abrindo possibilidades de pensar, viver e agir nessas práticas que até então não era possível com outras teorias. Desencadear a caixa-preta dos lazeres sem purificá-los por meio de conceitos fechados me permitiu fazer o exercício de reagregar os múltiplos elementos que constituem suas práticas, gerando efeitos diferentes do que olhá-las somente pelas lentes das bases teóricas consagradas. Os lazeres na FPE têm efeitos tanto para as crianças e os adolescentes quanto para a própria instituição. A força das práticas vai depender das alianças e da força dos vínculos dos atores, podendo em algumas situações ser mais potente e em outras menos. As práticas de lazeres são práticas de insurgência radical das crianças e adolescentes, que desagregam as lógicas institucionais e reagregam o social através da inventatividade e insurgência das crianças e dos adolescentes.

Os lazeres praticados pelas crianças e pelos adolescentes nesta pesquisa compreende ações cotidianas como brincar com brinquedos no AR, jogar videogame, andar de bicicleta, brincar no pátio, ouvir música, cantar, assistir a filmes e desenhos na televisão. E outras práticas como passeios, festividades, ida ao cinema, teatro, estádio de futebol, participação em projetos comunitários e idas às praças comunitárias.

A ideia de deixar como legado para o campo empírico um elemento lúdico para que as crianças e adolescentes possam brincar, a partir do que elas mesmas propuseram no estudo em co-criação, parte de meu compromisso como uma pesquisadora em construção que deseja escutar aqueles que participaram da pesquisa, ou seja, levar a sério os atores.

Ao longo do estudo passei por momentos históricos que me atravessaram: a pesquisa se iniciou no final da pandemia de COVID-19, em que algumas idas ao campo não puderam ocorrer por conta da pandemia. E termino a pesquisa submersa pela maior enchente da história do Rio Grande do Sul, a de maio de 2024, em que fiquei 31 dias longe da minha casa, sem meus livros, cadernos e diários de campo.

A pesquisa foi feita dentro de um contexto em que o planeta enfrenta desastres sociais e ambientais. Gostaria que nas próximas produções não estivesse em meio de recordes catastróficos, como maior enchente ou maior pandemia. Que os únicos recordes vividos no futuro sejam os esportivos, nas quadras de tênis ou nas corridas de rua (práticas que me acompanharam nesses dois anos de mestrado). Não posso terminar essa pesquisa sem falar que desde a infância cresci praticando esportes, e que eles me constituem. Muitas dessas análises que o leitor e a leitora puderam ler ocorreram durante os treinos. Quando chegava em casa anotava em um caderno as análises que foram feitas nos quilômetros percorridos na Orla do Guaíba. Ao todo foram três cadernos só desses momentos de análise realizadas nos meus lazeres.

Minha concepção de lazeres passa por minha trajetória de vida, pois meus lazeres eram ir para o clube praticar esportes, ir a shows e espetáculos, por isso pode ter sido tão difícil olhar para os lazeres das crianças e dos adolescentes praticados na casinha, aqueles lazeres cotidianos. Embora também jogasse jogos de tabuleiro, videogame, assistisse filmes e desenhos animados. Porém, os lazeres esperados com alegria eram os vividos no clube, no teatro, no estádio, no cinema, nos shows entre outros.

Realizar a escrita da dissertação não foi fácil. O efeito etnográfico da escrita em mim foi impactante, pois vivo a Instituição 40 horas semanais, cinco vezes por semana (as vezes mais), ao longo de 12 anos, sendo impossível para mim não ser afetada pelo campo empírico. Para ser possível realizar esse texto, como o leitor e leitora observou, utilizei como recurso de estilo de linguagem as artes. As artes fazem parte dos meus lazeres e foi a saída que encontrei para poder fazer as análises que apresentei.

Finalizo com um último poema, como uma última cena dessa escrita que foi intensamente vivida. “A vida na hora” traduz o que foi essa etnografia, feita aos pares, e que em campo as situações se apresentaram sem ensaios, que produziram efeitos no meu corpo. A data da apresentação pública da dissertação é uma quarta-feira (como no poema abaixo) não por decisão da pesquisadora, mas pelas associações que tornaram esse dia possível. Ainda assim, deixo aqui o registro dessa pesquisadora estreante, que desejava ensaiar uma quarta-feira antes, mas nessa vida apressada, o instante é agora, sem ensaios, porque novos projetos iniciam nas próximas sextas-feiras. Todos os capítulos anteriores iniciaram com uma arte, nesse para romper com a lógica, finalizo com o poema, talvez para sinalizar que é o início de novas pesquisas:

A vida na hora.

*Cena sem ensaio.
Corpo sem medida.
Cabeça sem reflexão.*

(...)

*Se eu pudesse ao menos praticar uma quarta-feira antes
ou ao menos repetir uma quinta-feira outra vez!
Mas já se avizinha a sexta com um roteiro que não conheço.*

(...)

*Me impressiona a precisão de cada acessório.
O palco giratório já opera há muito tempo.
Acenderam-se até as mais longínquas nebulosas.
Ah, não tenho dúvida de que é uma estreia.
E o que quer que eu faça,
vai se transformar para sempre naquilo que fiz.
(Wisława Szymborska – A vida na Hora).*

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHAD, L. A escrita contra a cultura. **Equatorial**, v.5 n. 8, jan/jun 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615/12025>> Acesso em: 04 ago. 2024.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.
- AMADO, J. **Capitães de Areia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ANTUNES, A. **A nossa casa**. In: ARNALDO, Antunes. **Albúm Saiba**, faixa 10, 2004.
- ARPEN-BRASIL. **Portal da transparência dos registros civil**. 2024. Disponível em: <<https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/pais-ausentes>> Acesso em: 10 ago. 2024.
- BACKES, A.M.; HERNANDORENA, M.C.A.; MELLO, R.V. Casa-Lar, desafio na possibilidade de propiciar a convivência familiar e comunitária. In: **Boas Práticas: garantindo o Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes no RS**. São Leopoldo: Amencar, 2012.
- BAUMAN, Z. **O Mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BOLTANSKI, L. **Sociologia crítica ou sociologia da crítica**. 2016.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **A Justificação: sobre as economias da grandeza**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.
- BOMTEMPO, E. Infância e contextos de vulnerabilidade social: a atividade lúdica como recurso de intervenção nos cuidados em saúde. **Boletim Acadêmico Paulista de Psicologia**, v. 34, n. 87, p. 490-509, 20 ago. 2014.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 3.799 de 1941**. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/528886/publicacao/36474738>>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social, 2009.
- BRASIL. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculo**. 2017. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA - **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Atualizado até a Lei nº 14.548, de 14 de abril de 2023. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2023

BRASIL. **Adequabilidade de programas de proteção social brasileiros às necessidades de crianças e adolescentes**. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/abc/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos/adequabilidade-de-programas-de-protecao-social-brasil.pdf>>. Acesso em: 12 de mai. 2024. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, janeiro de 2024.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 2022.

BUARQUE, C. **O meu guri**. In: Buarque, C. Álbum Almanaque, faixa 3, 1981.

CHAMBOULEYRON, R. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHATEAURAYNAUD, F. **Pragmática das transformações e sociologia das controvérsias: lógicas de investigação em face do tempo longo dos processos**. Histoires pragmatiques, Raisons pratiques, v. 25, 2015. Tradução: Diogo Correa. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/wp-content/uploads/2019/06/Chateauraynaud_Parte-1_3-de-jun_RVSam_PDF.pdf> Acesso em: 12 ago. 2023.

CIJTJ/RS. 2023. **Coodenadoria da Infância e da Juventude do RS**. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/cij/dados-estatisticos/>>. Acesso em: 07. mai. 2024.

CORRÊA, D. S.; DIAS, R.C. Crítica e os momentos críticos: De la justification e a guinada pragmática na sociologia. **MANA**, n. 22, vol. 1, p. 67-99, 2016.

COUTO, I. A. P.; MELO, V. G. Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil. In: BAZÍLIO, E. A. P. R. P.; NORONHA, P. A. (orgs.). **Infância tutelada e educação: história, política e legislação**. Rio de Janeiro: Ravel. 1998.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. São Paulo: Editora 34, 2021.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 3. São Paulo: Editora 34, 1999.

DORNELLES, L. V. **Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber**. Petrópolis: Vozes, 2005.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Difel, Lisboa. 1992.

ERNAUX, A. **O lugar**. São Paulo: Fósforo, 2021.

EURICO. M.C. **Racismo na infância**. São Paulo: Cortez, 2020.

FAPESP. **Crianças em situação de risco social: limites e necessidades da atuação do profissional de saúde.** In: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 2004. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/crianca/Crianca_Situc_Risco.pdf>. Acesso em: 12 de mai. 2024.

FÁVERO, E. Famílias de crianças em acolhimento institucional: desproteção e invisibilidade social. In.: **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.** 2016.

FERRANTE, E. **A amiga genial.** São Paulo: Biblioteca Azul, 2015.

FONSECA, C.; SCHUCH, P. **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 2011.

GOMES. L. S. **O direito social ao lazer no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2015.

HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P. **Etnografia: princípios em prática.** Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

HEINICH, N. **Práticas da arte contemporânea: uma abordagem pragmática a um novo paradigma artístico.** 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sant/a/mR8Qvdt4MMns5PTN6pkQvqC/?lang=pt>>. Acesso em: 07 mai. 2024.

IBGE. **Estatísticas do Registro Civil.** 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html>> Acesso em: 08. abr. 2023.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça.** Edição ebookbrasil.com, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7829979/mod_resource/content/1/direito_preguica_lafargue.pdf> Acesso em: 06 de mai. 2024.

LATOUR, B. **A Esperança de pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos.** Bauru, SP: Edusc, 2017.

LATOUR, B. **A fabricação do direito: um estudo de etnologia jurídica.** São Paulo: Editora Unesp, 2019b.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** São Paulo: Editora UNESP, 2011.

LATOUR, B. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 339-352, 2006.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** São Paulo: Editora 34, 2019a.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: EDUFBA, 2012.

LATOUR, B. **Faturas/Fraturas: da noção de rede à noção de vínculo**. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, UFSC, v. 17, n. 2, p. 123-146, ago./dez., 2015.

LEITE, C.C. **Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas**. Rio de Janeiro: Ministério Público, 2006.

LIRA, P. P. B.; PEDROSA, I. P. Processos de Significação sobre Família em Brincadeiras de Crianças em Acolhimento Institucional. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Jul-Set 2016, Vol. 32 n. 3, p. 1 - 9.

MAGNANI, J.G.C. **Etnografias urbanas: quando o campo é a cidade**. Petrópolis: Vozes, 2023.

MAGNANI, J.G.C. **Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2018.

MARCILIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História no Brasil. 1726-1950. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARINI, M.; BAILÃO, A. S. 2023. "Bruno Latour". In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <<https://ea.fflch.usp.br/autor/bruno-latour>> Acesso em: 22 de jan. 2024.

MASCARENHAS, F. "Lazerania" também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. **Revista Movimento**, v. 10, n. 2, p.73-90, maio/agosto de 2004.

MENDES, G.F.; BRANCO, P.G.G. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MOL, A. **Política ontológica. Algumas ideias e várias perguntas**. 2008. Disponível em: <https://pure.uva.nl/ws/files/899834/77537_310751.pdf> Acesso em: 03 dez. 2023.

MORESCHI, M. T. **Violência contra crianças e adolescentes: análise de cenários e propostas de políticas públicas**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

NMAP/FPE (2023). **Relatório Anual de Coleta de Dados**. FUNDAÇÃO PROTEÇÃO, 2023. Não publicado.

NOVELINO, M. **Manual de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.

OLIVEIRA, R.C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. Brasília/São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998, p. 17 - 35.

REALE, M. **Lições preliminares do direito**. São Paulo: Saraiva, 2002.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. “Menores” institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80. **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.** São Paulo: Cortez, 2004.

ROCHA, P.G. Aspectos inibidores do lazer no acolhimento institucional: o caso de Belo Horizonte. **Revista Licere**, v.26, n. 2, jun/2023.

ROCHA, P.G. **O lazer no cotidiano das crianças e adolescentes em acolhimento institucional em Belo Horizonte, à luz da percepção e ação das educadoras sociais.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Curso de Pós – Graduação em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Belo Horizonte, 2017.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SILVEIRA, R. **Esporte, homossexualidade e amizade: estudo etnográfico sobre o associativismo no futsal feminino.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grand do Sul. Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2008.

SILVEIRA, R. **Vivendo Ciências: As (co)existências de diferentes ontologias científicas da Educação Física.** 2016. 431f. Tese (Doutorado) – Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2016.

STENGERS, I. **Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração das ciências.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

STIGGER, M.P. Lazer, cultura e educação: Possíveis articulações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.30, n.2, p. 73-88, jan. 2009.

STIGGER, M.; MYSKIW, M. Etnografia e estudos no/do lazer: aspectos da observação participante. In: ISAYAMA, H.; MELO, V.(org). **Pesquisa e pós-graduação em estudos do lazer.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

STIGGER, M.; MYSKIW, M. **Políticas públicas de esporte e lazer: Olhares e experiências na perspectiva do direito social.** Ijuí: Unijuí, 2019.

STIGGER, M.P.; THOMASSIM, L.E. Entre o “serve” e o “significa”: uma análise sobre expectativas atribuídas ao esporte em projetos sociais. **Licere**, v. 16, n. 2, jun/2013, p. 1-33.

STRATHERN, A.M. **O efeito etnográfico e outros ensaios.** São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SZYMBORSKA, W. **Para meu coração num domingo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SZYMBORSKA, W. **Poemas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TARDE, G. **Monologia e sociologia: e outros ensaios**. São Paulo: Editora, 2018.

THOMASSIM, L.E. Conflitos em torno do lazer: o sentido das práticas de responsabilidade social na contramão dos direitos sociais. In: Silva, M. R. (Org.). **Esporte, Educação, Estado e Sociedade: As políticas públicas em foco**. Chapecó: Argos, 2007.